PLANO DIRETOR MUNICIPAL

DE DIAMANTE DO SUL-PR

PRODUTO 2º FASE – PARTE 1

FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 22/2023

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 06/2023

Julho/2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 1

2. ASPECTOS REGIONAIS 4

2.1. MESORREGIÃO OESTE 4

2.2. MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL 8

2.3. REGIÃO CANTUQUIRIGUAÇU 14

2.3.1. Localização da Região da Cantuquiriguaçu 14

2.3.2. Histórico da Região da Cantuquiriguaçu 16

2.5.4. Nível de desenvolvimento sustentável IDSM- Cantuquiriguaçu 19

2.5.4.1. Dimensão Social 20

2.5.4.2. Dimensão Demográfica 22

2.5.4.3. Dimensão Econômica 23

2.5.4.4. Dimensão Político-Institucional 24

2.5.4.5. Dimensão Ambiental 25

2.5.4.6. Dimensão Cultural 26

2.5.4.5. IDSM médio para os municípios e para a região Cantuquiriguaçu 27

3. ASPECTOS AMBIENTAIS 29

3.1. GEOLOGIA 29

3.2. HIPSOMETRIA MUNICIPAL 35

3.3. DECLIVIDADE MUNICIPAL 37

3.4. HIDROGRAFIA E HIDROLOGIA 37

3.5. CLIMA E PLUVIOSIDADE 40

3.6. COBERTURA VEGETAL 42

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS 45

4.1. ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS 45

4.2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS 50

4.2.1. Produto Interno Bruto – PIB 51

4.2.2. Emprego e Renda 56

4.2.3. Setores Econômicos 61

4.2.3.1. Setores Primário - Agropecuária 62

4.2.3.2. Setores Secundário - Industrial 65

4.2.3.3. Setores Terciário – Comercio e Serviços 66
5. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL 69
5.1. Histórico da Ocupação Municipal 69
5.2. Configuração Atual do Território Urbano de Diamante do Sul 73
5.2.1. Perímetro Urbano Atual 74
5.2.1. Áreas Consolidadas 75
5.2.1. Expansão Urbana 76
6. CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS E DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS 77
6.1. Saneamento Básico 77
6.1.2. Sistema de Abastecimento de água (SAA) 77
6.1.2. Esgotamento Sanitário 79
6.1.3. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos 79
6.1.4. Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas 80
6.2. Iluminação Pública e Energia Elétrica 81
7. ANEXOS 82
7.1. Anexo 01- Mapa De Localização Na Mesoregião. 82
7.2. Anexo 02- Mapa De Localização Na Microregião. 82
7.3. Anexo 03- Mapa De Localização Na Região Imediata. 82
7.4. Anexo 04- Mapa De Localidades Municipais. 82
7.5. Anexo 05- Mapa De Geologia Municipal. 82
7.6. Anexo 06- Mapa De Geomorfologia Municipal. 82
7.7. Anexo 07- Mapa De Aptidão Do Solo Municipal. 82
7.8. Anexo 08- Mapa De Tipo De Solo Municipal. 82
7.9. Anexo 09- Mapa De Localização Na Bacia Hidrográfica Principal. 82
7.10. Anexo 10- Mapa De Hidrografia Municipal. 82
7.11. Anexo 11- Mapa De Clima Municipal. 82
7.12. Anexo 12- Mapa De Hipsometria Municipal. 82
7.13. Anexo 13- Mapa De Abastecimento De Água Municipal. 82
7.14. Anexo 14- Mapa De Equipamentos Públicos Urbanos. 82
7.15. Anexo 15- Mapa De Vegetação Municipal. 82

7.16. ANEXO 16- MAPA DE USO DO SOLO MUNICIPAL. 82
7.17. ANEXO 17- MAPA DE VEGETAÇÃO MUNICIPAL. 82
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 83

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1. Microrregiões do Oeste Paranaense 5
Quadro 2.2. Dimensões e número de indicadores que compõem o IDSM. 19

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1. IDSM da dimensão social para os municípios e região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o período de 2010 a 2021. 21
Tabela 2.2. IDSM da dimensão demográfica para os municípios e região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o período de 2010 a 2021. 22
Tabela 2.3. IDSM da dimensão econômica para os municípios e para a região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o período de 2010 a 2021. 23
Tabela 2.4. IDSM da dimensão político-institucional para os municípios e região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o período de 2010 a 2021. 24
Tabela 3.5. IDSM da dimensão ambiental para os municípios e região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o período de 2010 a 2021. 25
Tabela 2.6. IDSM da dimensão cultural para os municípios e região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o ano de 2014. 26
2.5.4.5. IDSM médio para os municípios e para a região Cantuquiriguaçu 27
Tabela 2.7. IDSM médio para os municípios e para a região Cantuquiriguaçu 2021. 27
Tabela 3.1. Rios e Córregos que banham o Município de Diamante do Sul e seus afluentes 39
Tabela 4.1. Evolução da população entre 2000 a 2022 45
Tabela 4.2. Distribuição da população por faixas etárias em 2010 46
Tabela 4.3. Número de famílias, em domicílios particulares permanentes. 47
Tabela 4.4. Atendimentos de serviços públicos nos domicílios – 2010. 47
Tabela 4.5. Taxa de analfabetismo segundo faixa etária – 2010. 47
Tabela 4.6. Indicadores e evolução do IDH-M de Diamante do Sul -PR. 48
Tabela 4.7. PIB (preço corrente) dos municípios da Mesorregião Oeste, a preço. 51
Tabela 4.8. variação anual média de Diamante do Sul em comparação com a Microrregião e o Estado. 53

Tabela 4.9. Ranking do PIB per capita dos municípios da Mesorregião Oeste e variação anual média, 2010 e 2020. 54
Tabela 4.10. Classe de rendimento nominal mensal domiciliar. 56
Tabela 4.11. População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010. 58
Tabela 4.12. Indicadores e evolução do PIB de Diamante do Sul por atividades econômicas. 62
Tabela 4.13. Condição do produtor em relação às terras. 62
Tabela 4.14. Estabelecimentos agropecuários segundo as atividades econômicas – 2017. 63
Tabela 4.15. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas temporárias – 2021. 63
Tabela 4.16. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas permanente – 2021. 64
Tabela 4.17. Efetivo de pecuária e aves em 2021. 64
Tabela 4.18. Produção de origem animal – 2021. 65
Tabela 4.19. População ocupada, segundo as atividades econômicas – 2010. 66
Tabela 6.1. Serviço de Abastecimento de Água em Diamante do Sul. 78
Tabela 3.18. Consumo e número de consumidores de energia elétrica em Diamante do Sul - 2021. 81

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1. Evolução da População do Oeste do Paraná. 6
Figura 2.2. Grau de Urbanização da Região Oeste em comparação com o Estado do Paraná. 7
Figura 2.3. Localização da região Oeste do Paraná e Diamante do Sul. 9
Figura 2.4. Município limites de Diamante do Sul, Paraná. 10
Figura 2.5. Município de Diamante do Sul, Paraná. 11
Figura 2.6. PDU – Proposta Global. 12
Figura 2.7. Centralidade dos Municípios da Mesorregião Oeste Paranaense 13
Figura 2.8. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná 14
Figura 2.9. Mapa do Estado do Paraná com a localização do Território Cantuquiriguaçu. 15
Figura 2.10. Localização dos municípios integrantes da região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no Estado do Paraná – 2021. 16
Figura 3.1. Geomorfologia Paranaense. 29
Figura 3.2. Perfil longitudinal dos Planalto Paranaense. 30
Figura 3.3. Distribuição dos tipos de rochas no Terceiro Planalto Paranaense. 30
Figura 3.4. Formação geológica do Paraná. 31
Figura 3.5. Subunidades morfoestruturais. 32
Figura 3.6. Unidades Litoestratigráficas. 33

Figura 3.7. Tipos de Solo. 35
Figura 3.8. Mapa Hipsométrico do Município de Diamante do Sul. 36
Figura 3.10. Mapa de Declividade do Município de Diamante do Sul. 37
Figura 3.11. Bacia do Rio Piquiri dentre as bacias hidrográficas do Paraná. 38
Figura 3.12. Localização do município de Diamante do Sul na bacia do Rio Piquiri. 39
Figura 3.14. Distribuição dos tipos de climas. 40
Figura 3.15. Média da variação da temperatura. 41
Figura 3.16. Média da variação da precipitação. 42
Figura 3.17. Cobertura vegetal nativa de Diamante do Sul 43
Figura 3.18. Uso da terra e remanescentes da cobertura vegetal. 43
Figura 4.1. Pirâmide Etária de Diamante do Sul (2010). 46
Figura 4.2. Projeção populacional de Diamante do Sul até 2040. 50
Figura 4.2. composição do PIB de Diamante do Sul em 2010 e 2020. 56
Figura 4.3. Evolução do Saldo de Empregos em Diamante do Sul 59
Figura 4.4. Composição da renda por classe econômica em Diamante do Sul. 60
Figura 4.5. Numero de estabelecimentos por subsetores da indústria de transformação no ano de 2021 em Diamante do Sul – Paraná. 65
Figura 4.6. Valor adicional fiscal segundo os ramos de atividades em 2021 de Diamante do Sul. 66
Figura 4.7. Evolução das vagas de empregos no setor de comércio Diamante do Sul. 67
Figura 4.8. Evolução das vagas de empregos no setor de Serviços Diamante do Sul. 68
Figura 4.9. Evolução do número de estabelecimentos no setor Terciário de Diamante do Sul. 68
Figura 5.1. Olegário Machado de Oliveira. 69
Figura 5.2. Maximino Moraes das Neves. 70
Figura 5.3. Alunos da Primeira Comunhão de 1959. 71
Figura 5.4. Primeira Comunhão na Capela Nossa Senhora Aparecida em 1973. 72
Figura 5.5. Prefeitura Municipal de Diamante do Sul. 73
Figura 5.6. Perímetro da Sede Urbana de Diamante do Sul – Paraná. 75
Figura 5.7. Áreas Urbanas consolidadas do Município de Diamante do Sul. 76
Figura 6.2. Modalidades de captação de água para abastecimento. 78
Figura 6.5. Disponibilidade da Iluminação Pública na Sede Do Município. 81

1. INTRODUÇÃO

O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor

A Lei nº 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, foi publicado no Diário Oficial da União em 10 de julho de 2001, com o objetivo de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Essa lei estabelece as diretrizes gerais da política urbana e institui os instrumentos necessários para garantir, em cada município, o direito à cidade e a defesa da função social da propriedade urbana. Dessa forma, o Plano Diretor se torna a ferramenta que permite a implementação desses instrumentos.

O Estatuto da Cidade define o Plano Diretor Municipal como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão da cidade. Ele considera que o Plano Diretor faz parte integrante do processo de planejamento municipal, e que o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentarias e o orçamento anual deve incorporar as diretrizes e prioridades contidas nele (art. 40 §1º).

O Plano Diretor pode ser entendido como um conjunto de princípios e regras que orientam as ações dos agentes envolvidos na construção e uso do espaço urbano. Ele faz parte de uma análise da cidade real, abordando temas e questões relacionadas aos aspectos urbanos, sociais, psicológicos e ambientais, para embasar uma formulação de hipóteses realistas sobre opções de desenvolvimento e modelos de ocupação territorial.

Os princípios constitucionais fundamentais que orientam o Plano Diretor são os seguintes:

- Função social da propriedade;
- Desenvolvimento sustentável;
- Funções sociais da cidade;
- Igualdade e justiça social;
- Participação popular.

No artigo 2º, o Estatuto estabelece as diretrizes gerais que devem guiar a política urbana:

- Garantia do direito a cidade, compreendendo o direito à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte e serviços públicos, trabalho e lazer, tanto para as gerações presentes como para o futuro;

- Gestão democrática, com a participação da população e de associações representativas dos diferentes segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

- Ordenação e controle do uso do solo, evitando o uso inadequado de imóveis urbanos, parcelamento, edificações ou usos excessivos u inadequados em relação à infraestrutura urbana,

retenção especulativa de imóveis urbanos que resultam em subutilização ou não utilização, e a preocupação de áreas urbanizadas;

- Distribuição Justa dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

- Recuperação dos investimentos do Poder Público que tiveram resultado na valorização de imóveis urbanos, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, por meio do estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, levando em consideração a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

O objetivo do Plano Diretor não e resolver todos os problemas da cidade, mas sim atuar como um instrumento para a definição de uma estratégia de intervenção imediata, estabelecendo princípios de ação claros e concisos para os diversos agentes envolvidos na construção da cidade. Ele serve como base para a gestão participativa da cidade.

Portanto o Plano Diretor deve abranger todo o território do município e é obrigatório para as cidade onde o Poder Público Municipal deseja utilizar os instrumentos previstos no §4º do Art. 182 da Constituição Federal.

Entre as possibilidade aberta pela Legislação, destacam-se:

- Parcelamento, edificação ou utilização compulsória de terrenos urbanos não edificado;
- Direito de superfície;
- IPTU progressivo no tempo;
- Desapropriação com pagamento em títulos;
- Usucapião especial de imóveis urbanos;
- Direito de preferência;
- Outorga onerosa do direito de construir;
- Operações urbanas consorciadas;
- Transferência do direito de construir;
- Estudo de impacto de vizinhança;
- Consórcio imobiliário.

É importante observar que a utilização desses instrumentos está sempre condicionada à existência do Plano Diretor, que deve ser discutido com a população em audiência pública, revisar a cada dez anos e possuir um sistema de acompanhamento e controle. Os município tem um prazo de cinco anos a partir dos dados de publicação da lei para aprovar seus planos diretores.

Uma importante inovação contida na legislação é a obrigatoriedade de participação popular no processo de elaboração dos Planos Diretores, garantindo que diferentes segmentos

sociais participem das atividade de planejamento e gestão das políticas urbanas e territoriais. Nesse sentido, o PDUOS - JUR representa uma oportunidade para estabelecer um processo continuo de planejamento, avaliando ações e corrigindo rumos.

2. ASPECTOS REGIONAIS

2.1. Mesorregião Oeste

Em 1853, a quinta comarca de São Paulo foi elevada à categoria de Província, sendo denominada Paraná, nome do caudaloso rio que banha a ocidente. Assim a Região Oeste do Paraná começou sua trajetória como território brasileiro.

No início da ocupação do Oeste do Paraná, a densidade demográfica da região era bastante reduzida, sendo baseada na exploração da madeira e da erva-mate. A situação modificou-se com a chegada dos gaúchos, na década de 50, que buscavam novas terras em função da estagnação das atividades agrícolas e industriais no Rio Grande do Sul e com a política do governo federal em priorizar a colonização do oeste em função da fronteira, com o objetivo de garantir a soberania territorial. Na época, a ocupação baseou-se em culturas de subsistência, praticadas em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar, caracterizando-se como uma economia fechada, devido ao próprio isolamento físico da região. Predominava a policultura com o cultivo do milho, feijão, arroz, algodão e mandioca. “A criação de bovinos, suínos e aves, serviam como complemento alimentar (carne, leite e ovos), sendo que os excedentes eram vendidos, quando havia a possibilidade de comercializá-los.” [Fonte: IBAMA, 1999].

A ocupação do Oeste do Paraná ocorreu no século XIX. O acontecimento que marcou este período foi à guerra do Paraguai (1865 a 1870). Após a guerra, o governo brasileiro cria a colônia Militar de Foz do Iguaçu (1892), que servia para proteger as fronteiras Brasil/Paraguai, e Brasil/Argentina. Este fato trouxe muita gente ao Oeste. Muitos vieram para extrair madeira, outros vieram interessados na agricultura, já que a região é formada basicamente de terra roxa. Formam-se, assim, as primeiras vilas. Motivados pela qualidade das terras e pensando em fazer futuro. A terra era doada, principalmente, aos que tivessem prestado o serviço militar. Os pioneiros vieram pela estrada do colono, hoje interditada.

Por muitos anos, o distrito foi uma área coberta por densas florestas, contendo madeira de lei, como Cedro, Lapacho, Angico, Canela, Guajovira, Timbauva, Peroba e outros. Com a ação do homem, a paisagem se modificou, restando hoje apenas pequenas reservas florestais.

No início, foi praticada a agricultura de subsistência: milho, feijão, hortaliças, mandioca, frutas, etc. O comércio desses produtos era difícil, devido a precariedade das estradas e dos meios de transporte. Atualmente planta-se para a subsistência e para a comercialização, principalmente: soja, trigo, milho e fumo.

A partir de 1920, com a conclusão das primeiras obras de estrada ligando esta porção do território paranaense à capital do Estado, um novo contingente populacional ocupa as terras do

Oeste, uma vez que muitos trabalhadores fixaram moradia na região, dando início a uma terceira etapa de ocupação, consolidada na década seguinte.

Nos anos de 1930, ocorre um novo momento na ocupação, com o início do movimento denominado “Marcha para o Oeste”, implantado pelo governo do presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de adensar a ocupação do território brasileiro. A marcha para o Oeste deu prosseguimento à exploração da madeira, mas introduziu a exploração agrícola.

A partir da década de 1940, algumas iniciativas governamentais, como a criação, pelo governo federal, do Território Federal do Iguaçu, em 1942, extinto em 1946, e a subsequente criação do Departamento Administrativo do Oeste, por parte do governo estadual, geraram os primeiros impulsos institucionais de ocupação e de exploração econômica da região. No final da década de 1950, os esforços efetivos para implantação de um sistema viário impulsionaram a atividade agrícola da região, privilegiada pela boa qualidade dos solos e capacidade técnica dos produtores, viabilizando a produção de excedentes para comercialização. Nesse processo, algumas correntes imigratórias se destacaram. Uma delas foi formada basicamente por agricultores de origem alemã e italiana, provenientes das áreas serranas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que paulatinamente vinham se destinando às regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, intensificando-se em volume, particularmente nos anos 1950.

Atualmente a mesorregião Oeste se caracteriza pelo crescimento populacional e econômico, bem como o crescimento de suas cidades. O sistema de rodovias vem sendo ampliado para atender ao escoamento da produção agrícola e industrial da região, onde há muitas cooperativas; e também para atender ao turismo nacional e internacional em Foz do Iguaçu, cujos atrativos são as Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, predominando a prestação de serviços para atender ao turismo na economia do município. O acesso é feito pela rodovia BR-277 e pelo Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Essa mesorregião é formada por 50 município agrupados em três microrregiões: conforme demonstrado na Tabela 2.1.

Quadro 2.1. Microrregiões do Oeste Paranaense

Microrregião de Cascavel	Microrregião de Toledo	Microrregião de Foz do Iguaçu
Anahy	Assis Chateaubriand	Céu Azul
Boa Vista da Aparecida	Diamante do Oeste	Foz do Iguaçu
Braganey	Entre Rios do Oeste	Itaipulândia
Cafelândia	Formosa do Oeste	Matelândia
Campo Bonito	Guaíra	Medianeira
Capitão Leônidas Marques	Iracema do Oeste	Missal
Cascavel	Jesuítas	Ramilândia
Catanduvas	Marechal Cândido Rondon	Santa Terezinha
Corbélia	Maripá	São Miguel do Iguaçu
Diamante do Sul	Mercedes	Serranópolis do Iguaçu
Guaraniaçu	Nova Santa Rosa	Vera cruz do Oeste

Microrregião de Cascavel	Microrregião de Toledo	Microrregião de Foz do Iguaçu
Ibema	Ouro Verde do Oeste	
Iguatu	Palotina	
Lindoeste	Pato Bragado	
Nova Aurora	Quatro Pontes	
	Santa Helena	
	São José das Palmeiras	
	São Pedro do Iguaçu	
	Terra Roxa	
	Toledo	
	Tupãssi	

Fonte: IPARDES; 2003.

De acordo com o IBGE (2010) as três microrregiões detêm uma população estimada em 1.219.558 de habitantes, sendo que estes se subdividem em:

- Microrregião Geográfica de Foz do Iguaçu: 408.800 habitantes;
- Microrregião Geográfica de Cascavel: 432.978 habitantes;
- Microrregião Geográfica de Toledo: 377.780 habitantes.

Nesta mesorregião a população teve um avanço da década de 80 até o ano de 2010. Chegando ao grau de urbanização de 86,88%, o qual ficou acima da média do Estado de 85,33%.

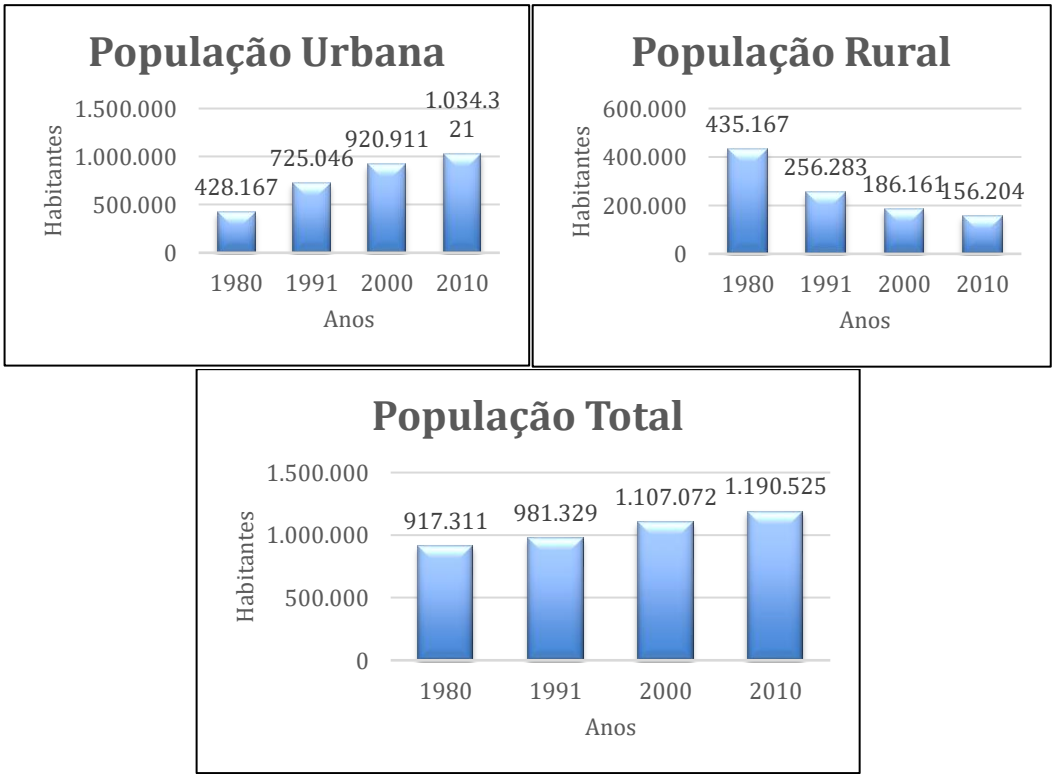


Figura 2.1. Evolução da População do Oeste do Paraná.

Fonte: IPARDES/IBGE

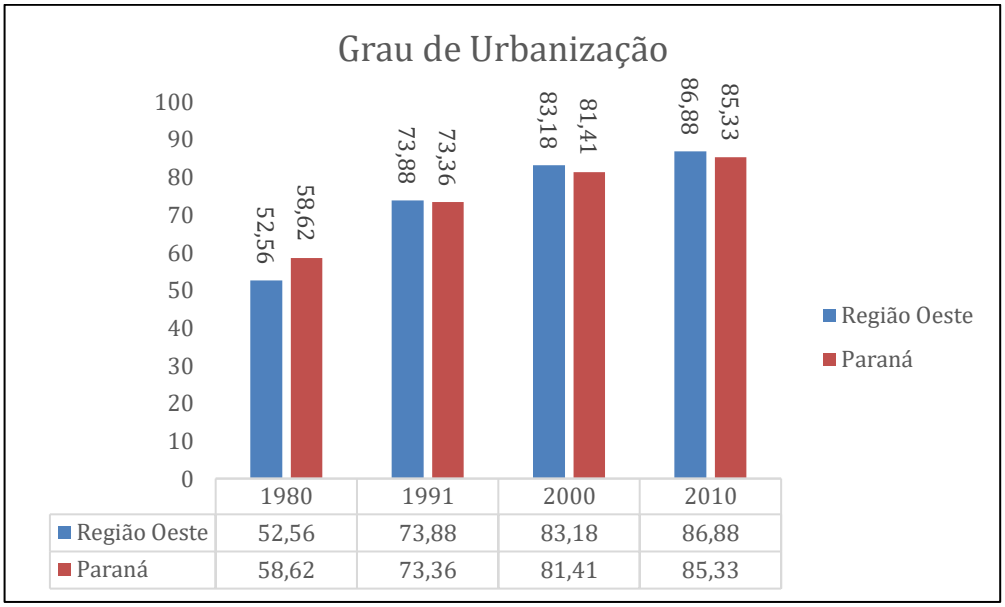


Figura 2.2. Grau de Urbanização da Região Oeste em comparação com o Estado do Paraná.

Fonte: IPARDES, 2010

A economia da região oeste vem apresentando um notável crescimento desde o início do século XXI. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), essa região apresentou um crescimento acima das médias estadual e nacional nas últimas duas décadas. Entre os anos de 2000 e 2018, o PIB da região cresceu em média 4,7% ao ano, superando a média estadual de 3,7% e a nacional de 3,4% (IPARDES, 2019).

Esse crescimento econômico é impulsionado principalmente pela agropecuária, que se destaca na região Oeste do Paraná devido ao solo fértil e ao clima favorável. Dados do Departamento de Economia Rural (Deral) do Paraná mostram que a produção agrícola da região teve um crescimento significativo desde 2000, com destaque para as culturas de soja, milho, trigo e avicultura. Esse impulso na produção agrícola tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico local.

Além da agropecuária, a agroindústria também desempenha um papel importante na economia da região Oeste do Paraná. O processamento de alimentos, principalmente aqueles de origem agrícola, tem contribuído para a geração de empregos e aumento da renda na região. Grandes empresas do setor alimentício estão instaladas na região, aproveitando-se da proximidade com as áreas produtoras e da infraestrutura logística adequada.

Investimentos em infraestrutura têm sido cruciais para o crescimento econômico da região. A construção de rodovias, ferrovias e a expansão dos sistemas de transporte e logística facilitaram o escoamento da produção agrícola e atraíram investimentos de empresas nacionais e internacionais. Um exemplo notável é a construção e pavimentação da BR-163, que conectou a

região Oeste do Paraná aos portos do Norte do país, permitindo um acesso mais eficiente aos mercados internacionais.

Além disso, a diversificação econômica tem impulsionado o crescimento da região. Além do setor agrícola, outras atividades têm se destacado, como o turismo rural, a indústria de confecções, a indústria moveleira e o setor de serviços. Essa diversificação tem contribuído para a geração de empregos e o aumento da renda per capita na região.

2.2. Município de Diamante do Sul

A colonização do município de Diamante do Sul, teve início no século XX, quando imigrantes oriundos principalmente do Sul do país buscaram novas oportunidades na região. A área territorial onde foi iniciada a colonização pertencia a COBRIMCO (Companhia Brasileira de Imigração e Colonização). O pioneiro José Joaquim do Amaral chegou em 1924, seguido por famílias como a de Miguel dos Santos, Manoel Vieira e Sergio Malaquias, em 1925.

Em 1926, Olegário Machado de Oliveira estabeleceu-se na região, tornando-se o primeiro comerciante de Diamante do Sul. Ele buscava mercadorias em Laranjeiras do Sul e Rocinha utilizando um cargueiro. Durante a década de 1940, a educação era lecionada nas casa dos professores ou nas igrejas, sendo o primeiro professor da sede do distrito Manuel Vieira. A primeira igreja de madeira lascada foi constituída em 1942 por Olegário Machado de Oliveira, antes das visitas regulares do Frei Germano Holing de Laranjeira do Sul.

Maximilio Moraes das Neves, um ilustre pioneiro, contribuiu para a cultura e história de Guaraniaçu. Ele chegou a Diamante do Sul em 1946. Em 1944, a família de Gentil Moraes da Cruz também se estabeleceu no município. Ao longo dos anos, diversas outras famílias chegaram à região, como Zacarias Carriel, Gumercindo Nogueira as Silva, Arlindo Vicente Ribeiro de Souza, Alduino Mariani e Hipólito Pinheiro dos Santos.

No início da colonização, as mudanças eram transportadas a cavalo, somente em 1956, durante a gestão do Prefeito Geraldo Marques Saraiva, foi aberta a estrada de rodagem que liga Diamante do Sul à BR-277. O transporte era realizado em carroças puxadas por bois e cavalos, e posteriormente, Zacarias Carriel trouxe o primeiro jipe para a região.

Durante anos, atividades como caça e o jogo de cachila, realizados nas ruas com fogueira para iluminar, eram populares. A caça também era um meio de subsistência e lazer para a comunidade. Em 1958, surgiu o primeiro time de futebol de Diamante do Sul, e em 1959, 16 alunos foram preparados para a primeira comunhão com o padre Puntel na igrejinha local.

Em 1960, foi construída a primeira igreja católica em Diamante do Sul, e no mesmo ano, realizado o primeiro casamento. Em 1961, houve um estímulo para a plantação de trigo, com

empréstimos de sementes para os agricultores locais. A trilhadeira, primeira da região, foi emprestada pelo Prefeito Municipal de Guaraniaçu. em 1962, foi constituído o Grupo Escolar Valdomiro Zefrin, que posteriormente se tornou o Grupo Escolar Osório Duque Estrada.

Em 1980, iniciaram-se as obras da Igreja Nossa Senhora Aparecida, e em 1982, Olmiro Pinheiro dos Santos foi eleito o primeiro prefeito de Diamante Do Sul, juntamente com nove vereadores. Em 1990, o distrito foi emancipado com o nome de Diamante do Sul por meio de plebiscito. No mesmo ano, a escola Edirce Neneve de Carvalho foi municipalizada, em homenagem à professora do distrito falecida em 1988.

A colonização de Diamante do Sul foi marcada pela coragem e dedicação dos pioneiros, que enfrentaram desafios e contribuíram para o desenvolvimento do município. A história e as tradições desses colonos são parte essencial da identidade da região.

O município de Diamante do Oeste se localiza na Mesorregião Oeste Paranaense a qual abrange uma área territorial de aproximadamente 2.290.859 hectares, (11,5% da área estadual). Esta região está no Terceiro Planalto Paranaense e faz fronteira com a Argentina e o Paraguai (IPARDE, 2003).

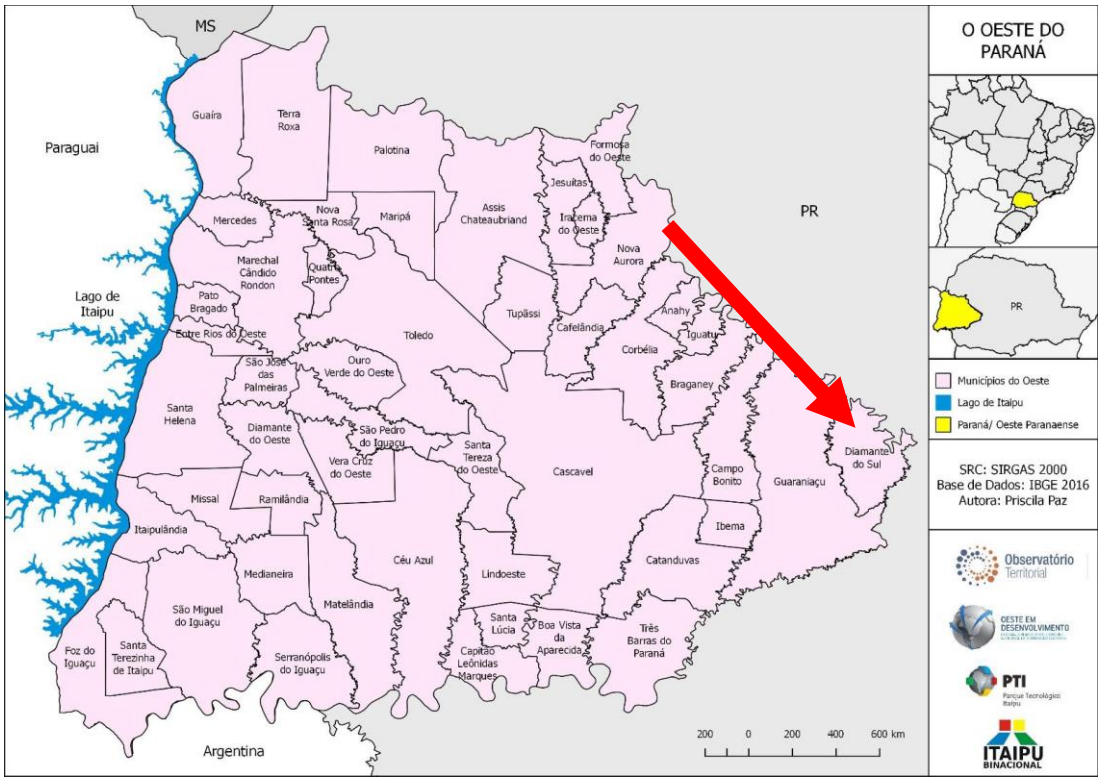


Figura 2.3. Localização da região Oeste do Paraná e Diamante do Sul.

Fonte: IBGE (2003)

O município de Diamante do Sul, localizado na região oeste do Paraná, possui uma área territorial de 347,168 km² e está situado entre as coordenadas geográficas extremas de 25º 02'

07'' S de latitude e 52º 41' 17'' O de longitude. As divisas do município são delimitadas da seguinte forma: ao norte faz divisa com Ubiratã, ao sul e oeste com Corbélia, e a Leste com Iguatu.

Sua localização a coloca em uma posição de multipolarização com cidades vizinhas como Guaraniaçu, Laranjal, Nova Laranjeiras, Altamira do Paraná, Cascavel e Curitiba. Sua multipolarização com cascavel se dá pelo fato do mesmo ser a capital da microrregião a qual o município está inserido, já com Curitiba se dá pelo fato da mesma ser a capital do Estado e abrigar os principais órgãos públicos estaduais.

MUNICÍPIOS LIMÍTROFES COM O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/ PR

Figura 2.4. Município limites de Diamante do Sul, Paraná.
Fonte: Base Cartográfica ITCG, 2010.

Os principais centros urbanos nas proximidades de Diamante do Oeste são Cascavel, Laranjeira do Sul e Guarapuava. O município de Laranjeira do Sul está situado a aproximadamente 60 km a leste de Diamante do Sul, se trata de uma cidade de médio porte e que apresenta grande importância na região, pelo comercio, serviços e infraestruturas mais desenvolvidos. Guarapuava se encontra a cerca de 160 km a leste de Diamante do Sul se trata de uma cidade de porte grande e principal centro urbano da região centro-sul paranaense apresenta uma ampla gama de serviços, comercio, educação e saúde. Já cascavel se encontra a nordeste do município a uma distância aproximada de 112 Km, está se destaca principalmente por ser o principal centro urbano da região oeste paranaense e possuir uma estrutura completa, com uma ampla oferta de serviços, comercio e instituições educacionais.

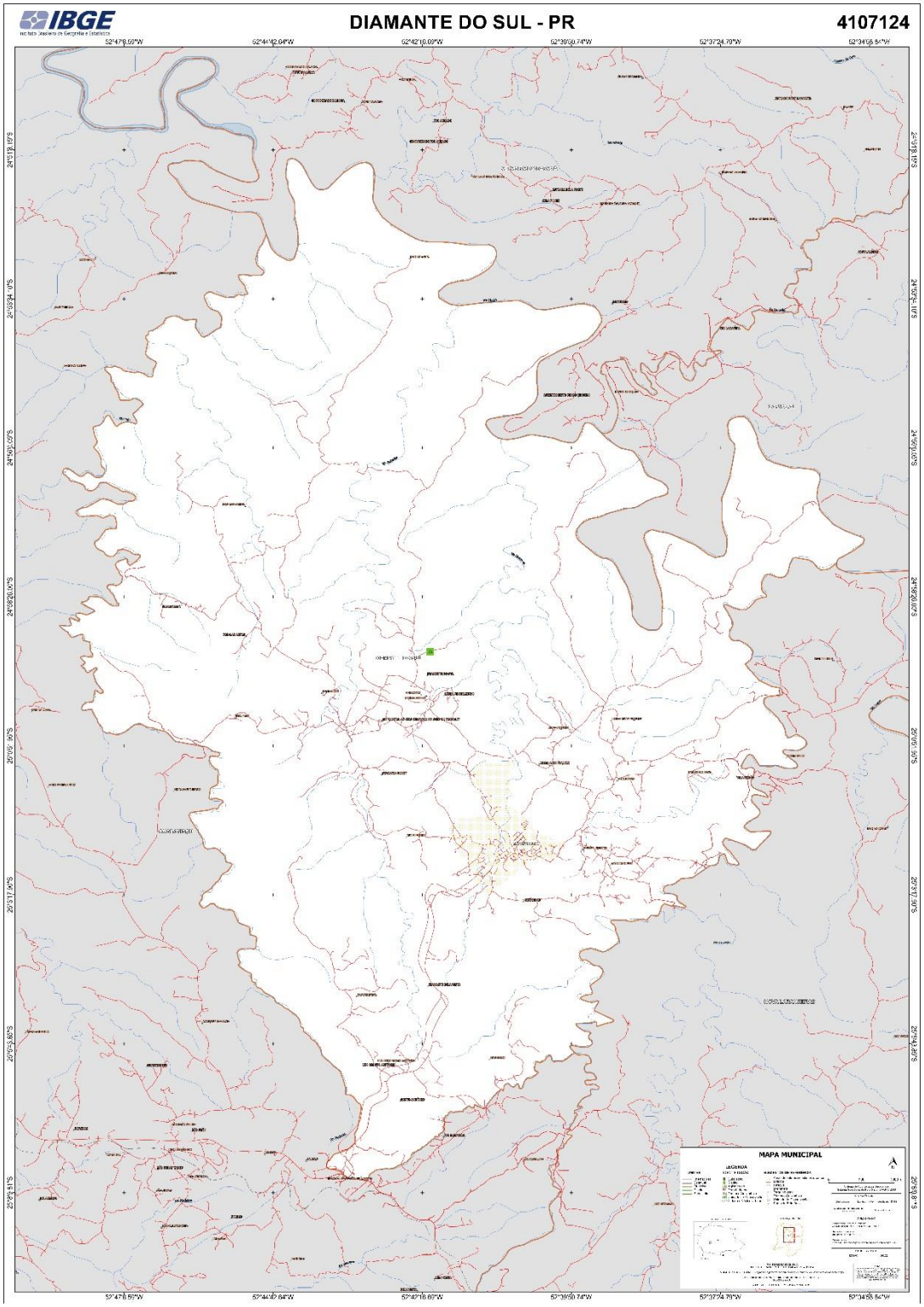


Figura 2.5. Município de Diamante do Sul, Paraná.

Fonte: IBGE, 2010.

Em 2003, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU-PR) lançou a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDU) para o estado do Paraná, incluindo a proposta de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado para as regiões de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. Essa política regional tem como objetivo estruturar as regiões funcionais,

considerando-as áreas de forte articulação econômica e com relações estreitas entre os municípios.

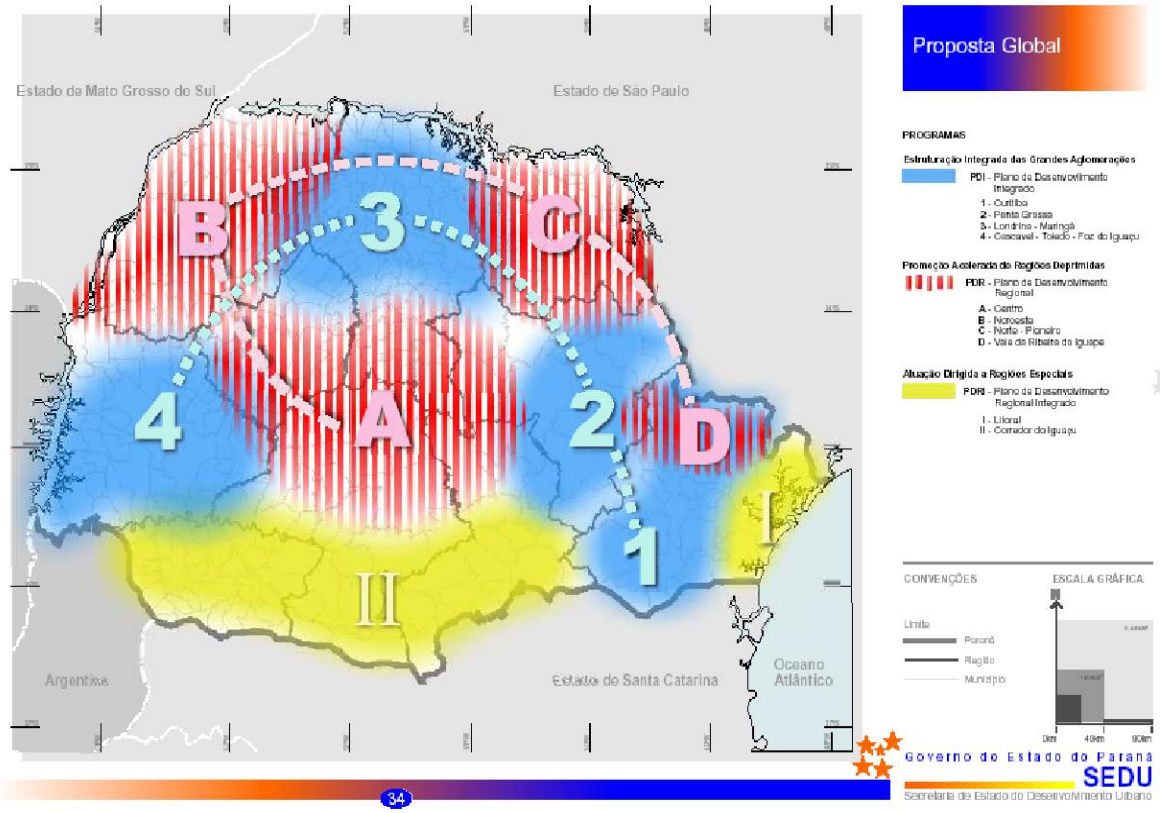


Figura 2.6. PDU – Proposta Global.

Fonte: SEDU-PR, 2003.

Em 2005, o Plano Diretor de Missal apresentou um mapa de nivelamento de centralidade dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense. Nesse mapa, é possível observar as principais centralidades apontadas na hierarquia de centros da rede urbana da região. De acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cascavel se destaca como Centro Sub-Regional 1 (nível forte), enquanto que Diamante do Sul possui um nível de centralidade muito fraco e um nível de fluxo de partida também ainda muito fraco em relação a Laranjeiras do Sul e Cascavel.

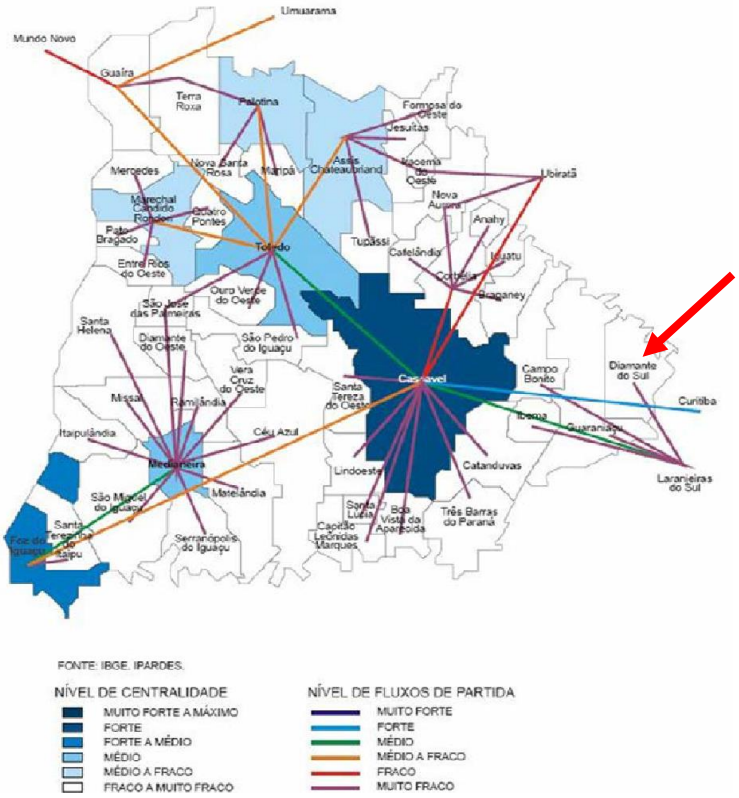


Figura 2.7. Centralidade dos Municípios da Mesorregião Oeste Paranaense

Fonte: Plano diretor de Missal.

A Mesorregião Oeste do Paraná tem se destacado como centro agroindustrial, com ênfase na produção de soja, avicultura e suinocultura. Os municípios mais dinâmicos da região são Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Medianeira e Foz do Iguaçu. A presença de cooperativas importantes, como a COOPAVEL em Cascavel, a C. Vale em Palotina e a COPACOL em Cafelândia, contribui para o desenvolvimento econômico.

Cascavel é o principal centro comercial e de serviços da região, especialmente na área da saúde, contando com 585 estabelecimentos de saúde, incluindo o Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP), que atende aproximadamente dois milhões de habitantes.

Diamante do Sul é membro da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), que foi criada em 1969 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e administrativo dos municípios da região. A AMOP desempenha um papel importante na busca de melhorias para os municípios, conquistando objetivos como a pavimentação de rodovias, a implantação de universidades públicas e a promoção do turismo, da agroindústria e das exportações.

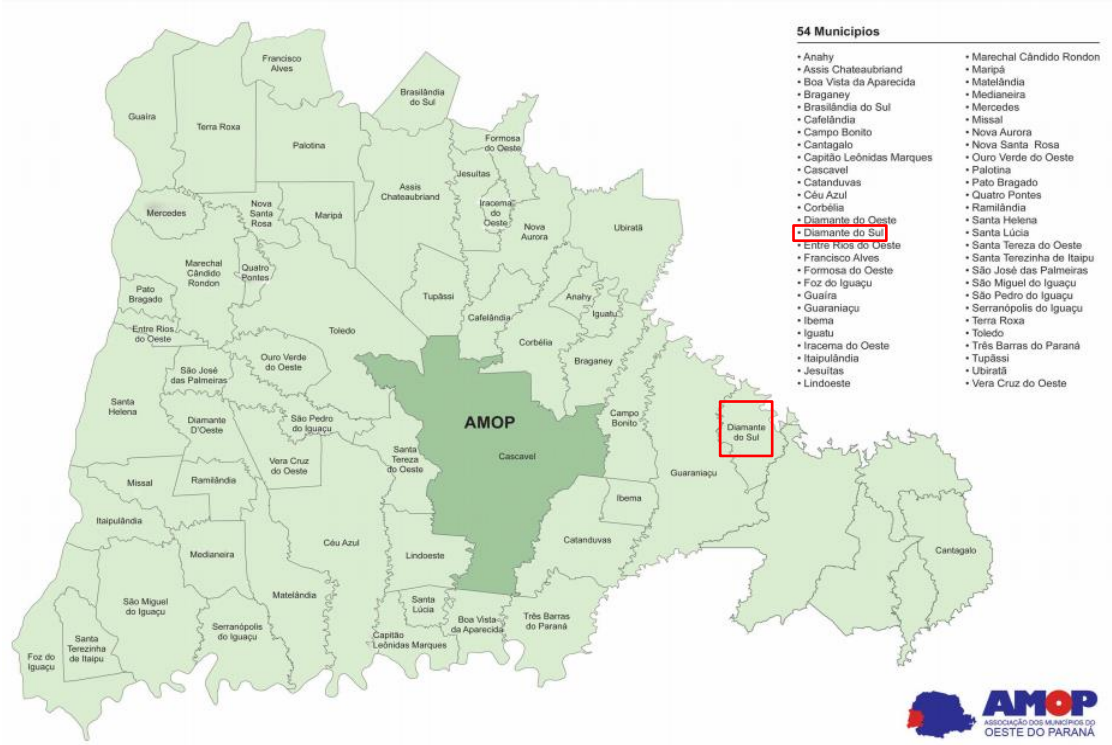


Figura 2.8. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

Fonte: AMOP,2010.

A relação efetiva de Diamante do Sul com os municípios vizinhos ocorre através da participação nas reuniões mensais da AMOP em Cascavel. Nesses encontros, são tratados assuntos relacionados à iluminação pública, educação e questões com órgãos como a Caixa Econômica Federal e a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar).

2.3. Região Cantuquiriguaçu

O processo histórico de constituição territorial é pontuado por conflitos, desde o início com o enfrentamento entre indígenas e portugueses no século XVIII até os dias de hoje onde o território vivencia conflitos fundiários. A ruralidade é um traço marcante do território, onde a produção primária representa 33% do valor adicionado obtido na região. Por outro lado, essa ruralidade é marcada pela pobreza, demonstrada pelos altos índices de famílias pobres, de domicílios sem água encanada, sem esgoto sanitário, sem lixo coletado e sem acesso à energia elétrica, somados à taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo superiores à média estadual.

2.3.1. Localização da Região da Cantuquiriguaçu

O território situa-se na poção centro-oeste do Estado do Paraná e conta com uma população de 232.729 habitantes, sendo mais de 50% vivendo na zona rural. É delimitado ao Norte pelo rio Piquiri, ao sul pelo Rio Iguaçu (conta com sete usinas hidrelétricas, entre as quais Salto Segredo, Salto Santiago, Salto Osório e Foz do Areia) e na fronteira Oeste pelo rio Cantu. O

nome Cantuquiriguacú é uma junção dos nomes destes três rios. Compreende 20 municípios, dos quais Laranjeiras do Sul é o mais antigo e com maior população e sedia a Associação dos municípios.

O território está na rota rodoviária com o Paraguai e com a Argentina, pela BR-277 (rodovia federal pedagiada) que corta o território no sentido leste-oeste, fazendo a ligação entre o Porto de Paranaguá e Foz do Iguaçu. A comunicação rodoviária entre este Porto e Cascavel é feita pela Ferroeste, que cruza toda a extensão longitudinal do território. O território é entre cortado por estradas rurais que, devido ao relevo acidentado, ao solo basáltico, ao regime de chuvas (> de 1.600 mm/ano), e á grande extensão territorial, exige manutenção constante para se manterem em condições de tráfego durante o ano.

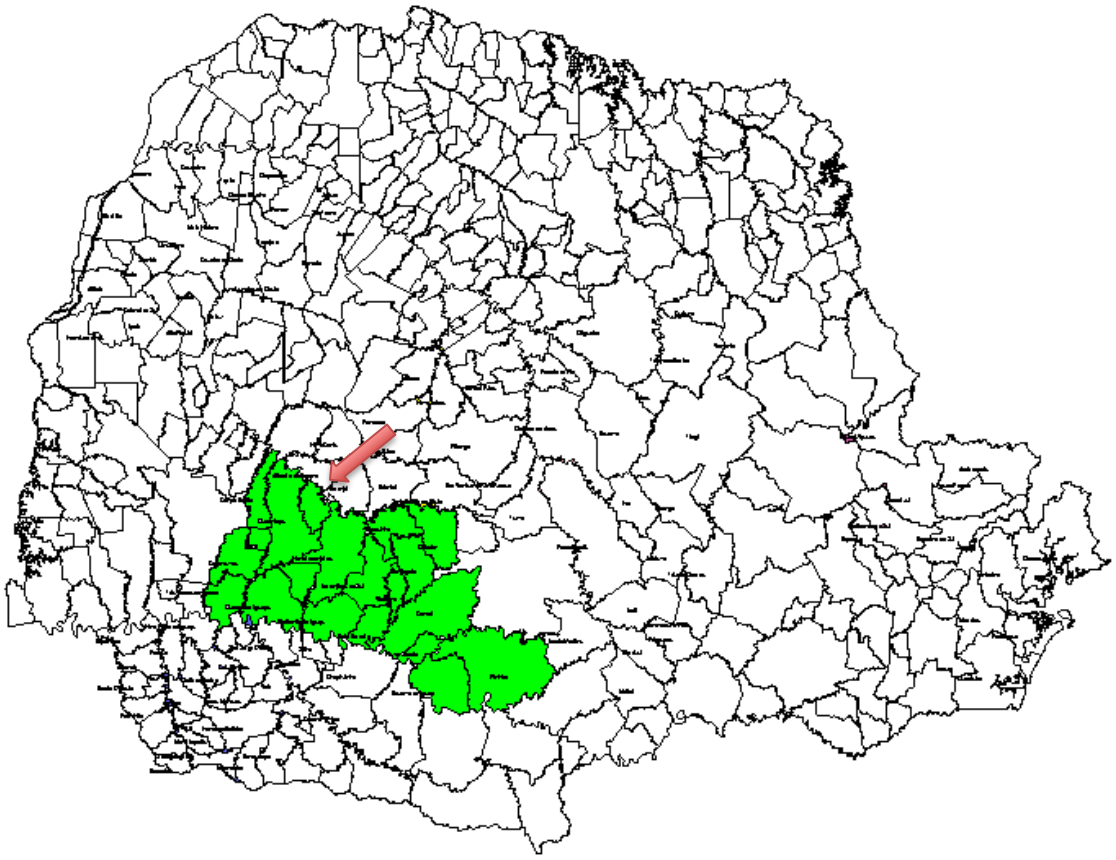


Figura 2.9. Mapa do Estado do Paraná com a localização do Território Cantuquiriguaçu.
Fonte: Associação CANTUQUIRIGUAÇU/2008.

A região é composta por 20 (vinte) municípios: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, **Diamante do Sul**, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. Essa região corresponde a cerca de 7% do território paranaense, abrangendo uma área de 13.947073 km^2 (IPARDES, 2007;).

A região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu foi constituída no âmbito do Programa Territórios da Cidadania pelo fato de seus municípios apresentarem baixos índices de desenvolvimento econômico e social. A soma da população dos municípios da região equivale a 236.440 habitantes, conforme estimativa do IBGE para o ano de 2021. Utilizando-se esta mesma fonte, temos que Quedas do Iguaçu é o município com a maior população, ou seja, 34.707 habitantes, enquanto Porto Barreiro tem o menor número de moradores, ou seja, 3.133 pessoas (IPARDES, 2022).

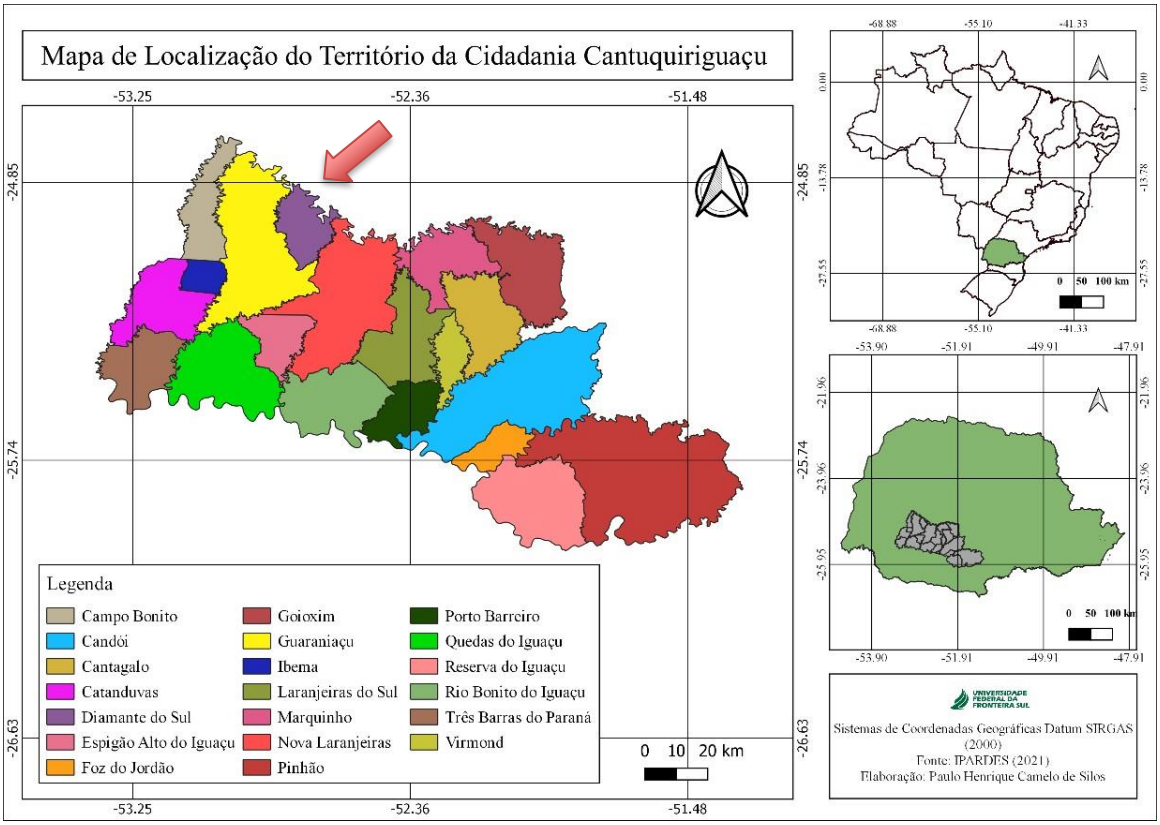


Figura 2.10. Localização dos municípios integrantes da região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no Estado do Paraná – 2021.
Fonte: SILOS & STOFFEL (2021, p. 34).

2.3.2. Histórico da Região da Cantuquiriguaçu

A ocupação do Estado do Paraná iniciou-se ainda no século XVII, no contexto do ciclo do ouro, quando os exploradores portugueses instalaram os primeiros povoamentos no litoral e no primeiro planalto do Estado. Na mesma época, nas áreas interioranas, em sítios isolados, teve início a implantação de Missões conduzidas por padres jesuítas espanhóis, que chegaram ao interior navegando pelo Rio Paraná.

O interesse dos colonizadores portugueses na ampliação das fronteiras e na captura de indígenas para o trabalho escravo levou à destruição das Missões ainda no século XVIII. No

entanto, permaneceram as primeiras trilhas para o interior, as quais vieram a ser utilizadas pelos primeiros desbravadores do território.

A descoberta dos Campos de Guarapuava data da segunda metade do século XVIII, através de uma bandeira cujo objetivo era deter o avanço espanhol na zona meridional. Essa exploração registrou a presença dos povos indígenas que habitavam a região.

O povoamento da região oeste se deu a partir de Guarapuava e Palmas, processo este que ocorreu de maneira irregular e sob três formas: pela iniciativa oficial, pela iniciativa particular/empresarial e pela ocupação espontânea de terras devolutas.

O combate e aldeamento dos índios funcionaram como um vetor importante no processo de ocupação do território paranaense. O início do século XIX é marcado pela guerra declarada aos indígenas, sob a alegação de que estes impediam a fixação e o trânsito de pessoas. O aldeamento dos índios Camés, Votorões e Dorins teve início em 1810, porém estes ofereceram resistência até meados do século.

Naquele período, a região do atual município de Laranjeiras do Sul era um grande sertão, habitado por comunidades indígenas. O processo de desbravamento, povoamento e urbanização trouxe consigo o encontro e, muitas vezes, o confronto cultural com os habitantes indígenas, os quais, no que se refere ao território, acabaram sendo empurrado sertão adentro. As comunidades que permaneceram tiveram que se organizar em reservas demarcadas, conforme a política oficial do Estado brasileiro.

Entre os processos de caráter econômico que tiveram importância histórica para a região está a exploração da erva-mate, sobretudo no século XIX, a qual, contudo, entra em declínio a partir da década de 1930. Na área onde estão localizados os municípios do Cantuquiriguaçu predominavam empresas de capital argentino na exploração ervateira.

Ainda no século XIX, outra atividade econômica relevante no processo de ocupação dessa região foi o tropeirismo. O comércio de muares entre o Rio Grande do Sul e São Paulo foi responsável pela criação de diversas estradas. Os tropeiros provocavam grande tráfego e fazia suas pousadas em vários pontos das estradas, o que deu origem a muitas cidades. A exploração madeireira, que teve seu momento relevante como fomentadora da ocupação do solo paranaense em meados do século XX, também foi responsável pelo povoamento de uma vasta área compreendida entre as cabeceiras dos rios Tormenta e Adelaide, ambos tributários do Iguaçu.

Do ponto de vista dos processos políticos, destacam-se a Colônia Militar Marechal Mallet, criada em 1888, servindo de ponto intermediário de ligação entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, e a Colônia Militar do Iguaçu (1889). A partir da ocupação dos campos guarapuavanos, as Colônias Marechal Mallet e Foz do Iguaçu foram criadas como elementos nacionais, justamente para

garantir a posse do território, tendo em vista questões de limite com a Argentina. O território guarapuavano sofreu sucessivos desmembramentos, tendo sido o maior município do Estado, chegando a ocupar uma área equivalente a ¼ do território paranaense.

Os 20 municípios que compõem o território Cantuquiriguaçu são parte desse processo de desmembramento. Os mais antigos são Laranjeiras do Sul (1946) e Guaraniaçu (1952), e aqueles com implantação mais recente são: Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Marquinho, Porto Barreiro e Reserva do Iguaçu (1997). Essas datas indicam o quanto é recente a ocupação da região na forma de municípios. Ainda em termos políticos devem-se destacar os seguintes movimentos: o Contestado (1912 a 1916), o Movimento Tenentista e a Coluna Prestes (1924) e o Território Federal do Iguaçu (1943-1946), que compreendia áreas do oeste e sudoeste paranaenses e mais uma porção catarinense.

A história dos municípios do Cantuquiriguaçu está de uma forma ou de outra, ligada à história de Guarapuava. Recuperar os elementos constitutivos da ocupação desse território possibilita uma compreensão da sociedade que nele construiu seu cotidiano.

A história do Paraná e do território Cantuquiriguaçu passa também por movimentos migratórios nacionais e internacionais. No início do século XX, imigrantes eslavos e italianos ocuparam parte dessa região. A década de 50 registrou um grande fluxo de imigrantes gaúchos e catarinenses em terras paranaenses — particularmente com destino às áreas do sudoeste e do oeste —, formado por famílias que vinham em busca de nova vida e terras férteis.

Hoje o território Cantuquiriguaçu congrega 20 municípios (Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçú, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçú, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçú, Reserva do Iguaçú, Rio Bonito do Iguaçú, Três barras do Paraná e Virmond) que integram a Associação dos municípios. Nos anos de 2002 e 2003 o Plano Diretor Municipal para o Desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu apresentou como proposição de estrutura para a gestão territorial a criação de um Conselho Territorial de Desenvolvimento (CONDETEC), com caráter propositivo, normativo e deliberativo, formado por entidades públicas, privadas e não-governamentais. No ano de 2004 esta proposta foi efetivada com a instalação no mês de abril do CONDETEC (Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu) e suas câmaras técnicas. Também no ano de 2004 foi realizado um Diagnóstico sócio econômicos, trabalho resultante de acordo de cooperação técnica entre o Governo do Paraná e FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Neste mesmo ano o Cantuquiriguaçu foi reconhecido como território a ser trabalhado pela SDT/MDA.

2.5.4. Nível de desenvolvimento sustentável IDSM- Cantuquiriguaçu

Para alcançar o desenvolvimento sustentável é necessário reconhecer que os sistemas humanos e o meio ambiente estão interligados, exercendo influências e interferências de acordo com o nível de evolução em que se encontram, além do reconhecimento de suas características e da capacidade de atuação e interação no contexto em que estão inseridos. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável deve ser estudado de acordo com as peculiaridades das interações homem-natureza, e de acordo com as características do ambiente.

Nesta perspectiva, um dos indicadores que pode ser utilizado é o Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM), proposto por Martins e Cândido (2008). Este tem como objetivo diagnosticar a realidade dos municípios, auxiliando gestores públicos e privados a promover ações e alternativas para alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento nos municípios, considerando a necessidade de construir condições adequadas de sustentabilidade no processo de desenvolvimento.

Sugerida pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em sua última versão do Dashboard of Sustainability, preparada para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002 na África do Sul, esta avaliação de sustentabilidade é gerada a partir de um método de agregação aos indicadores e às dimensões.

O IDSM apresentado foi calculado para a região da Cantuquiriguaçu/PR a partir dos dados coletados para os 20 (vinte) municípios que dela fazem parte.

O IDSM é composto por 6 dimensões: social, demográfica, econômica, político-institucional, ambiental e cultural. Cada uma destas dimensões é composta por um número específico de indicadores, conforme ilustra o Quadro 1.

Quadro 2.2. Dimensões e número de indicadores que compõem o IDSM.

Dimensão	Número de indicadores
Social	22
Demográfica	7
econômica	7
Político-institucional	12
Ambiental	13
Cultural	6

Fonte: Adaptado de Martins e Cândido (2008).

As informações, referentes às variáveis que resultam nos indicadores de cada dimensão, foram coletadas nas seguintes bases de dados: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), Atlas BR (Atlas Brasil), Bfcad (Bolsa Família e Cadastro Único), Meu Município, ANATEL (Agência Nacional

de Telecomunicações), TSE (Tribunal Superior Estadual) e SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento). Para cada variável foi escolhida a base de dados na qual as informações estão disponíveis, sendo que os anos para os quais as informações foram utilizadas são aqueles que estavam disponíveis e que estão entre o período de 2010 a 2021.

O conjunto de variáveis utilizadas possui diferentes unidades de medida, tornando necessária a transformação dessas variáveis em índices para que a agregação em suas respectivas dimensões seja possível. Assim, o método utilizado ajusta os valores das variáveis às escalas, onde o valor mínimo é 0 (zero) e o máximo é 1 (um). Cada variável apresenta relação positiva ou negativa com o desenvolvimento. É positiva quando há uma relação diretamente proporcional entre a evolução da variável e do índice, ou seja, quanto maior o resultado da variável maior o nível de desenvolvimento (ou vice-versa). Será negativa quando há uma relação indiretamente proporcional, ou seja, variável e índice têm variações contrárias, enquanto uma aumenta a outra diminui e vice-versa (MARTINS & CÂNDIDO, 2008).

Inicialmente foi identificada a relação de cada variável com o desenvolvimento sustentável, a partir de então foi feita a operacionalização do cálculo do índice. Os resultados apurados para o índice são classificados em 4 (quatro) níveis de sustentabilidade conforme expresso no Quadro 2.

Quadro 2.3. Classificação e representação dos índices em níveis de sustentabilidade do IDSM.

Índice (0 - 1)	Coloração	Nível De Sustentabilidade
0,0000 - 0,2500		Crítico
0,2501 - 0,5000		Alerta
0,5001 - 0,7500		Aceitável
0,7501 - 1,000		Ideal

Fonte: Adaptado de Martins e Cândido, 2008.

A apresentação dos resultados nesta seção é efetuada em tabelas, sendo que foicalculado o IDSM em cada uma das seis dimensões (social, demográfica, econômica, político-institucional, ambiental, cultural) para os 20 (vinte) municípios. Em cada dimensão foi calculada e é apresentada a média para a região. Na última tabelaconstam os valores do IDSM médio (entre as seis dimensões) para cada município, bem como para a região.

2.5.4.1. Dimensão Social

A primeira dimensão, calculada e apresentada, é a social. A partir dela é possível observar um conjunto de informações relativas aos aspectos sociais que de alguma maneira

influenciam na qualidade de vida da população, bem como no acesso igualitário aos serviços oferecidos para a comunidade (MARTINS & CÂNDIDO, 2008).

Nesta dimensão foram utilizadas 22 (vinte e duas) variáveis. São elas: esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, prevalência de desnutrição total, cobertura vacinal – BCG, Poliomielite, Tríplice Viral e Tríplice DTP, oferta de serviços básicos de saúde – número de empregos médicos, número de leitos hospitalares, número de estabelecimentos de saúde. Ainda foram utilizadas escolarização, alfabetização, população com ensino superior completo (25 anos ou mais), analfabetismo funcional, famílias atendidas por programas sociais, mortalidade por homicídio, mortalidade por acedente de transporte, adequação de moradia nos domicílios – densidade de moradores, coleta de resíduos, tinham água encanada, tinham energia elétrica, tinham banheiro ou sanitário. Os dados para os cálculos foram retirados dos portais: IBGE, IPARDES, BFCad, Atlas BR e SNIS (SistemaNacional de Informações sobre Saneamento) para anos que variam de 2010 a 2021, conforme a disponibilidade individual da informação.

Na tabela abaixo constam os índices individuais calculados para cada município na dimensão social. As cores são utilizadas para indicar o nível de sustentabilidade. Ao final da tabela consta o IDSM médio da região, calculado a partir do IDSM de cada município.

Tabela 2.1. IDSM da dimensão social para os municípios e região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o período de 2010 a 2021.

Município	Índice	Município	Índice
Campo Bonito	0,4901	Marquinho	0,4858
Candói	0,4243	Nova Laranjeiras	0,4438
Cantagalo	0,5310	Pinhão	0,4412
Catanduvas	0,5148	Porto Barreiro	0,4235
Diamante do Sul	0,3008	Quedas do Iguaçu	0,5753
Espigão Alto do Iguaçu	0,4392	Reserva do Iguaçu	0,4060
Foz do Jordão	0,4594	Rio Bonito do Iguaçu	0,4138
Goioxim	0,4862	Três Barras do Paraná	0,6297
Guaraniaçu	0,6853	Virmond	0,6517
Ibema	0,5886	**Região Cantuquiriguaçu**	**0,5090**
Laranjeiras do Sul	0,7896		

Na dimensão social, conforme pode ser observado na Tabela 1, em 12 (doze) municípios o IDSM calculado está no nível de alerta, dentre eles Diamante do Sul com o menor índice entre os município (0,3008). Em 7 (sete) o índice está nonível aceitável e apenas 1 (um) - Laranjeiras do Sul - tem resultado ideal.

O IDSM médio para a dimensão social da região Cantuquiriguaçu alcançou resultado considerado aceitável. Entretanto, é importante considerar que há uma desigualdade significativa

entre o menor índice (no caso de Diamante do Sul) e o maior (Laranjeiras do Sul), indicando que a região é bastante heterogênea, ou desigual, no que tange ao acesso aos recursos sociais considerados neste cálculo.

Ao formular os seis princípios da visão do ecodesenvolvimento, considera-se desenvolver um sistema social, programas de educação e a satisfação das necessidades básicas entre os aspectos integrantes. O o ecodesenvolvimento orienta para um projeto de civilização, propondo um novo estilo de vida, com objetivos sociais, orientando para o futuro. Os resultados calculados para os municípios da região estudada e, principalmente, para Diamante do Sul, indicam que são necessárias ações para que as variáveis sociais citadaspermitam aos habitantes condições ideais de sustentabilidade e consequentemente devida.

2.5.4.2. Dimensão Demográfica

A dimensão demográfica é composta por 7 (sete) variáveis. Estas são: crescimento da população, razão entre a população urbana e rural, densidade demográfica, razão entre a população masculina e feminina e distribuição da população por faixa etária – até 14 anos, de 15 a 59 anos e acima de 60anos. Estes dados foram coletados nas bases de dados do IBGE, IPARDES e Atlas BR, sendo que os anos aos quais se referem variam de 2010 a 2021, conforme a disponibilidade da informação de cada variável. Os resultados para o IDSM da dimensão demográfica estão apresentados na tabela abaixo.

Tabela 2.2. IDSM da dimensão demográfica para os municípios e região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o período de 2010 a 2021.

Município	Índice	Município	Índice
Campo Bonito	0,3579	Marquinho	0,3846
Candói	0,6158	Nova Laranjeiras	0,3615
Cantagalo	0,5245	Pinhão	0,6403
Catanduvas	0,5347	Porto Barreiro	0,3936
Diamante do Sul	0,4361	Quedas do Iguaçu	0,6076
Espigão Alto do Iguaçu	0,2561	Reserva do Iguaçu	0,7014
Foz do Jordão	0,3726	Rio Bonito do Iguaçu	0,5458
Goioxim	0,4960	Três Barras do Paraná	0,4448
Guaraniaçu	0,2987	Virmond	0,4118
Ibema	0,4745	**Região Cantuquiriguaçu**	**0,4666**
Laranjeiras do Sul	0,4735		

Nesta dimensão os resultados apontam que em 13 (treze) municípios da região o IDSM apresenta resultado classificado no nível de alerta, dentre eles Diamante do Sul, e os demais 7 (sete) contam com resultado aceitável. A média do índice, calculada para a região, alcançou um nível de sustentabilidade classificado como alerta o que torna necessário que gestores públicos e

privados verifiquem o que está impactando negativamente nos dados demográficos da região, com base nas variáveis utilizadas para esta dimensão.

Ao se falar em demografia, há uma relação científica entre o crescimento populacional, com o aumento da produção de bens e os recursos naturais disponíveis e que o meio ambiente possui um limite para o crescimento populacional.

2.5.4.3. Dimensão Econômica

A dimensão econômica é constituída por 7 (sete) variáveis. São elas: produto interno bruto (PIB) per capita, participação da indústria no PIB, receita tributária municipal, renda familiar percapita em salários-mínimos, renda per capita, rendimentos provenientes do trabalho e índice de Gini de distribuição do rendimento. Estas informações foram coletadasnas bases do IBGE e IPARDES para anos que variam de 2010 a 2021, conforme dadosdisponíveis e seus resultados constam na tabela abaixo.

Tabela 2.3. IDSM da dimensão econômica para os municípios e para a região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o período de 2010 a 2021.

Município	Índice	Município	Índice
Campo Bonito	0,5851	Marquinho	0,1839
Candói	0,4942	Nova Laranjeiras	0,2191
Cantagalo	0,3371	Pinhão	0,6018
Catanduvas	0,4660	Porto Barreiro	0,4095
Diamante do Sul	0,1958	Quedas do Iguaçu	0,4825
Espigão Alto do Iguaçu	0,2044	Reserva do Iguaçu	0,3045
Foz do Jordão	0,3445	Rio Bonito do Iguaçu	0,2803
Goioxim	0,1713	Três Barras do Paraná	0,5442
Guaraniaçu	0,5472	Virmond	0,5531
Ibema	0,6496	**Região Cantuquiriguaçu**	**0,4109**
Laranjeiras do Sul	0,6445		

A sustentabilidade na dimensão econômica apontou que em 8 (oito) dos municípios o nível do IDSM é considerado alerta. Em 7 (sete) o nível é aceitável, enquanto nos outros 5 (cinco) está crítico. Goioxim, Marquinho e Diamante do Sul são aqueles com pior sustentabilidade nesta dimensão, enquanto os melhores resultados estão em Ibema e Laranjeiras do Sul.

A média do IDSM para a região resultou em um nível de sustentabilidade alerta, o que indica que ainda há vulnerabilidades econômicas relevantes a serem resolvidas na maior parte dos municípios e na região como um todo.

Em relação ao desenvolvimento econômico no Paraná, Henrique (2019) aponta em sua pesquisa que dos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios, apenas 17 (dezessete) estão em estágio mais avançado de desenvolvimento, enquanto 81 (oitenta e um) se encontram em estágio

de transição e 301 (trezentos e um) tem classificação como retardatários. E que a região Centro Sul Paranaense, dentro da qual está localizada a maior parte dos municípios da Cantuquiriguaçu, "é uma região que apresentou resultados na etapa 'retardatária' de desenvolvimento econômico na grande maioria de seus municípios" (HENRIQUE, 2019, p. 153). Assim, somando os resultados do IDSM, constata-se que ainda há um longo caminho a percorrer para que condições econômicas adequadas sejam propiciadas à população desta região.

2.5.4.4. Dimensão Político-Institucional

Na sequência estão apresentados os resultados para o IDSM na dimensão político-institucional. São utilizadas 12 (doze) variáveis para este cálculo, sendo elas: despesas municipais por função – com assistência social, com educação, com cultura, com urbanismo, com habitação urbana, com gestão ambiental, com desporto e lazer ecom saúde, acesso ao serviço de telefonia móvel, participação nas eleições, número de conselhos municipais e transferências intragovernamentais da União. Estes dados foram coletados nas bases de dados das seguintes instituições: IBGE, IPARDES, AtlasBR, Meu Município, TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para anos que variam de 2010 a 2021, conforme a disponibilidade.

Na tabela abaixo está descrito o resultado de cada município para esta dimensão, bem como a média calculada para a região.

Tabela 2.4. IDSM da dimensão político-institucional para os municípios e região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o período de 2010 a 2021.

Município	Índice	Município	Índice
Campo Bonito	0,4184	Marquinho	0,2680
Candói	0,5618	Nova Laranjeiras	0,4655
Cantagalo	0,3615	Pinhão	0,3788
Catanduvas	0,3995	Porto Barreiro	0,3866
Diamante do Sul	0,4501	Quedas do Iguaçu	0,3711
Espigão Alto do Iguaçu	0,3456	Reserva do Iguaçu	0,4025
Foz do Jordão	0,5008	Rio Bonito do Iguaçu	0,3596
Goioxim	0,4320	Três Barras do Paraná	0,4299
Guaraniaçu	0,4166	Virmond	0,4116
Ibema	0,3588	**Região Cantuquiriguaçu**	**0,4079**
Laranjeiras do Sul	0,4396		

Na dimensão político-institucional em 90% dos municípios (18 unidades) da região o IDSM calculado está no nível alerta, entre eles Diamante do Sul, enquanto 2 (dois) trazem índice aceitável.

Uma das limitações observadas nos municípios são os baixos volumes de investimentos existentes, considerando haver baixa disponibilidade orçamentária na maior parte destes locais.

A média da região da Cantu está no nível alerta. Considerando que a região tem vulnerabilidades econômicas, estas repercutem nos montantes de recursos gerados e possíveis de serem gastos como orçamentos públicos municipais. Assim, nesta dimensão é alto o impacto dos baixos valores orçamentários disponíveis, por exemplo.

Uma das variáveis que chama atenção é o número de conselhos municipais, sendo que a maior parte dos municípios possui poucos conselhos. Isso gerou uma sustentabilidade crítica para 12 (doze) dos 20 (vinte) municípios, contribuindo para que a média da dimensão seja baixa. O índice participação nas eleições gerou sustentabilidade ideal ou aceitável em 15 (quinze) municípios, mostrando que a região possui uma boa participação eleitoral. No caso destes últimos a participação nas eleições é igual ou superior a 74%, que está próximo da participação nacional que em 2018, ano dos dados coletados, ficou em aproximadamente 79%.

2.5.4.5. Dimensão Ambiental

Para o cálculo do IDSM na dimensão ambiental, apresentado na tabela abaixo, foram utilizadas as seguintes variáveis: tratamento das águas – em ETAs e por simples desinfecção, consumo médio per capita de água, acesso ao abastecimento de água – rede geral, poço ou nascente e outro, tipo de esgotamento sanitário – rede geral ou pluvial, fossa séptica e outro e acesso a coleta de resíduos – coletado, queimado, enterrado e outro. Os dados coletados para estas variáveis foram localizados nas bases de dados do IBGE, IPARDES e SNIS para anos que variam de 2010 a 2021, conforme a disponibilidade.

Na dimensão ambiental o IDSM em 8 (oito) municípios tem nível aceitável, enquanto em 7 (sete) o nível está alerta e em 2 (dois) é crítico. No nível aceitável os melhores resultados estão em Laranjeiras do Sul e Reserva do Iguaçu enquanto no nível crítico estão os municípios de Campo Bonito e Porto Barreiro. A média da região ficou no nível alerta, indicando que há vulnerabilidades em relação ao acesso à água e esgotamento sanitário e à coleta de resíduos, aspectos nos quais são necessárias ações públicas e privadas que resultem em melhores condições para a população.

Tabela 3.5. IDSM da dimensão ambiental para os municípios e região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o período de 2010 a 2021.

Município	Índice	Município	Índice
Campo Bonito	0,0401	Marquinho	0,4952
Candói	0,5179	Nova Laranjeiras	0,4971
Cantagalo	0,6069	Pinhão	0,5927
Catanduvas	0,3372	Porto Barreiro	0,1767
Diamante do Sul	0,3710	Quedas do Iguaçu	0,6539
Espigão Alto do Iguaçu	0,4579	Reserva do Iguaçu	0,6737
Foz do Jordão	0,5474	Rio Bonito do Iguaçu	0,3863
Goioxim	0,3980	Três Barras do Paraná	0,5244

Município	Índice	Município	Índice
Guaraniaçu	0,5683	Virmond	0,4144
Ibema	0,5807	**Região Cantuquiriguaçu**	**0,4776**
Laranjeiras do Sul	0,7130		

Nesta perspectiva cabe destacar o estudo de Ferreira *et. al* (2016, p. 16), que analisou a eficácia das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável no Estado do Paraná, os quais constataram que estas políticas "não têm sido executadas de maneira eficaz". Para que os resultados sejam adequados são necessárias articulações entre as ações de entidades públicas federais, estaduais e municipais, o que pode ser um dos caminhos necessários para a região estudada.

2.5.4.6. Dimensão Cultural

A última dimensão para a qual o IDSM foi calculado é a cultural. Ela é composta por 6 (seis) variáveis, sendo elas: quantidade de equipamentos culturais – bibliotecas, museus, estádios, teatros, centro de artesanato e centro cultural. Estes dados foram coletados do portal Meu Município para o ano de 2014, o que se constitui em uma limitação, tendo em vista que a disponibilidade destes dados foi apenas para este ano.

Na tabela abaixo consta o IDSM individual por município da dimensão cultural e a média da região. Nesta dimensão em 11 (onze) municípios o IDSM está no nível crítico, em 8 (oito) o nível é aceitável e em apenas 1 (um) é ideal. Na média da regiãoo índice resulta em nível aceitável, sendo possível constatar que há muitas melhoriasa serem construídas. Cabe destacar que nesta dimensão o município de Laranjeirasdo Sul apresenta resultados diferenciados em relação aos demais municípios, visto que além deste, poucos outros ofertam recursos como bibliotecas, museus, teatros, centros de artesanato e cultura.

Apesar dos resultados da média serem aceitáveis, nesta dimensão cabe destacar que há poucas opções de espaços culturais na maior parte dos municípios estudados, sendo esta ausência de recursos algo a ser observadopor gestores públicos pois estão relacionados às opções de lazer as quais a população tem ou terá acesso.

Tabela 3.6. IDSM da dimensão cultural para os municípios e região Cantuquiriguaçu, com base em dados disponíveis para o ano de 2014.

Município	Índice	Município	Índice
Campo Bonito	0,3572	Marquinho	0,0000
Candói	0,2619	Nova Laranjeiras	0,0238
Cantagalo	0,1667	Pinhão	0,2976
Catanduvas	0,4643	Porto Barreiro	0,1072
Diamante do Sul	0,0238	Quedas do Iguaçu	0,3333
Espigão Alto do Iguaçu	0,3572	Reserva do Iguaçu	0,1905

Município	Índice	Município	Índice
Foz do Jordão	0,2143	Rio Bonito do Iguaçu	0,2619
Goioxim	0,0238	Três Barras do Paraná	0,0952
Guaraniaçu	0,4048	Virmond	0,4048
Ibema	0,2143	**Região Cantuquiriguaçu**	**0,2512**
Laranjeiras do Sul	0,8214		

Com base na sustentabilidade apresentada para a região Cantuquiriguaçu bem como para os municípios, conforme a tabela fica visível a necessidade de investimentos em equipamentos culturais nos municípios da região. A melhoria dos equipamentos nos municípios resulta em uma melhor qualidade de vida para a população, gerando um bem-estar social, o que é fundamental para a sociedade. Martins e Cândido (2008) afirmam que quando há a valorização das atividades culturais pelo poder público, o cidadão possui mais chances de elevar sua capacidade intelectual, motora e psicológica, assim, essa pessoa poderia agir ativamente na sociedade e conquistar espaço na busca por uma vida melhor.

2.5.4.5. IDSM médio para os municípios e para a região Cantuquiriguaçu

A partir das seis dimensões, apresentadas individualmente nas Tabelas de 1 a 6, foi calculado o IDSM médio de cada município, bem como da região Cantuquiriguaçu. Os resultados estão apresentados na Tabela 7, sendo possível observar, que somente Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu alcançaram IDSM médio com nível ideal. Os outros 18 (dezoito) municípios apresentaram um índice com nível aceitável, mesmo patamar alcançado pela região.

Tabela 2.7. IDSM médio para os municípios e para a região Cantuquiriguaçu 2021.

Município	Índice	Município	Índice
Campo Bonito	0,3748	Marquinho	0,3029
Candói	0,4793	Nova Laranjeiras	0,3351
Cantagalo	0,4213	Pinhão	0,4921
Catanduvas	0,4528	Porto Barreiro	0,3162
Diamante do Sul	0,2963	Quedas do Iguaçu	0,504
Espigão Alto do Iguaçu	0,3434	Reserva do Iguaçu	0,4464
Foz do Jordão	0,4065	Rio Bonito do Iguaçu	0,3746
Goioxim	0,3346	Três Barras do Paraná	0,4447
Guaraniaçu	0,4868	Virmond	0,4746
Ibema	0,4778	**Região Cantuquiriguaçu**	**0,4205**
Laranjeiras do Sul	0,6469		

Os níveis de sustentabilidade encontrados ressaltam a demanda por melhorias na região, principalmente nas dimensões cultural e econômica, áreas nas quais estão os piores níveis. Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu apresentam IDSM médio mais elevado do que os demais municípios da região, indicando diferenças regionais importantes entre as realidades existentes. Estes locais estão entre os municípios com maior população da região sendo que o primeiro teve

uma população estimada pelo IBGE em 2021 de 32.167 habitantes e o segundo em 34.707 habitantes, além de contarem em seu território com a instalação e funcionamento de instituições de educação superior públicas e federais. Em Quedas do Iguaçu funciona uma unidade do Instituto Federal do Paraná, enquanto em Laranjeiras do Sul está instalado um dos Campi da Universidade Federal da Fronteira Sul.

3. ASPECTOS AMBIENTAIS

Este item apresenta as principais características físico-ambientais do município, abordando-se a geologia, a hipsometria, declividade, hidrografia, hidrologia e cobertura vegetal.

3.1. Geologia

A área de localização do município de Diamante do Sul faz parte do Terceiro Planalto Paranaense, também chamado de Planalto Basáltico ou de Guarapuava, constitui a mais extensa das unidade de relevo do Paraná, ocupando dois terços de superfície do estado, localizado nas terras situadas a oeste da Escarpa da Esperança (Figura 3.1).

Limita-se, a leste, a Serra Geral, que com um desnível de 750 m, domina o Planalto paleozoicos; a oeste, o limite é formado através do Rio Paraná, que ao lado do ponto onde ficavam os saltos de Sete Quedas, forma um desfiladeiro. Tenha-se presente que o planalto se estende além dos limites do Paraná e forma parte dos territórios de Mato Grosso do Sul, do Paraguai e da Argentina (GONÇALVES, 2010).

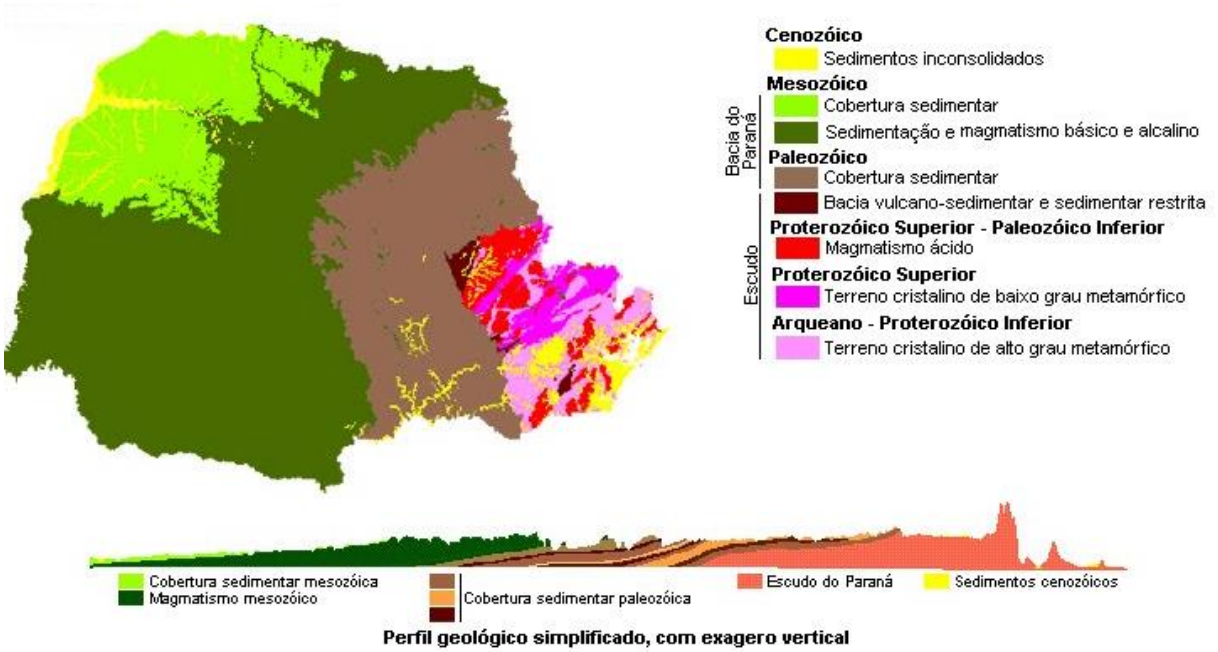


Figura 3.1. Geomorfologia Paranaense.

Fonte: ITCG, 2017.

O planalto basáltico (Figura 3.2 e 3.3), assim como o planalto paleozoico, inclina-se suavemente para o ocidente: cai de 1.250 m, a leste, para 300 m nas margens do Paraná (a montante de Sete Quedas). Constituindo por uma sucessão de derrames (empilhados) de basalto, este planalto domina toda a metade ocidental do estado.

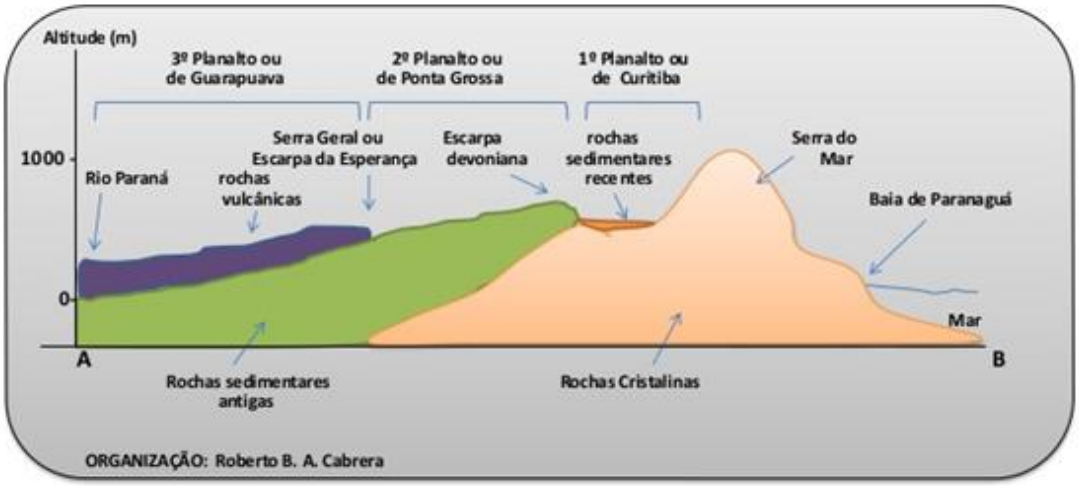


Figura 3.2. Perfil longitudinal dos Planalto Paranaense.

Fonte: ITCG, 2017.

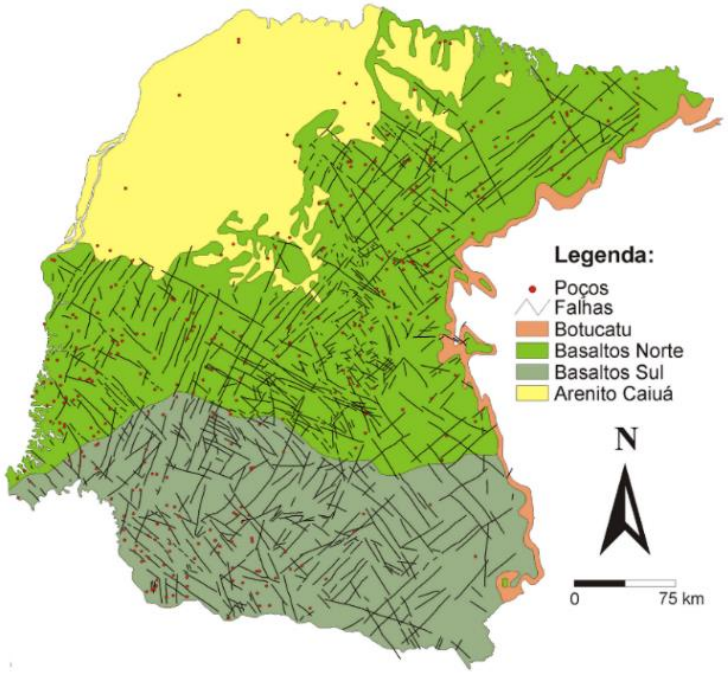


Figura 3.3. Distribuição dos tipos de rochas no Terceiro Planalto Paranaense.

Fonte: ITCG, 2017.

Assinale, ainda, que seus solos, cuja origem vem dos produtos da decomposição do basalto, formam a chamada “terra roxa”, que se encontra no norte e oeste do estado. Ponderando o assunto, o Terceiro Planalto consiste no derrame de rochas eruptivas – basaltos, diabásios e meláfiros – e aos depósitos de arenitos (Botucatu e Caiuá) da era mesozoica, onde ocorreu o maior derrame de lavas vulcânicas de todo o mundo. Vale lembrar que este famoso derrame também e conhecido como derrame de Trapp, que formou a terra roxa (GONÇALVES, 2010).

O Terceiro Planalto, com base nos Rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, divide-se nos seguintes blocos: Planalto de Cambará e São Jerônimo, Planalto de Apucarana, Planalto de Campo Mourão, Planalto de Guarapuava e Planalto de Palmas (GONÇALVES, 2010).

Segundo Plano de Desenvolvimento Rural elaborado para o município pela Emater em conjunto com a Prefeitura Municipal, os solos de Diamante do Sul são oriundos da decomposição e desintegração das rochas vulcânicas, que formam o terceiro planalto paranaense, também conhecido como planalto de Trapp, sendo que a unidade do relevo é denominada de Bacia do Rio Piquiri.

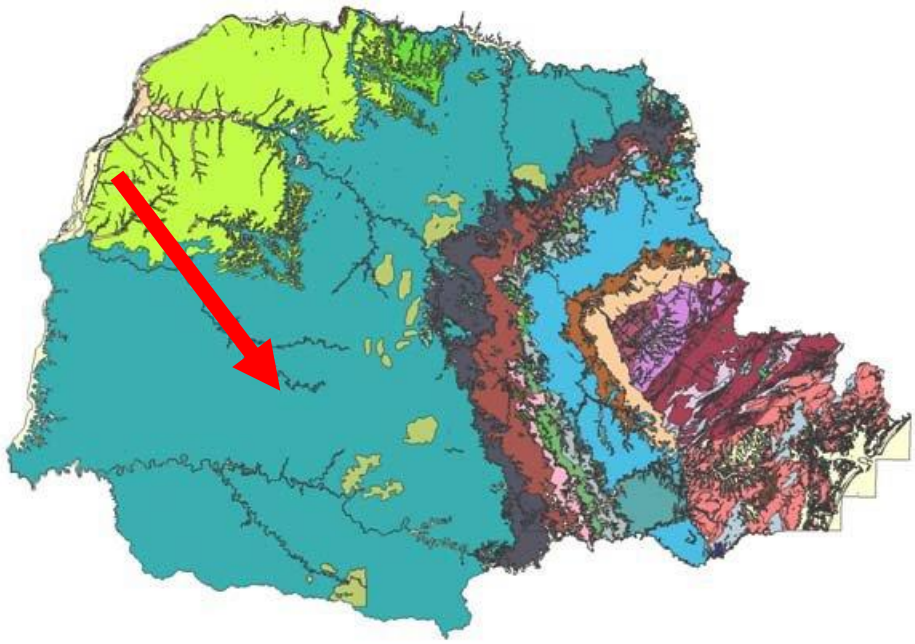


Figura 3.4. Formação geológica do Paraná.
Fonte: ITCG, 2017.

Pode-se destacar que a paisagem é originaria sobre um conjunto de rochas basálticas, que de acordo com Leinz e Amaral (1985), foi formado por sucessivos derrames de lava, deixando grandes marcas na morfologia da paisagem da região, já que este derrames são marcados por três segmento, geralmente:

- Base: composta por vidro, devido ao rápido resfriamento da lava em contato com o substrato frio. Esse segmento passa gradativamente para um basalto microcristalino com fraturas predominantemente horizontais, ou seja, basalto de disjunção horizontal;

- Central: formado por basalto de granulação mais grossa e diaclases verticais ou basalto colunar;

- Topo: apresenta vesículas vazias ou preenchidas de zeólitas, ágata ou quartzo, chamado basalto vesicular.

Estas rochas que formam a partir da Serra Geral, deram origem a solos argilosos em sua grande maioria e com boa profundidade, onde o relevo se caracteriza como pouco ondulado e ondulado.

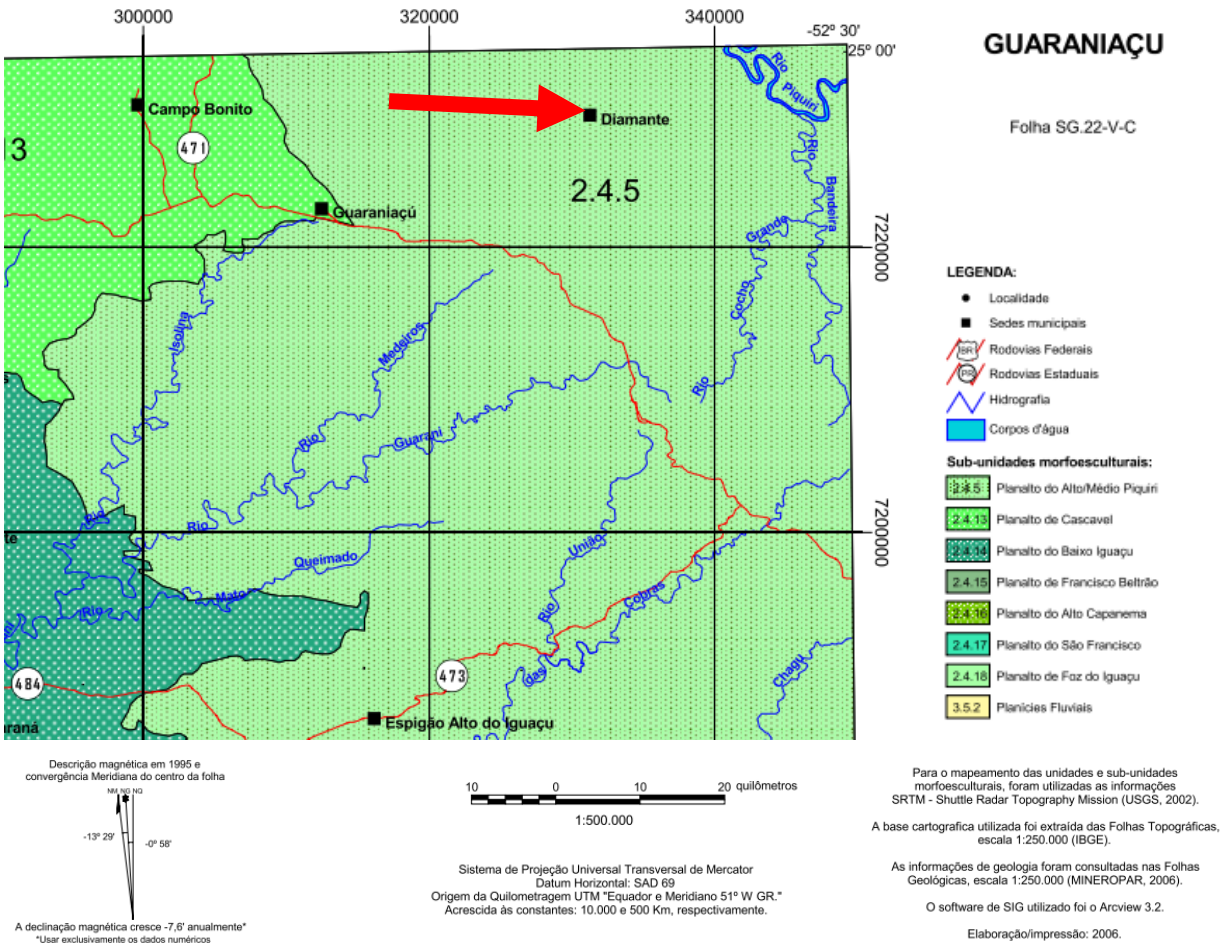


Figura 3.5. Subunidades morfoestruturais.

Fonte: ITCG, 2017.

A subunidade morfoescultural número 2.4.5, denominada Planalto do Alto/Médio Piquiri, situada no Terceiro Planalto Paranaense, apresenta dissecação média e ocupa uma área de 4.626,01 Km^2; que corresponde a 28,04% desta folha. As classes de declividade predominante estão entre 12-30% em uma área de 1.696,26 Km^2; menor que 6% em uma área de 1.651,53 Km^2 e entre 6-12% em uma área de 916,97 Km^2. Em relação ao relevo apresenta um gradiente de 620 metros com altitudes variando entre 360 (mínima) e 980 (máxima) m. s. n. m. (metros sobre o nível do mar). As formas predominantes são topos alongados e isolados, vertentes convexas e convexo-côncavas e vales em "U" aberto. A direção geral da morfologia é NE/SW, modelada em rochas da Formação Serra Geral.

Diamante do Sul pertence à unidade Litoestratigrafica Fm. Candói, que corresponde a derrames tabulares de basalto maciço e de cor cinza, com variedades cinza-esverdeada, que

afloram principalmente ao longo da borda oriental do Terceiro Planalto Paranaense. Dentro da Unidade Litoestratigráfica Fm. Candói, temos 5 associações faciológicas (Figura 3.6):

- Mb. Ivaiporã: intercalação de derrames tabulares e lobados de basalto faneritico cinza com níveis isolados de brecha hidrovulcanoclástica
- Mb. General Carneiro: intercalação de derrames tabulares e lobados de basalto faneritico cinza com níveis isolados de brechas hidrovulcanoclástica.
- Mb. Chopinzinho: derrames tabulares com estrutura interna com zonas de topo de basalto hipohialino com disjunção colunar fina recobrindo geodos de ametista e núcleo de basalto faneritico cloritizado. Intercalações de brechas peperitica.
- Mb. Foz do Areia: derrames tabulares espessos de basalto fanerítico cinza, sem evidências de hidrotermalismo, zona vesicular de topo delgada e descontínua, com preenchimentos de quartzo, calcita e zeólita, disjunção colunar e entablamento sigmoidal bem desenvolvidos, com níveis de brecha hidrovulcanoclástica somente na base da sequência.
- Mb. Três Pinheiros: derrames tabulares de basalto hipohialino com entablamento em leque e em bloco, recobrem localmente basaltos Foz do Areia e Ivaiporã, intercalam-se a basaltos e brechas do Membro Cantagalo, na Formação Barracão.

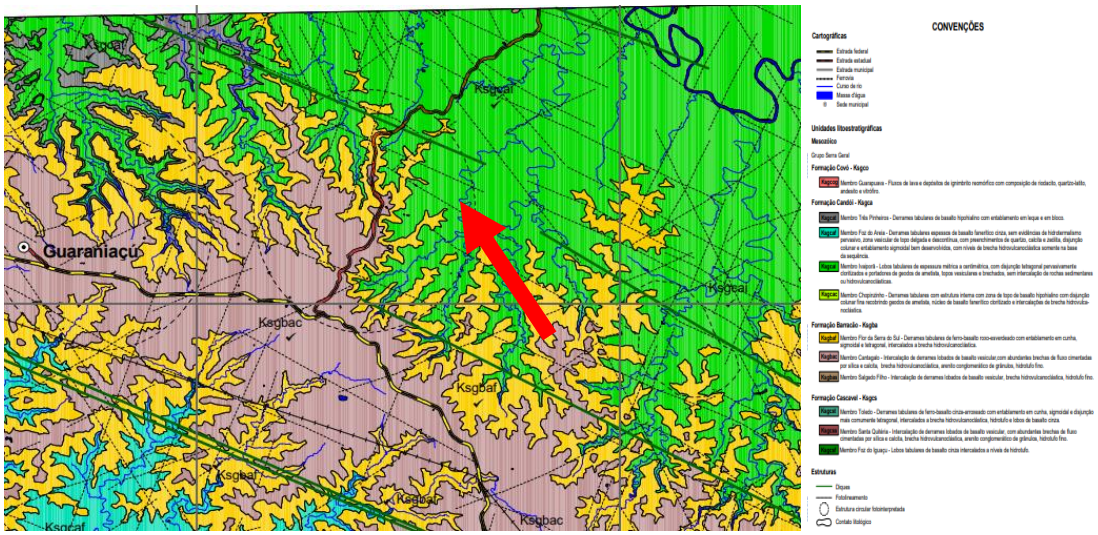


Figura 3.6. Unidades Litoestratigráficas.
Fonte: ITCG, 2017.

O Membro Ivaiporã é uma unidade geológica localizada na borda oriental do Terceiro Planalto, sobre o flanco SW do Arco de Ponta Grossa, estendendo-se até a região de Manoel Ribas e Iretama. Com exposições descritas entre as cotas de 453 e 873 metros, essa subunidade da Formação Candói apresenta uma espessura aparente de cerca de 420 metros, desconsiderando a influência do mergulho regional para o interior da bacia do Paraná e dos rejeitos locais entre

blocos, que são mais intensos nessa área de maior deformação tectônica. No entanto, a escassez de afloramentos e guias estratigráficos na região dificulta o reconhecimento da influência da tectônica sobre a espessura dessa subunidade.

Os derrames de basalto Ivaiporã são responsáveis pela formação dos seguintes domínios morfoesculturais no Terceiro Planalto Paranaense, conforme denominados por OKAFIORI (2006): (a) Planalto de Londrina, caracterizado por interflúvios alongados, vertentes convexas, vales em forma de V, gradiente de 820 metros e declividades de até 12%; (b) Planalto de Apucarana, com interflúvios alongados, vertentes convexas, vales em forma de V, gradiente de 380 metros e declividades de 12-30%; (c) Planalto de Pitanga/Ivaiporã, com interflúvios alongados, vertentes convexas, vales em forma de V, gradiente de 860 metros e declividades de até 12%.

O Membro Ivaiporã repousa diretamente sobre a sequência de basalto vesicular e brechas vulcanoclásticas do Membro Cantagalo, confirmando-se essa relação nos perfis de mapeamento realizados ao longo dos vales dos rios Formoso e Muquilão. No planalto de Pitanga, essa unidade é parcialmente recoberta por derrames de basalto hipohialino do Membro Três Pinheiros. As relações de contato entre o Membro Ivaiporã e o Membro Foz do Areia, que aflora no mesmo planalto, não foram determinadas devido à escassez de afloramentos.

Segundo a Carta Pedológica do Paraná, elaborada pelo Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos (SNLCS), os solos predominantes na região de Diamante do Sul são:

- Neossolos: São solos em estágio inicial de desenvolvimento, caracterizados por uma camada superficial mais rasa. Essa condição é resultado de processos geológicos recentes ou atividades humanas. A textura e as características desses solos podem variar dependendo da sua origem e processo de formação. Geralmente, possuem baixa fertilidade natural e capacidade limitada de retenção de água. Portanto, o uso desses solos na agricultura requer cuidados específicos, como a aplicação de adubos e técnicas de manejo para melhorar a sua fertilidade.
- Nitossolos: São solos altamente férteis e profundos, com uma camada superficial escura e rica em matéria orgânica. Essa composição contribui para uma alta capacidade de retenção de nutrientes e água. Os Nitossolos são comumente encontrados em áreas planas ou levemente onduladas. Devido à sua fertilidade natural, são amplamente utilizados na agricultura, especialmente para culturas intensivas. No entanto, é importante tomar precauções para evitar a erosão, pois esses solos podem ser suscetíveis a esse processo se não forem adequadamente manejados.
- Latossolos: São caracterizados por possuírem uma camada superficial bem desenvolvida e rica em minerais de argila. Esses solos apresentam coloração

avermelhada ou amarelada e têm uma boa drenagem. Os Latossolos são conhecidos por terem baixa fertilidade natural devido à sua baixa capacidade de retenção de nutrientes. No entanto, com o manejo adequado, é possível torná-los produtivos. A aplicação de adubos e técnicas de conservação do solo, como a rotação de culturas e o plantio direto, são fundamentais para melhorar a fertilidade e a sustentabilidade desses solos.

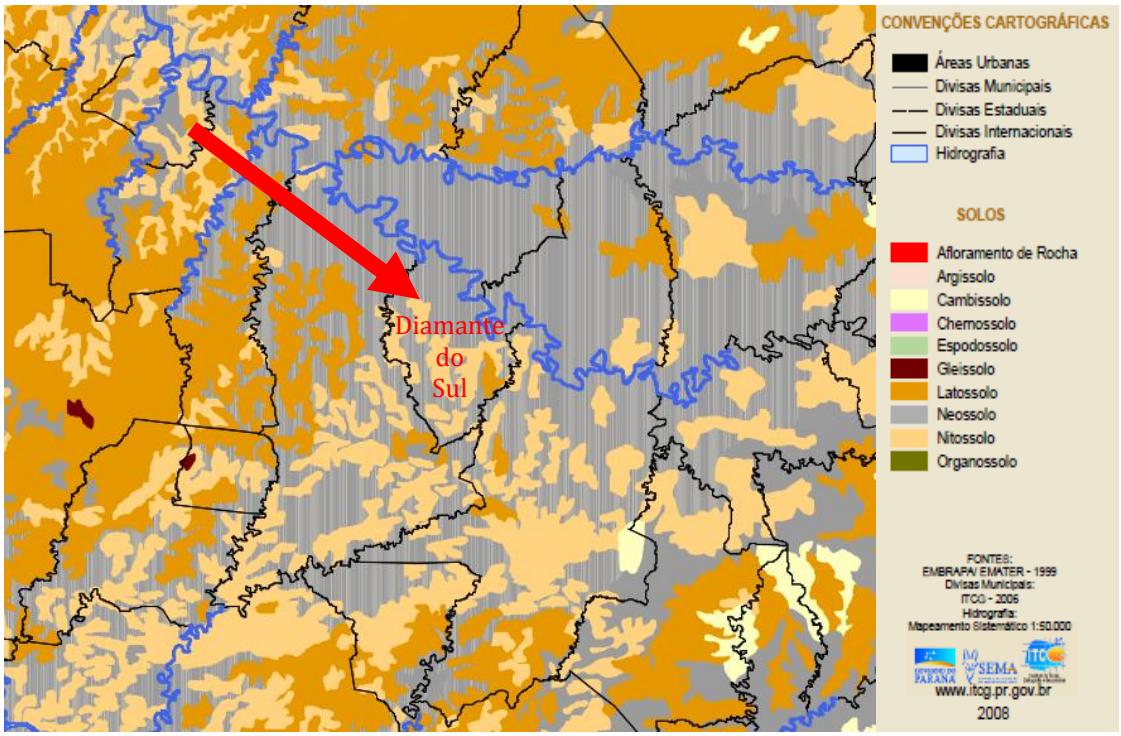


Figura 3.7. Tipos de Solo.
Fonte: ITCG, 2017.

3.2. Hipsometria Municipal

O relevo de Diamante do Sul é marcado por áreas de alta e baixa altitude, sendo observado uma variação que vão de 600 a 750 metros, sendo possível separa o município em cinco faixas principais, a primeira variando de 300 a 400 metros, localizado predominantemente na faixa de sentido Leste-Oeste próximo ao limite do município na porção norte acompanhando o Rio Piquiri, a segunda variando entre 400 a 500 metros, localizada em uma faixa bastante recortada de sentido Leste-Oeste em situação territorial intermediaria, a terceira variando de 500 a 600 metros, localizado principalmente na porção norte do território municipal com algumas faixas na parte nordeste e na porção noroeste forma um braço destas altitudes, bem como a quarta variando entre 600 a 700 metros onde está inserida a sede urbana do município com pequenas variações de declividades.

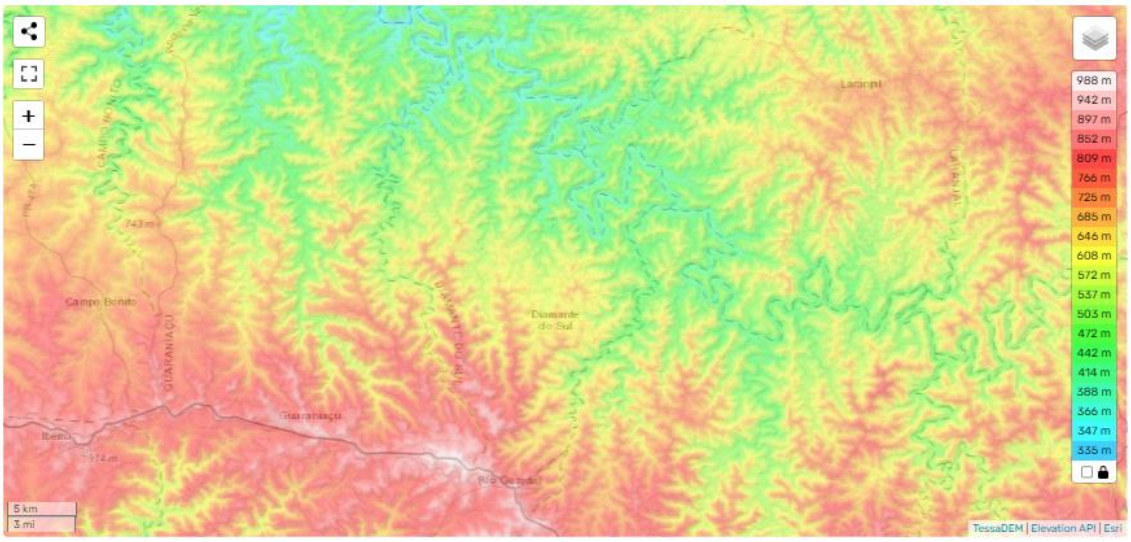


Figura 3.8. Mapa Hipsométrico do Município de Diamante do Sul.

Fonte: https://www.esri.com/en-us/home

A mancha urbana se encontra em um local de altitude entre 620 a 660 metros, como apresenta a Figura 3.9.

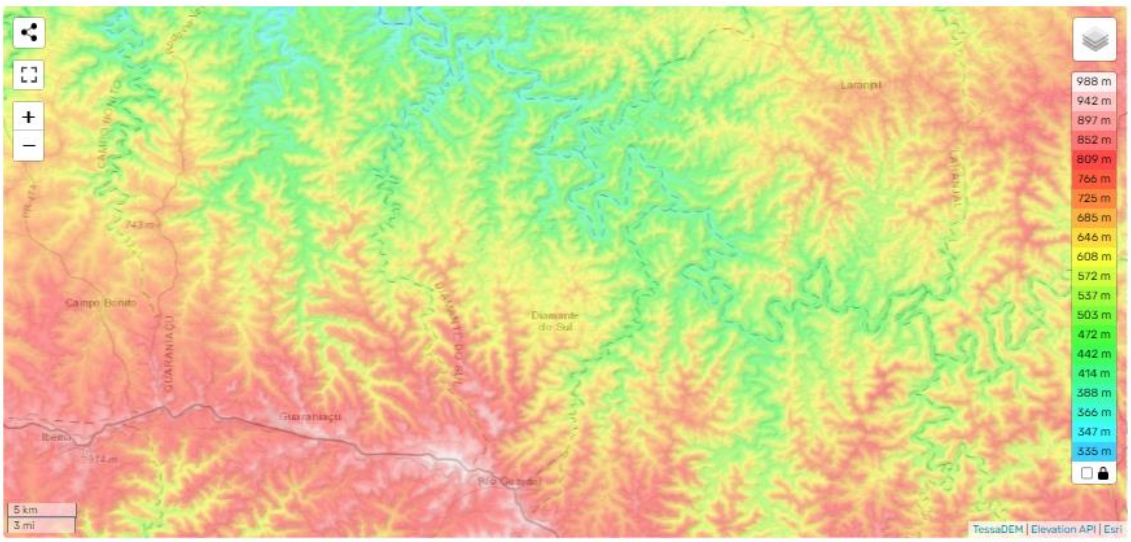


Figura 3.9. Mapa Hipsométrico da área Urbana do Município de Diamante do Sul.
Fonte: https://www.esri.com/en-us/home

3.3. Declividade Municipal

O município de Diamante do Sul apresenta uma declividade que varia de 0 a 20% ao longo de todo o município, sendo o uma grande faixa localizada próxima as margens do Rio Piquiri onde se apresenta uma declividade de 20 a 45%, conforme Figura 3.10.

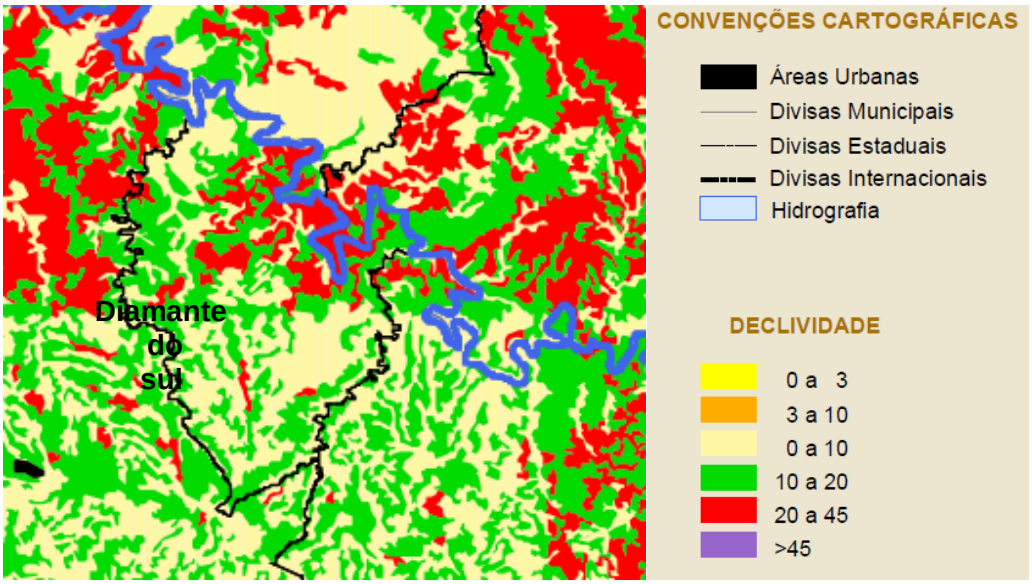


Figura 3.10. Mapa de Declividade do Município de Diamante do Sul.

Fonte: IPARDES, 2008

As restrições de ocupação referente a declividade se dão em áreas com declividade maior de 45%, o que não ocorre no município.

3.4. Hidrografia e Hidrologia

O estado do Paraná está subdividido em 16 bacias hidrográficas e o município de Diamante do Sul está totalmente integrado na bacia do Rio Piquiri (Figura 3.11). O Rio Piquiri é um afluente do Rio Paraná, e este é o maior rio do estado do Paraná, formado pelo encontro do Rio Iraí e Rio Atuba na parte leste do município paranaense de Curitiba, junto a divisa deste com os municípios de Pinhais e São José dos Pinhais.

A bacia do rio Piquiri se localiza integralmente dentro do estado do Paraná, abrangendo uma área de drenagem de 24.156 km^2, o rio tem sua nascente na serra do são João na divisa dos municípios de turvo e Guarapuava e possui sua foz na divisa dos municípios de Altônia e Terra Rocha.

O curso do Rio Piquiri segue o sentido geral leste/oeste, até chegar na divisa dos municípios de Laranjal e Marquinho onde ele passa a seguir o sentido geral de sudeste/noroeste até desaguar na margem esquerda do rio Paraná.

O Rio Piquiri desde sua nascente até sua foz no Rio Paraná percorre cerca de 600 km, sendo que este banha total ou parcialmente os municípios de Guarapuava, Turvo, Campina do Simão, Goioxim, Santa Maria do Oeste, Marquinho, Palmital, Laranjal, Nova Laranjeiras, Diamante do Sul, Altamira do Paraná, Guaraniaçu, Campo Bonito, Campina da Lagoa, Braganey, Juranda, Iguatu, Corbélia, Ubiratã, Nova Aurora, Quarto Centenário, Goioerê, Mariluz, Alto Piquiri, Formosa do Oeste, Brasilândia do Sul, Assis Chateaubriand, Palotina, Iporá, Francisco Alves, Terra Rocha e Altônia.

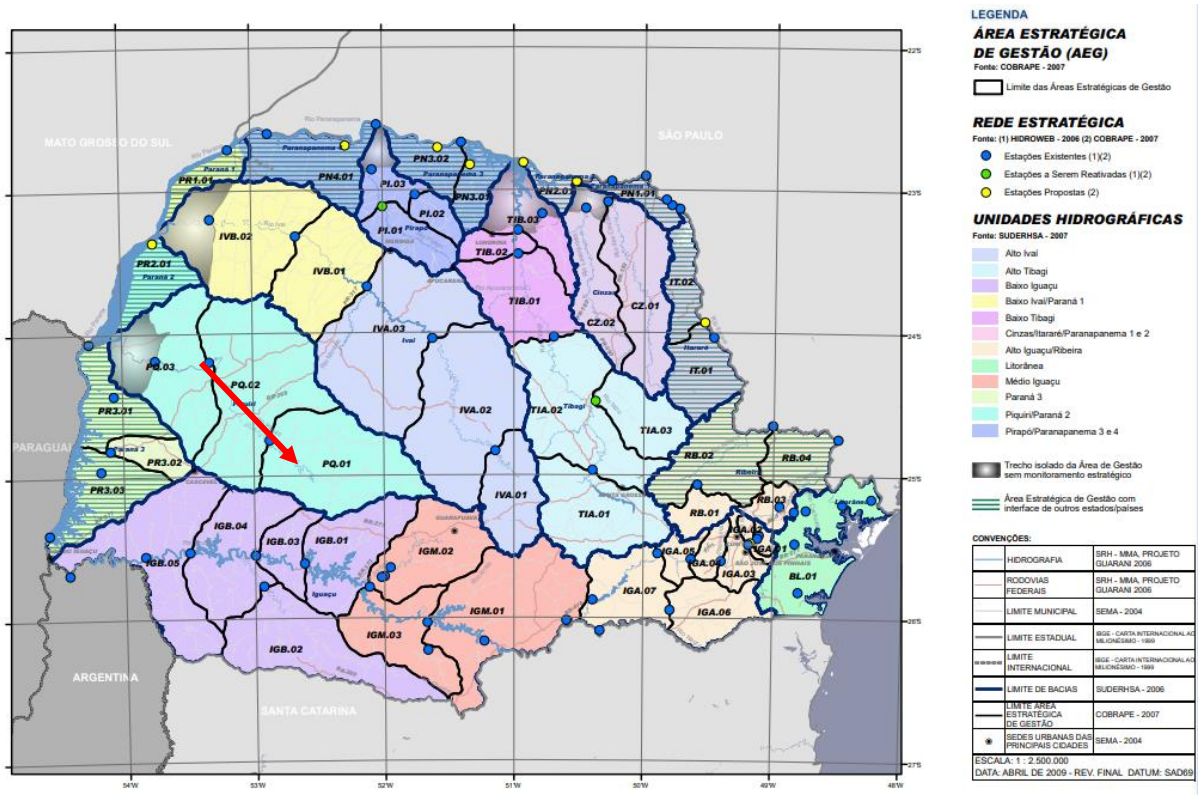


Figura 3.11. Bacia do Rio Piquiri dentre as bacias hidrográficas do Paraná.
Fonte: SUDERHSA, 2007.

A precipitação média anual da bacia é de 1761,9 mm, a maior precipitação registrada foi no ano de 1983 com precipitação média anual de 2558,7 mm, já a menor precipitação registrada ocorreu no ano de 1988 com 1256,7 mm.

A bacia apresenta uma vazão média de 6101,3 m^3/s, sendo este valor registrado na estação hidrométrica balsa Santa Maria. Ao se verificar a vazão mensal pode-se observar que a média do rio Piquiri e de 508,4 m^3/s, sendo que no mês de março e identificado a menor vazão média 383,9 m^3/s e o mês de outubro se identifica o mês de maior vazão 643,1 m^3/s.

Figura 3.12. Localização do município de Diamante do Sul na bacia do Rio Piquiri.

Fonte: IAT, 2007.

O município está posicionado na porção sul da Bacia limitada ao Norte pelo Rio Piquiri e ao Sul pelo limite da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu. Os principais afluentes do Rio Piquiri são os seguintes: Rio Feio, Rio das Antas, Rio Pinhalito Rio Diamante (atinge a sede urbana) e o Rio Cascudo que tem como afluentes o Arroio Erval e Barreiro.

A sede urbana localiza-se a Sudeste do município, às margens do Rio Diamante e seus braços, sendo este rio e seus afluentes o principal corpo receptor de drenagem do perímetro urbano

Tabela 3.1. Rios e Córregos que banham o Município de Diamante do Sul e seus afluentes

Rios	Afluentes-Córregos
Rio Piquiri	Rio Feio
	Rio das Antas
	Rio Pinhalito
	Rio Diamante
	Rio Cascudo
Rio Cascudo	Arroio Erval
	Arroio Barreiro

Fonte: Instituto Água e Terra.

3.5. Clima e Pluviosidade

O clima da região em que está situado o Município de Diamante do sul e classificado segundo Koeppen como Subtropical Úmido Mesotérmico, que possui no mês mais frio a temperatura média inferior a 18°C e superior a -3°C, com presença de verão e inverno bem definidos, possibilidade de geadas e chuvas regulares em todos os meses. A predominância e de subtropical úmido com verões quentes (Cfb), com temperaturas médias do mês mais quente superior a 22°C e temperatura média inferior a 18°C no mês mais frio.

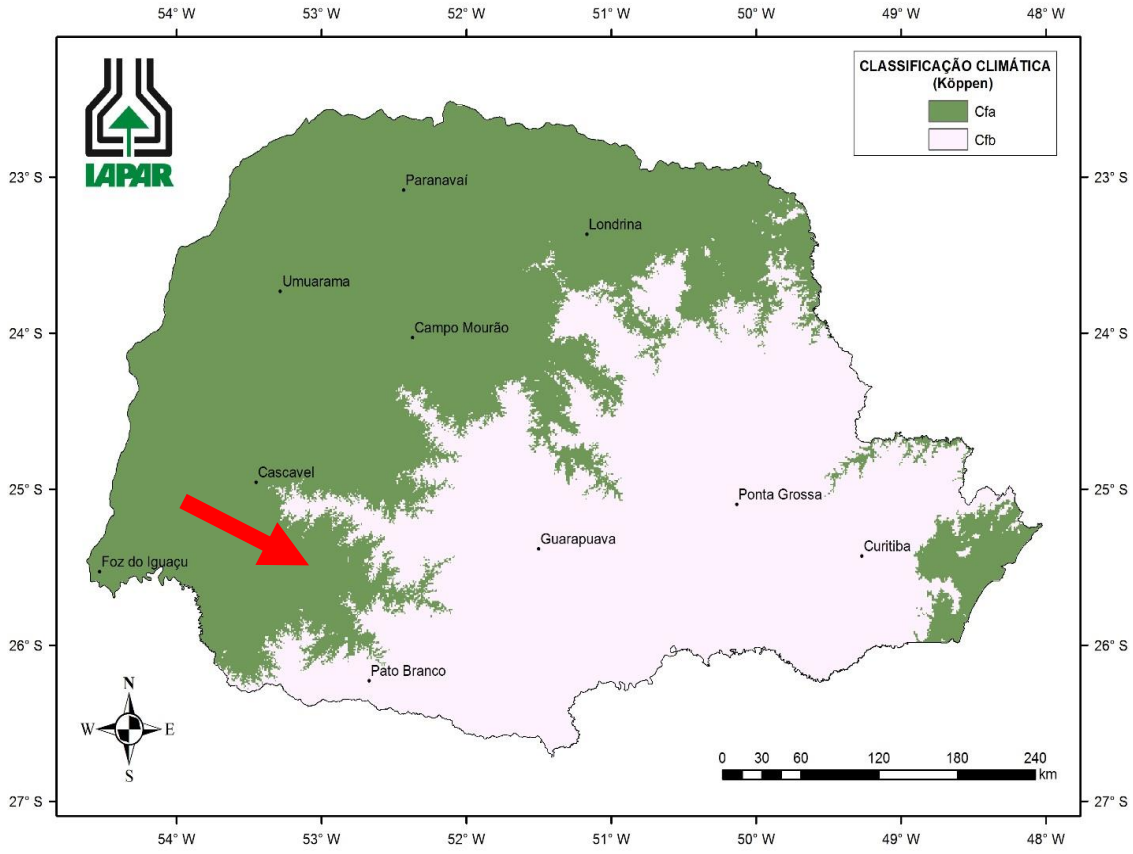
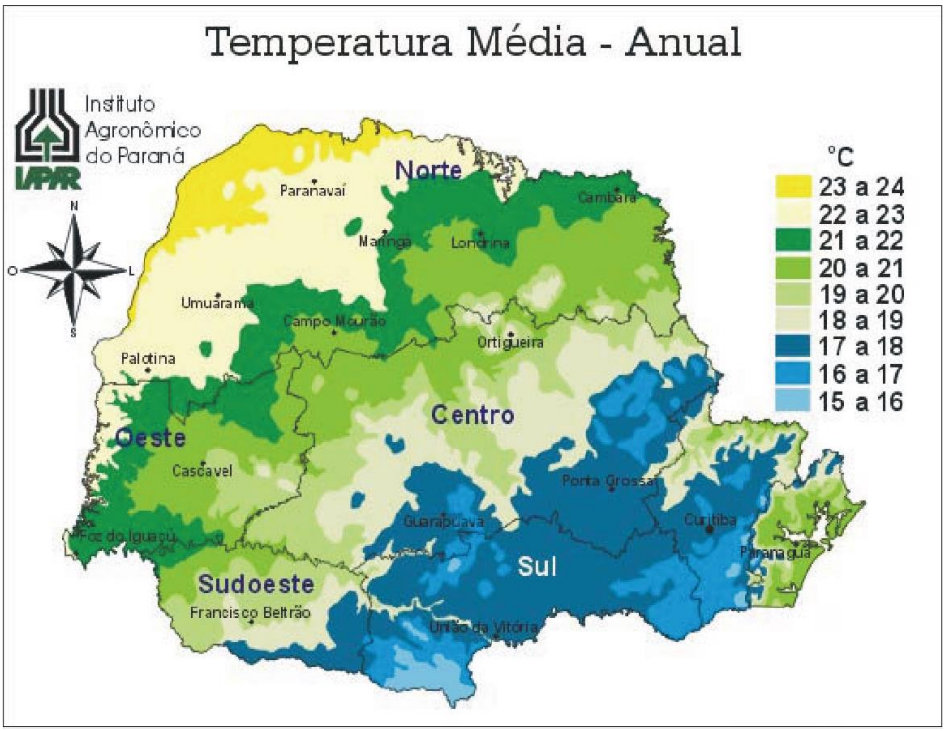


Figura 3.14. Distribuição dos tipos de climas.

Fonte: IAPAR.

A temperatura média anual do município e de 21°C, em virtudes das massas de ar frio oriundas da Argentina as geadas quando ocorrem são nas áreas de relevo mais baixo e sua frequência vem sofrendo alteração.



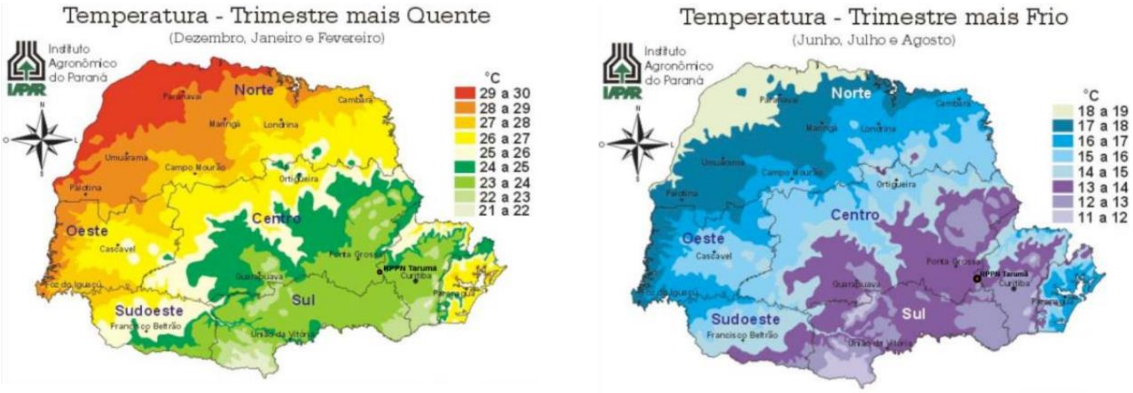


Figura 3.15. Média da variação da temperatura.

Fonte: IAPAR.

No que se refere a precipitação, o índice pluviométrico anual é de 1800 a 2000 mm, como pode ser observado na Figura 3.16. Sendo que o período de maior índice pluviométrico vai de setembro a janeiro e os de menores ocorrem de novembro a dezembro.

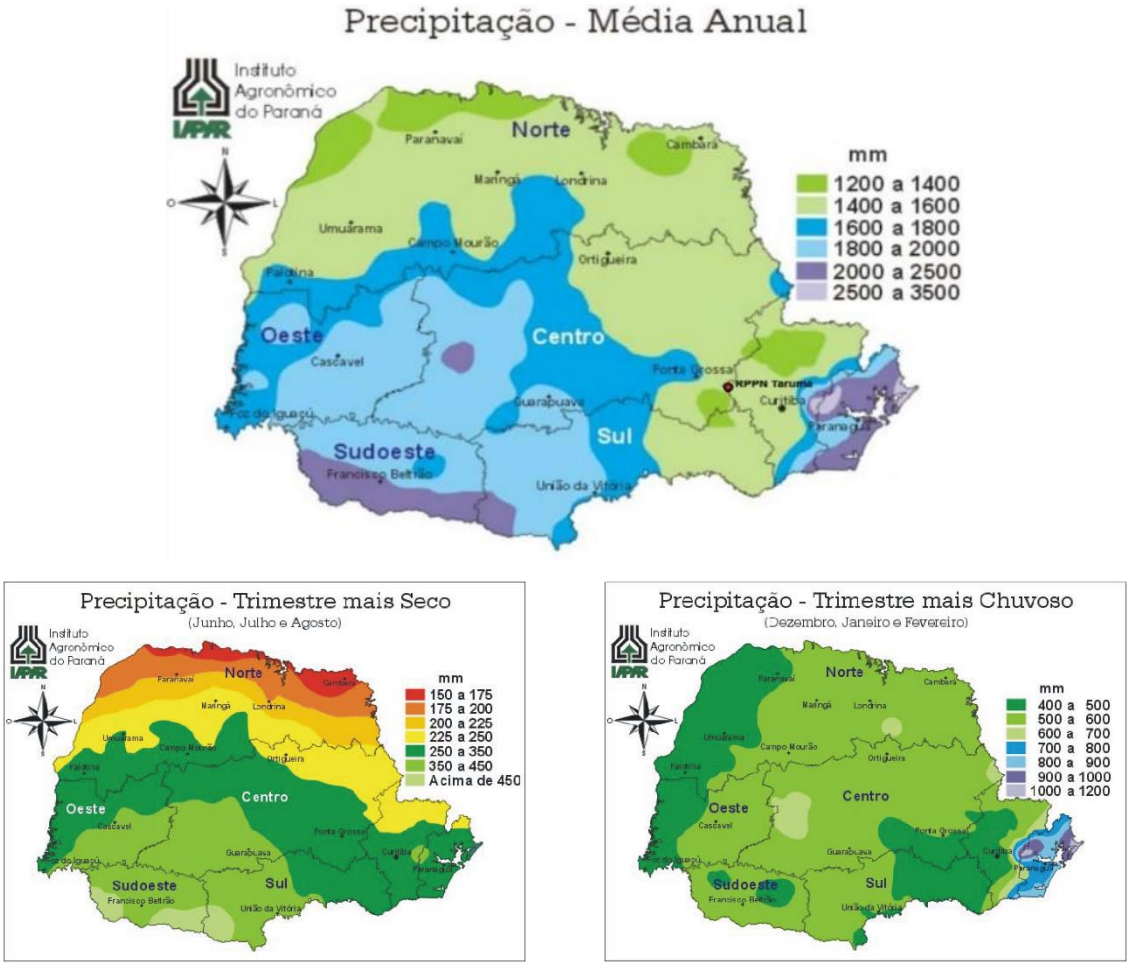


Figura 3.16. Média da variação da precipitação.

Fonte: IAPAR.

3.6. Cobertura Vegetal

Estado do Paraná apresenta um quadro botânico bem diversificado, com várias características peculiares e área de transição. composta de florestas e campos. Entre as florestas mais conhecidas temos a Floresta Ombrófila Mista, conhecida como Mata das Araucárias, Floresta Ombrófila Densa, conhecida como Mata Atlântica (Serra do Mar) e Floresta Semidecidual Estacional, conhecida como Floresta Fluvial Tropical.

O município de Diamante do Sul possui uma área de 34.578,80 ha, dos quais a área fitogeográfica é de 2.262,92 ha. de Floresta Ombrófila Mista, isso representa 0,85% na mesorregião. Sua área de reflorestamento é de 698,67 ha, representando 4,81% na mesorregião (IPARDES, 2003).

A Floresta Ombrófila Mista conhecida como mata de araucária, pois o Pinheiro do Paraná (Araucária angustifólia) constitui o andar superior da floresta, com sub-bosque bastante denso. Antes da interferência antrópica esta formação ocorria nas regiões de clima subtropical.

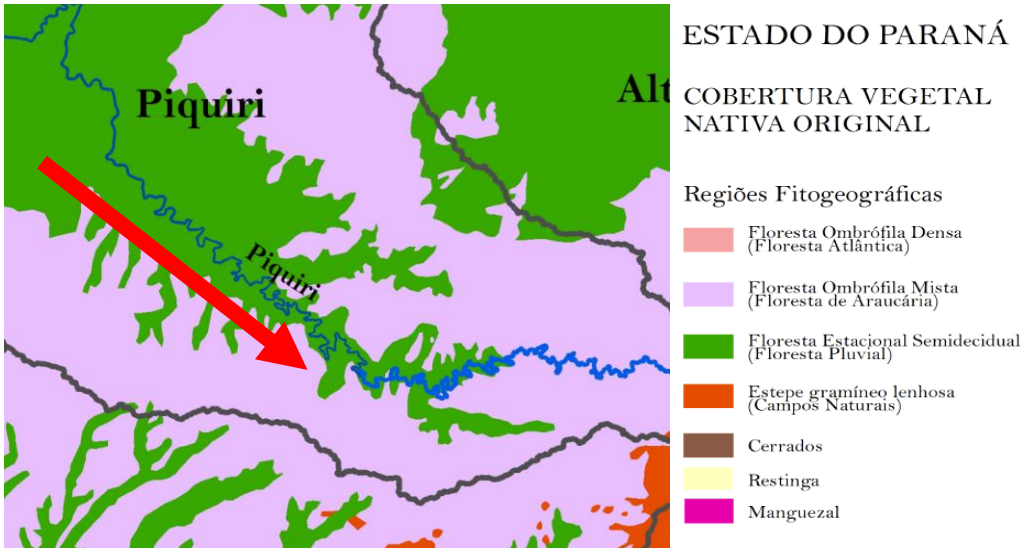


Figura 3.17. Cobertura vegetal nativa de Diamante do Sul

Fonte: IAPAR.

O Município de Diamante do Sul não conta com nenhuma Unidade de Conservação de jurisdição estadual ou federal, porém apresenta grandes maciços florestais de preservação.

Com hidrografia abundante, as taxas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água encontram-se em sua maioria preservadas. Pode-se observar também algumas áreas de florestas replantadas.

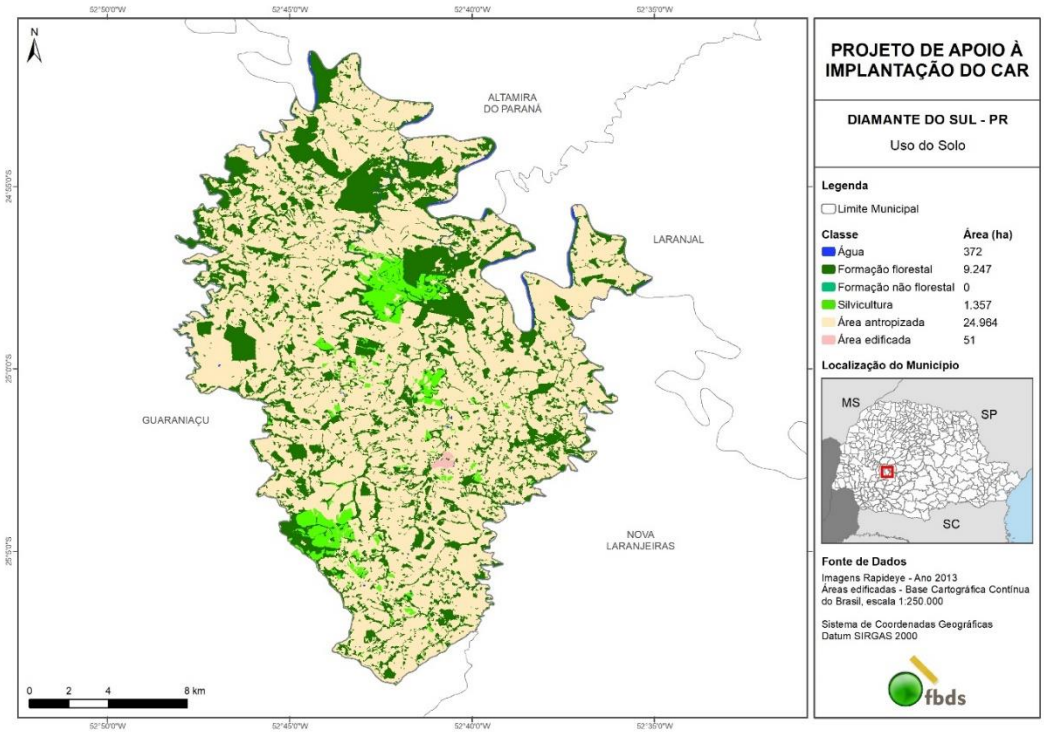


Figura 3.18. Uso da terra e remanescentes da cobertura vegetal.

Fonte: IAPAR.

Em relação a fauna as espécies vem sofrendo um declínio populacional ao longo dos anos devido à redução de habitats naturais, da caça, pesca e comercio ilegal. O município não apresenta levantamento dos nomes científicos e da situação atual das espécies.

Em relação a flora a paisagem natural foi bastante modificada ao longo dos anos, devido a queimadas, desmatamento e destruição de matas ciliares. O município não apresenta levantamento dos nomes científicos e da situação atual das espécies.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A caracterização socioeconômica é um elemento fundamental para a elaboração do plano diretor, pois fornece dados e informações que embasam as diretrizes e decisões do plano. Com base na caracterização socioeconômica, é possível identificar as necessidades e potencialidades da região, subsidiando a definição de políticas públicas e ações de desenvolvimento sustentável.

Em conjunto, a caracterização socioeconômica e o plano diretor são ferramentas complementares que visam promover um planejamento integrado e estratégico, buscando o equilíbrio entre o crescimento econômico, a qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente. Essas práticas são fundamentais para promover um desenvolvimento sustentável e harmonioso das cidades e regiões.

Com base nisto será realizado a análise dos principais indicadores socioeconômicos de Diamante do sul, com vista a compreender o processo de produção do espaço através da dinâmica populacional e econômica do município, considerando os seguintes aspectos:

- Aspectos sociodemográficos;
- Aspectos econômicos;

4.1. Aspectos Sociodemográficos

O município de Diamante do Sul, segundo o Censo Demográfico do IBGE (Tabela 4.1), em 2000 possuía 3.659 habitantes, já em 2010 registrou 3.510 habitantes, em 2022 o município conta com uma população de 3.171 habitantes (IPARDE, 2023), resultando em uma densidade demográfica de 9,13 habitantes/Km^2.

Desde de 2000 o município vem sofrendo uma diminuição da população, sendo que sua taxa de crescimento geométrico populacional foi de -0,41%, já a taxa de crescimento geométrico populacional urbano em 2000 a 2010, apresentou taxa positiva de crescimento anual de 2,34%, e a rural apresentou taxa negativa de crescimento anual de -1,88%. No censo populacional de 2022 o município apresentou uma diminuição da população de -0,84%.

Tabela 4.1. Evolução da população entre 2000 a 2022

Período	Urbana	%	Rural	%	Total
2000	1.115	30,47%	2.544	69,53%	3.659
2010	1.405	40,03%	2.105	59,97%	3.510
2022	–	-	-	-	3.171**

* Não divulgados; ** Estimativa IPARDES (2023);

Na composição da população por sexo de 2010, observa-se um comportamento contrário à tendencia média do conjunto do Estado, sendo que se observa um predomínio da população masculina na faixa etária mais jovens e na faixa etária acima dos 40 anos, diferente da do estado onde na faixa etária acima dos 40 anos o predomínio e da população feminina (Figura 4.1 e Tabela 4.2).

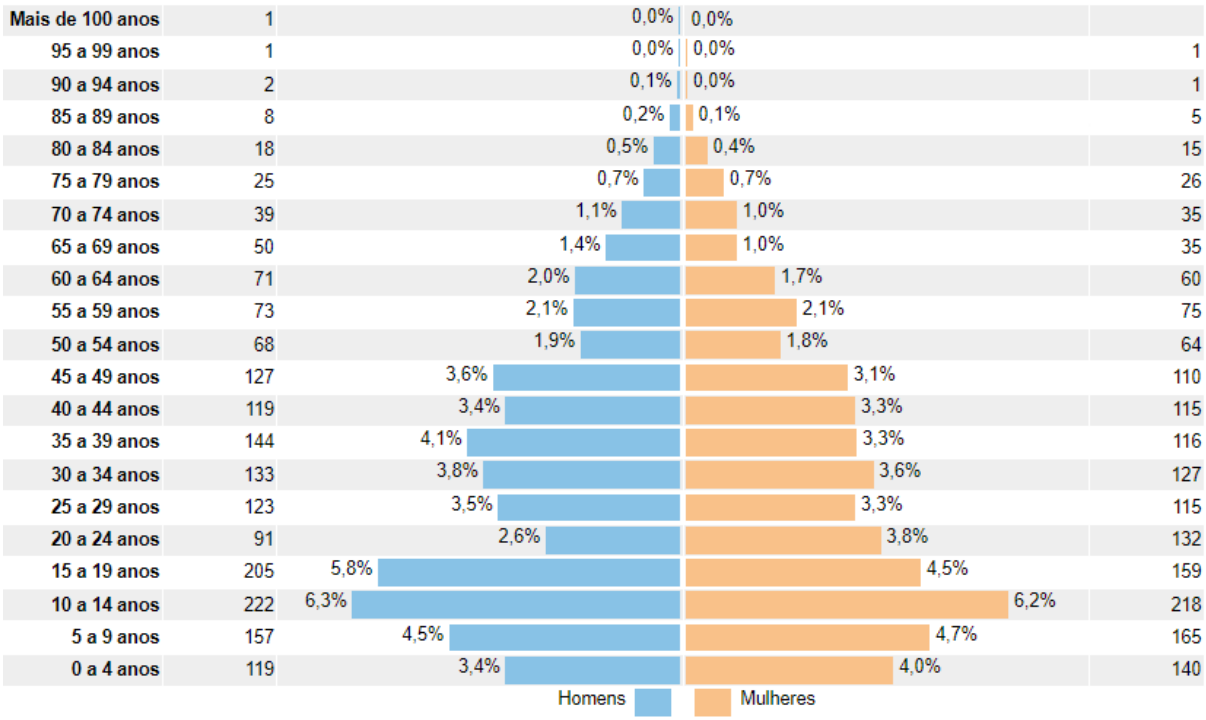


Figura 4.1. Pirâmide Etária de Diamante do Sul (2010).

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 4.2. Distribuição da população por faixas etárias em 2010

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	119	140	259
5 a 9 anos	157	165	322
10 a 14 anos	222	218	440
15 a 19 anos	205	159	364
20 a 24 anos	91	132	223
25 a 29 anos	123	115	238
30 a 39 anos	277	243	520
40 a 49 anos	246	225	471
50 a 59 anos	141	139	280
60 a 69 anos	121	95	216
70 anos ou mais	94	83	177
Total	**1.796**	**1.714**	**3.510**

Fonte: IPARDES, 2023

Em relação à ocupação dos domicílios do município, de acordo com IBGE (2010) existem 1.229 domicílios, sendo que 479 em área urbana e 732 na área rural. Deste total, 801 domicílios são próprios e 273 são alugados ou cedidos.

Dos domicílios particulares, 274 são ocupados por famílias de até 02 pessoas, 278 com famílias de 03 pessoas, 229 com famílias de 04 pessoas, 127 com famílias de 05 pessoas, e 66 com 6 ou mais pessoas, conforme Tabela 4.3.

Tabela 4.3. Número de famílias, em domicílios particulares permanentes.

Composição Das Famílias	Nº De Famílias
Com até 2 pessoas	274
Com 3 pessoas	278
Com 4 pessoas	229
Com 5 pessoas	127
Com 6 pessoas ou mais	66
Total	**974**

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra
NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 20 de agosto de 2014.

No que se refere às estruturas públicas que atendem estes domicílios, como abastecimento de água e energia elétrica, o município atende mais de 94% da população (Tabela 4.4).

Tabela 4.4. Atendimentos de serviços públicos nos domicílios – 2010.

Características	Nº de domicílios
Número de domicílios particulares permanentes	1.074
Abastecimento de água (Água canalizada)	1.010
Esgotamento sanitário (Banheiro ou sanitário)	1.039
Destino do lixo (Coletado)	425
Energia elétrica	1.023

Fonte: IPARDES (2023)

Quando se buscam os dados relacionados à taxa de analfabetismo, observa-se que o mesmo se encontra superior à média do estado de 6,28%. Nota-se que a maior concentração de analfabetos do município se apresenta na população adulta com idades acima de 50 anos, conforme Tabela 4.5.

Tabela 4.5. Taxa de analfabetismo segundo faixa etária – 2010.

Faixa Etária (Anos)	Taxa (%)
De 15 ou mais	19,12
De 15 a 19	0,82
De 20 a 24	4,04
De 25 a 29	6,30

Faixa Etária (Anos)	Taxa (%)
De 30 a 39	13,08
De 40 a 49	20,38
De 50 e mais	42,35

Fonte: IBGE - 2010

Em relação ao crescimento do município, o mesmo apresenta em 2021 uma taxa bruta de natalidade de 14,96 por mil habitantes e de mortalidade geral de 12,61 por mil habitantes (IPARDES, 2023), resultando em um crescimento de 2,35 por mil.

Considerando os componentes do Indice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M); Esperança de vida ao nascer; Taxa de frequência escolar (pessoas de 7 a 22 anos); Taxa de alfabetização de adultos; e Renda per capita, observa-se que o melhor desempenho está associado à realização de políticas públicas, especialmente na área da educação (Tabela 4.6).

Nota-se, diante dos dados, que a expectativa de vida no município aumentou nos últimos anos, destacando a melhoria do atendimento de serviços básicos da saúde. Da mesma forma, no setor da educação, a alfabetização e a frequência bruta escolar também aumentaram, dados percebidos no IDH-M Educação.

Tabela 4.6. Indicadores e evolução do IDH-M de Diamante do Sul -PR.

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de Vida ao Nascer	63,24 anos	72,54 anos	344,73 (1,00)
Taxa de Alfabetização de Adulto	76,70	72,54	80,88
Taxa Bruta De Frequência Escolar	0,17	0,38	0,64
Renda Per Capita	84,70 (1,00)	264,97 (1,00)	344,73 (1,00)
IDHM-L Longevidade	0,637	0,707	0,777
IDHM-E Educação	0,152	0,293	0,479
IDHM-R Renda	0,379	0,562	0,605
IDH-M	0,332	0,488	0,608
Classificação IDH-M NA UF	360	382	393
Classificação Nacional IDH-M	3.567	3.381	3.957

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP, IPARDES

Por ocasião da divulgação das referidas projeções para o período 2017-2040, em julho de 2017, o IPARDES preencheu uma lacuna nas projeções para os municípios paranaenses que era disponibilizar, além do total populacional, informações por sexo e faixa etária. Essa publicação teve por base a Projeção Populacional do IBGE, lançada em 2013, que apresentava projeções para o Estado até 2030, complementadas pelo IPARDES para o período 2031-2040 (IPARDES, 2017).

Em julho de 2018, o IBGE revisou a projeção populacional para a União e as Unidades da Federação, em virtude de os registros de nascimento entre 2000 e 2016 apresentarem trajetória diferente daquela adotada na projeção de 2013. Na projeção de 2013 houve uma superestimação

da taxa de fecundidade total (TFT) brasileira em relação ao que foi observado para o período 2000/2013 e sua subestimação para todo o período até 2060; observe-se que nesta projeção a TFT cai continuamente até 2030 e depois praticamente se estabilizava.

Na projeção 2018, para rever o componente fecundidade o IBGE utilizou os nascimentos obtidos nas Estatísticas do Registro Civil e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) para os anos 2000-2016. Com base nessas informações houve a constatação de que após o ano de 2013 teria ocorrido um aumento na taxa de fecundidade total brasileira, o que justificou a revisão da projeção populacional.

Verifica-se que a mesma inversão no comportamento da TFT ocorreu para o Paraná, de modo mais intenso do que o verificado para o Brasil. Considerando-se, respectivamente, os dados das Projeções 2013 e 2018, a taxa de fecundidade total para o Brasil, em 2030, passou de 1,51 para 1,72; no caso do Paraná, a taxa variou de 1,45 para 1,76, esta última acima da projetada para o Brasil no referido ano.

Para realizar as projeções municipais, fez-se uso do método de relação de coortes (DUCHESNE, 1989), o qual requer como insumo dados de população por sexo e por grupos etários para o Estado e para os municípios, obtidos dos Censos Demográficos 2000 e 2010 e das Projeções e Retroprojeções de 2018 (IBGE, 2018). Esse método utilizado tem a vantagem de trabalhar a estrutura populacional dos municípios, levando em consideração as mudanças demográficas que possam ocorrer ao longo do período projetado, possibilitando realizar projeções para períodos quinquenais. Para os anos intermediários das projeções quinquenais inicialmente calculadas utilizou-se o procedimento de interpolação linear para realizar as estimações correspondentes a esses anos intermediários.

Diante disso, analisa-se que Diamante do Sul apresentará um decrescimento populacional até 2040 de 0 a -3,16%, com uma população projetada de 1.339 a 4.998 pessoas, conforme apresenta a figura abaixo.

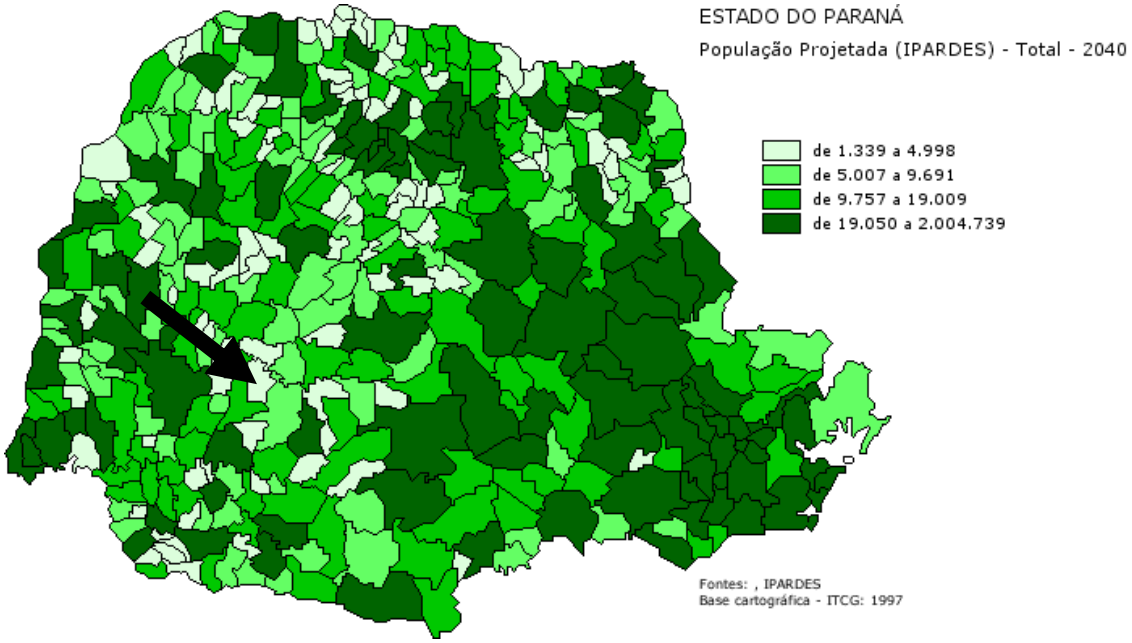


Figura 4.2. Projeção populacional de Diamante do Sul até 2040.

Fonte: Adaptado de IPARDES, 2017.

4.2. Aspectos Socioeconômicos

A análise dos aspectos econômicos desempenha um papel fundamental no âmbito do plano diretor, uma vez que a relação entre economia e planejamento urbano é intrínseca e exerce um impacto direto no desenvolvimento de uma cidade. O plano diretor, como instrumento de gestão urbana, busca direcionar o crescimento de forma sustentável e equilibrada, levando em consideração não apenas os aspectos sociais e ambientais, mas também os fatores econômicos.

A análise dos aspectos econômicos abrange a compreensão das dinâmicas econômicas presentes na cidade, como os setores de atividade econômica predominantes, os fluxos de investimento, a geração de empregos e renda, bem como a demanda por infraestrutura, entre outros elementos. Essa análise possibilita a identificação das potencialidades e desafios econômicos existentes, assim como as oportunidades de desenvolvimento e diversificação econômica.

Nesse contexto, serão analisados os principais indicadores econômicos de Diamante do Sul, tais como o Produto Interno Bruto (PIB), a renda e o emprego, e os setores econômicos presentes na região. Esses indicadores fornecem informações valiosas sobre a saúde econômica do município, permitindo uma compreensão mais aprofundada do seu panorama econômico.

O PIB é um dos indicadores mais utilizados para mensurar a atividade econômica de uma região, representando o valor total dos bens e serviços produzidos em determinado período. Analisar o PIB de Diamante do Sul possibilitará compreender o tamanho e o crescimento da economia local, identificando setores mais expressivos e o seu impacto na geração de riqueza.

A análise da renda e do emprego é essencial para avaliar a qualidade de vida da população e o nível de atividade econômica. Será possível verificar a distribuição de renda, a taxa de desemprego, a criação de empregos formais e informais, assim como a capacidade de absorção da mão de obra local.

Além disso, será examinada a estrutura dos setores econômicos presentes em Diamante do Sul, identificando as atividades predominantes e a sua contribuição para a economia local. Compreender os setores econômicos é fundamental para direcionar políticas públicas e promover a diversificação econômica, buscando reduzir a dependência de um único setor e fortalecer a resiliência econômica do município.

Ao analisar esses indicadores econômicos, será possível obter um panorama abrangente da situação econômica de Diamante do Sul, subsidiando a tomada de decisões no âmbito do plano diretor e contribuindo para um desenvolvimento urbano mais sustentável e próspero.

4.2.1. Produto Interno Bruto – PIB

De acordo com os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) de Diamante do Sul alcançou a marca de R$ 69,6 milhões em 2020. No entanto, é importante ressaltar que esse valor coloca Diamante do Sul como a menor economia da mesorregião oeste paranaense, representando apenas 0,1% das riquezas geradas na região, conforme apresentado na Tabela 4.7.

Tabela 4.7. PIB (preço corrente) dos municípios da Mesorregião Oeste, a preço.

Municípios	2010	2020	Participação 2010	Participação 2020	Variação anual média (2010-2020)
Anahy	37.129,21	120.667,94	0,15%	0,18%	22,50%
Assis Chateaubriand	556.879,72	1.394.375,77	2,30%	2,04%	15,04%
Boa Vista da Aparecida	60.033,35	180.590,89	0,25%	0,26%	20,08%
Braganey	78.663,97	244.816,99	0,32%	0,36%	21,12%
Cafelândia	483.398,78	2.094.173,49	1,99%	3,06%	33,32%
Campo Bonito	76.330,50	240.610,61	0,31%	0,35%	21,52%
Capitão Leônidas Marques	707.615,37	1.393.985,39	2,92%	2,04%	9,70%
Cascavel	5.317.063,09	14.155.106,00	21,94%	20,68%	16,62%
Catanduvas	136.831,76	347.799,56	0,56%	0,51%	15,42%
Céu Azul	268.220,91	805.986,95	1,11%	1,18%	20,05%
Corbélia	294.602,88	1.031.215,78	1,22%	1,51%	25,00%
Diamante do Sul	**26.112,75**	**69.556,11**	**0,11%**	**0,10%**	**16,64%**
Diamante D'Oeste	51.252,89	112.941,81	0,21%	0,16%	12,04%

Municípios	2010	2020	Participação 2010	Participação 2020	Variação anual média (2010-2020)
Entre Rios do Oeste	82.184,22	292.787,02	0,34%	0,43%	25,63%
Formosa do Oeste	105.263,00	313.395,46	0,43%	0,46%	19,77%
Foz do Iguaçu	6.245.512,84	17.883.003,39	25,77%	26,13%	18,63%
Guaíra	391.298,72	1.127.365,06	1,61%	1,65%	18,81%
Guaraniaçu	177.251,82	471.308,59	0,73%	0,69%	16,59%
Ibema	69.924,95	168.622,15	0,29%	0,25%	14,11%
Iguatu	39.311,26	91.612,93	0,16%	0,13%	13,30%
Iracema do Oeste	37.316,05	90.391,67	0,15%	0,13%	14,22%
Itaipulândia	135.588,29	453.632,62	0,56%	0,66%	23,46%
Jesuítas	129.501,38	391.411,37	0,53%	0,57%	20,22%
Lindoeste	81.329,95	186.718,68	0,34%	0,27%	12,96%
Marechal Cândido Rondon	983.588,99	2.832.322,12	4,06%	4,14%	18,80%
Maripá	153.456,06	446.706,96	0,63%	0,65%	19,11%
Matelândia	255.255,32	990.822,35	1,05%	1,45%	28,82%
Medianeira	750.258,39	2.067.383,23	3,10%	3,02%	17,56%
Mercedes	85.343,44	247.033,92	0,35%	0,36%	18,95%
Missal	182.213,30	387.495,78	0,75%	0,57%	11,27%
Nova Aurora	204.947,70	744.875,21	0,85%	1,09%	26,34%
Nova Santa Rosa	142.114,71	427.932,70	0,59%	0,63%	20,11%
Ouro Verde do Oeste	77.631,32	264.038,26	0,32%	0,39%	24,01%
Palotina	798.830,38	2.675.584,06	3,30%	3,91%	23,49%
Pato Bragado	66.143,35	218.854,31	0,27%	0,32%	23,09%
Quatro Pontes	76.913,22	245.436,78	0,32%	0,36%	21,91%
Ramilândia	48.849,24	94.015,31	0,20%	0,14%	9,25%
Santa Helena	413.132,03	1.208.950,47	1,70%	1,77%	19,26%
Santa Lúcia	55.580,01	145.927,68	0,23%	0,21%	16,26%
Santa Tereza do Oeste	163.333,20	527.075,40	0,67%	0,77%	22,27%
Santa Terezinha de Itaipu	241.881,46	592.207,23	1,00%	0,87%	14,48%
São José das Palmeiras	38.787,56	90.804,68	0,16%	0,13%	13,41%
São Miguel do Iguaçu	544.432,16	1.206.234,23	2,25%	1,76%	12,16%
São Pedro do Iguaçu	85.834,41	253.114,17	0,35%	0,37%	19,49%
Serranópolis do Iguaçu	103.872,56	245.021,38	0,43%	0,36%	13,59%
Terra Roxa	323.637,59	912.067,16	1,34%	1,33%	18,18%
Toledo	2.438.245,70	6.783.260,72	10,06%	9,91%	17,82%

Municípios	2010	2020	Participação 2010	Participação 2020	Variação anual média (2010-2020)
Três Barras do Paraná	159.340,50	434.859,89	0,66%	0,64%	17,29%
Tupãssi	145.151,03	413.067,62	0,60%	0,60%	18,46%
Vera Cruz do Oeste	111.266,94	334.334,20	0,46%	0,49%	20,05%
Total	**24.238.658,22**	**68.451.502,03**	**100,00%**	**100,00%**	**18,24%**

Fonte: IBGE,2023- Elaboração Farol 14 Consultoria.

No período de 2010 a 2020, o PIB de Diamante do Sul apresentou um crescimento anual médio nominal de 16,64%. Embora esse desempenho seja ligeiramente inferior ao registrado na mesorregião (18,24% ao ano), ele se destaca positivamente em comparação com o crescimento médio anual do Estado do Paraná, que foi de 11,67% ao ano. Essas informações são evidenciadas na Tabela 4.8.

Tabela 4.8. variação anual média de Diamante do Sul em comparação com a Microrregião e o Estado.

Localidade	2010	2018	Variação anual média (2010-2020)
Diamante do Sul	26.112,75	69.556,11	16,64%
Mesorregião Oeste	24.238.658,22	68.451.502,03	18,24%
Paraná	255.205.254,70	487.930.593,78	11,67%

Fonte: IBGE,2023- Elaboração Farol 14 Consultoria.

Em 2020, o PIB per capita de Diamante do Sul, que representa a divisão da riqueza gerada no município pelo número de habitantes, foi de R$ 20.314,00. Esse valor posicionou Diamante do Sul como o 50º município com o maior PIB per capita entre os 50 municípios analisados na Mesorregião Oeste Paranaense. No entanto, é importante ressaltar que esse valor é inferior à média do estado do Paraná, que foi de R$ 42.400,00, assim como à média da Grande Região de Cascavel, que foi de R$ 47.600,00, e da Pequena Região de Cascavel, que foi de R$ 47.500,00.

Ao analisar o período de 2010 a 2020, observa-se que a classificação do PIB per capita de Diamante do Sul em relação a mesorregião se manteve inalterada, ocupando a 50ª posição entre os municípios da região, conforme detalhado na Tabela 4.9.

Tabela 4.9. Ranking do PIB per capita dos municípios da Mesorregião Oeste e variação anual média, 2010 e 2020.

Municípios	2010		2020		Variação anual média (2010-2020)
	PIB Per Capita	Classificação Na Microrregião	PIB Per Capita	Classificação Na Microrregião	
Anahy	12.919,00	40º	43.281,00	29º	23,50
Assis Chateaubriand	16.862,00	25º	41.823,00	31º	14,80
Boa Vista da Aparecida	7.589,00	49º	23.951,00	47º	21,56
Braganey	13.716,00	35º	45.488,00	22º	23,16
Cafelândia	32.969,00	2º	113.468,00	1º	24,42
Campo Bonito	17.320,00	22º	63.941,00	8º	26,92
Capitão Leônidas Marques	47.269,00	1º	88.037,00	2º	8,62
Cascavel	18.578,00	15º	42.593,00	30º	12,93
Catanduvas	13.412,00	38º	34.209,00	42º	15,51
Céu Azul	24.313,00	6º	68.194,00	7º	18,05
Corbélia	18.061,00	17º	60.245,00	11º	23,36
Diamante do Sul	**7.440,00**	**50º**	**20.314,00**	**50º**	**17,30**
Diamante D'Oeste	10.196,00	47º	21.447,00	48º	11,03
Entre Rios do Oeste	20.933,00	10º	63.705,00	9º	20,43
Formosa do Oeste	13.959,00	33º	48.513,00	19º	24,75
Foz do Iguaçu	24.388,00	5º	69.247,00	6º	18,39
Guaíra	12.744,00	41º	33.845,00	43º	16,56
Guaraniaçu	12.156,00	43º	38.578,00	37º	21,74
Ibema	11.527,00	46º	26.471,00	44º	12,96
Iguatu	17.597,00	20º	40.663,00	32º	13,11
Iracema do Oeste	14.475,00	30º	40.156,00	34º	17,74
Itaipulândia	15.022,00	29º	39.845,00	35º	16,52
Jesuítas	14.387,00	31º	46.988,00	21º	22,66
Lindoeste	15.171,00	28º	40.662,00	33º	16,80
Marechal Cândido Rondon	21.008,00	9º	52.946,00	14º	15,20
Maripá	26.998,00	4º	80.026,00	4º	19,64
Matelândia	15.876,00	26º	54.720,00	13º	24,47
Medianeira	17.941,00	18º	44.389,00	24º	14,74
Mercedes	16.913,00	24º	44.295,00	25º	16,19
Missal	17.397,00	21º	36.201,00	40º	10,81
Nova Aurora	17.272,00	23º	72.325,00	5º	31,87
Nova Santa Rosa	18.636,00	14º	51.770,00	17º	17,78

Municípios	2010		2020		Variação anual média (2010-2020)
	PIB Per Capita	Classificação Na Microrregião	PIB Per Capita	Classificação Na Microrregião	
Ouro Verde do Oeste	13.639,00	36º	43.889,00	26º	22,18
Palotina	27.850,00	3º	83.297,00	3º	19,91
Pato Bragado	13.717,00	34º	38.504,00	38º	18,07
Quatro Pontes	20.224,00	12º	60.918,00	10º	20,12
Ramilândia	11.816,00	44º	21.004,00	49º	7,78
Santa Helena	17.645,00	19º	45.166,00	23º	15,60
Santa Lúcia	14.161,00	32º	38.473,00	39º	17,17
Santa Tereza do Oeste	15.808,00	27º	52.206,00	15º	23,03
Santa Terezinha de Itaipu	11.606,00	45º	24.989,00	46º	11,53
São José das Palmeiras	10.127,00	48º	25.036,00	45º	14,72
São Miguel do Iguaçu	21.127,00	8º	43.742,00	27º	10,70
São Pedro do Iguaçu	13.224,00	39º	43.490,00	28º	22,89
Serranópolis do Iguaçu	22.739,00	7º	54.729,00	12º	14,07
Terra Roxa	19.311,00	13º	52.053,00	16º	16,96
Toledo	20.436,00	11º	47.553,00	20º	13,27
Três Barras do Paraná	13.476,00	37º	36.124,00	41º	16,81
Tupãssi	18.151,00	16º	50.939,00	18º	18,06
Vera Cruz do Oeste	12.400,00	42º	39.547,00	36º	21,89
Total	**862.501,00**	**-**	**2.393.995,00**	**-**	**17,76**

Fonte: IBGE,2023- Elaboração Farol 14 Consultoria.

Com base na análise realizada do Produto Interno Bruto (PIB) do município, constatou-se que aproximadamente 49,5% do valor advém do setor agropecuário, seguido pela administração pública (30,7%), serviços (16,3%) e indústria (3,5%). Comparando esses dados com o comportamento registrado em 2010, verifica-se um aumento na participação da agropecuária, que passou de 45,7% para 49,5%. Por outro lado, a receita proveniente dos serviços da administração pública apresentou uma queda de 35,3% para 30,7%.

Essa redução pode indicar que a economia do município passou a ser mais diversificada, com um maior impulso vindo do setor privado. Isso evidencia uma menor dependência de recursos públicos e um aumento na fonte de renda e atividades que impulsionam o crescimento municipal.

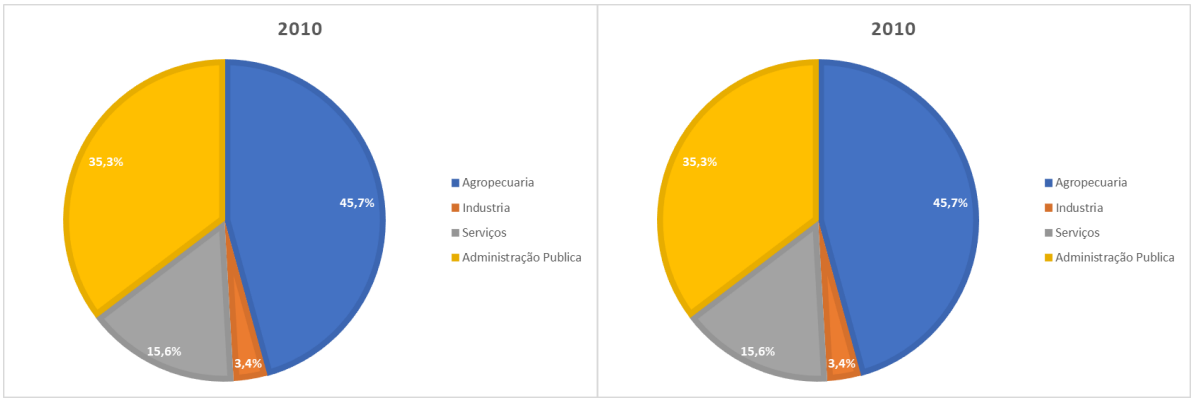


Figura 4.2. composição do PIB de Diamante do Sul em 2010 e 2020.

Fonte: IBGE,2023- Elaboração Farol 14 Consultoria.

4.2.2. Emprego e Renda

Segundo o levantamento do Censo 2010 do IBGE quanto aos dados relativos ao emprego, verifica-se que aproximadamente 47,12% da população é economicamente ativa. Dos 1.074 domicílios particulares, apenas 48 não tem rendimentos.

Tabela 4.10. Classe de rendimento nominal mensal domiciliar.

Classe de rendimento nominal mensal domiciliar	Nº de domicílios	Porcentagem de domicílios
Sem rendimento	48	4,47%
Até ½ salário mínimo	64	5,96%
De ½ a 1 salário mínimo	212	19,79%
De 1 a 2 salários mínimos	345	32,15%
De 2 a 5 salários mínimos	334	31,13%
De 5 a 10 salários mínimos	62	5,78%
De 10 a 20 salários mínimos	7	0,65%
Mais de 20 salários mínimos	1	0,09%
Total	**1.074**	**100%**

Fonte: IPARDES, 2010.

Segundo os padrões governamentais, “baixa renda” refere-se a cidadãos cuja renda per capita mensal familiar não ultrapasse a metade de um salário-mínimo, ou seja, R$ 550,00, ademais, são também famílias cuja renda não ultrapasse os três salários-mínimos da renda total mensal. Das famílias do Município 62,37% recebem até 2 salários-mínimos. Portento, o município de Diamante do Sul apresenta 62,37% dos domicílios em situação de baixa renda.

Os valores da renda per capita mensal registrados, em 2000 e 2010, evidenciam que houve crescimento da renda no município - Diamante do Sul - entre os anos mencionados. A renda per capita mensal no município era de R$ 264,97, em 2000, e de R$ 344,73, em 2010, a preços de agosto de 2010.

No Atlas do Desenvolvimento Humano, são consideradas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza as pessoas com renda domiciliar per capita mensal inferior a R$70,00, R$140,00 e R$255,00 (valores a preços de 01 de agosto de 2010), respectivamente. Dessa forma, em 2000, 30,08% da população do município eram extremamente pobres, 53,67% eram pobres e 76,36% eram vulneráveis à pobreza; em 2010, essas proporções eram, respectivamente, de 11,14%, 27,14% e 51,97%.

Analisando as informações do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, a proporção de pessoas extremamente pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R$ 70,00) inscritas no CadÚnico, após o recebimento do Bolsa Família passou de 17,66%, em 2014, para 23,30%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R$ 140,00), inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 60,99%, em 2014, e 67,56%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar per capita mensal inferior a R$ 255.00), também inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 65,14%, em 2014, e 87,21%, em 2017.

O índice de Gini no município passou de 0,66, em 2000, para 0,45, em 2010, indicando, portanto, houve redução na desigualdade de renda.

A situação da vulnerabilidade social no município - Diamante do Sul - pode ser analisada pela dinâmica de alguns indicadores: houve redução no percentual de crianças extremamente pobres, que passou de 41,71% para 15,88%, entre 2000 e 2010; o percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, no mesmo período, passou de 11,54% para 19,18%.

Neste mesmo período, é possível perceber que houve redução no percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza, que passou de 22,83% para 14,05%.

Por último, houve crescimento no percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada no município. Em 2000, o percentual era de 44,40% e, em 2010, o indicador registrou 83,62%.

De acordo com dados do IBGE (2010) a população em idade ativa é de 2.943 pessoas, a população ocupada é de 1.597 pessoas, portanto a taxa de atividade é de aproximadamente 47,12%. Em comparação com dados levantados do IBGE do ano de 2000, houve um acréscimo de

8,07% na porcentagem de taxa de atividade no município, dado que mostra que houve um aumento na porcentagem de pessoas empregadas no município.

Observa-se na Tabela 4.11 que das pessoas ocupadas aproximadamente 55% trabalham no setor da agropecuária, seguido pelo de serviços (29,39%), comercio (11,78%) e indústria (3,63%).

Tabela 4.11. População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010.

Atividades Econômicas	Nº de pessoas	Porcentagem de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	881	55,20%
Indústrias de transformação	58	3,63%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1	0,06%
Construção	35	2,19%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	188	11,78%
Transporte, armazenagem e correio	38	2,38%
Alojamento e alimentação	2	0,13%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6	0,38%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7	0,44%
Administração pública, defesa e seguridade social	206	12,91%
Educação	52	3,26%
Saúde humana e serviços sociais	6	0,38%
Outras atividades de serviços	15	0,94%
Serviços domésticos	82	5,14%
Atividades mal especificadas	19	1,19%
Total	**1.596**	**100%**

Fonte: IPARDES, 2010.

No ano de janeiro a maio de 2023, o município acumulou mais demissões do que admissões, com um saldo negativo de 4 funcionários. Destacam-se positivamente as atividades de apoio à agricultura, pecuária e pós-colheita (4), a construção de rodovias (4) e as lavouras temporárias (2).

De janeiro a maio de 2023, foram registrados 29 admissões formais e 33 desligamentos, resultando em um saldo de -4 novos trabalhadores, este desempenho e superior ao do ano anterior, quando o saldo foi de -9.

Na pequena região de cascavel este é o 17º melhor desempenho em termos absolutos. Considerando a geração de vagas pelo tamanho da população, a cidade é a 17º que mais cresce na pequena região de Cascavel.

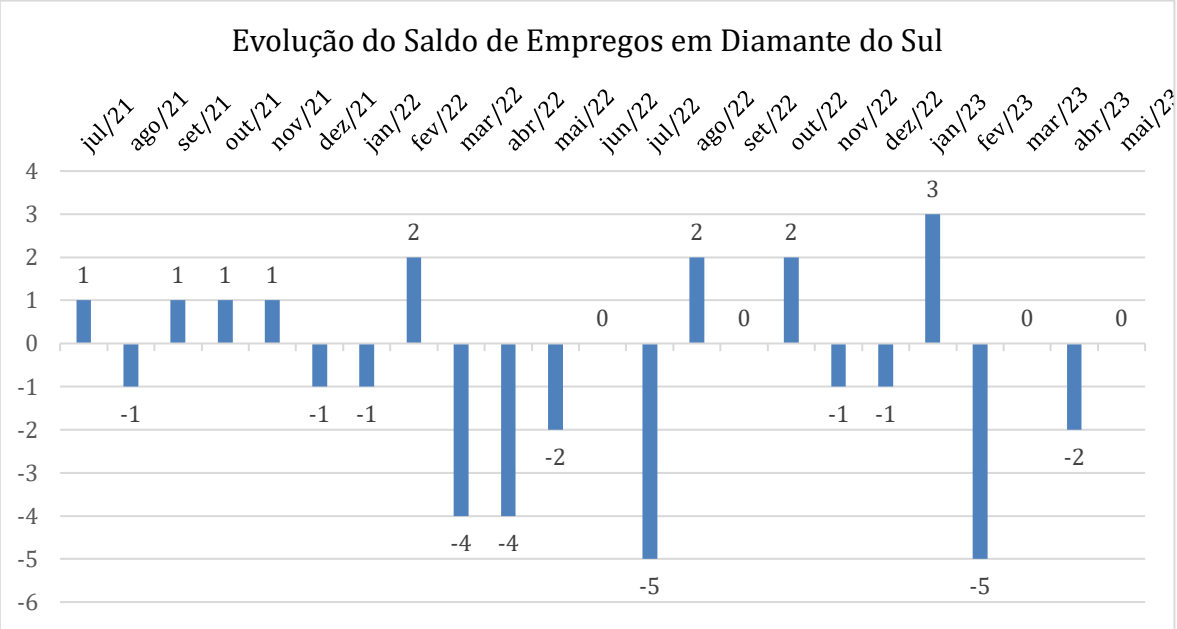


Figura 4.3. Evolução do Saldo de Empregos em Diamante do Sul

Fonte: Caged, 2023.

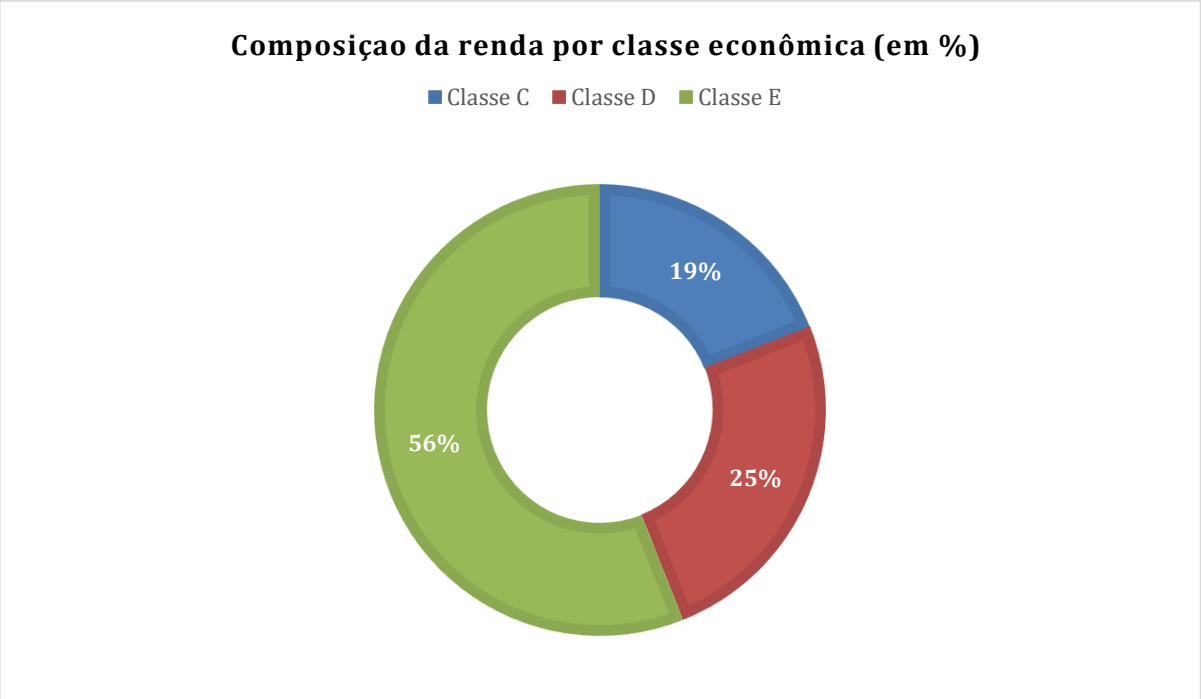
Até junho de 2023 houve registro de 1 novas empresas em Diamante do Sul, sendo que a maioria delas atual com estabelecimento fixo. Neste último mês, não foram identificadas nenhuma nova empresa. Este desempenho é igual ao do mês imediatamente anterior (0). No ano de 2022 inteiro, foram registradas 2 empresas

O município possui 344 empregos com carteira assinada, a ocupação predominante destes trabalhadores é a de trabalhador agropecuário em geral (30), seguido de professor de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta série) (28) e de auxiliar geral de conservação de vias permanentes (exceto trilhos) (27). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R$ 2 mil, valor abaixo da média do estado, de R$ 3,1 mil.

A concentração de renda entre as classes econômicas em Diamante do Sul pode ser considerada baixa e é relativamente inferior à média estadual. As faixas de menor poder aquisitivo (E e D) participam com 80,6% do total de remunerações da cidade, enquanto as classes mais altas representam 0,0%. Destaca-se que a composição de renda das classes mais baixas da cidade tem uma concentração 32,5 pontos percentuais maior que a média estadual, já as faixas de alta renda possuem participação 16,5 pontos abaixo da média.

Do total de trabalhadores, as três atividades que mais empregam são: administração pública em geral (213), criação de bovinos para corte (25) e comércio varejista de supermercados

(13). Entre os setores característicos da cidade, também se destacam as atividades de administração pública em geral e criação de bovinos para corte.



Classes: E (até 2 Salários-Mínimos), D (de 2 a 4 S.M.), C (de 4 a 10 S.M).

Figura 4.4. Composição da renda por classe econômica em Diamante do Sul.

Fonte: RAIS.

A participação do comércio, somado aos serviços de alojamento e alimentação, representa 16% do total de trabalhadores e está concentrada nos supermercados e lojas de variedades e nas lojas de informática, que empregam 38 trabalhadores.

Ao todo, existem 9 modalidades diferentes de comércio na cidade, das 74 possíveis. Com isso, a diversidade do comércio de Diamante do Sul é considerada baixa. Enquanto a diversidade dos serviços é muito baixa.

Ainda assim, comparando o desempenho da cidade com a média dos municípios com tamanho populacional similar, tanto o comércio quanto os serviços apresentam grau semelhante aos demais municípios.

Ainda em comparação com municípios de tamanho similar, os supermercados e lojas de variedades e as lojas de informática se destacam com operações de maior volume de trabalhadores per capita que os demais municípios, o que indica alta concorrência nestes setores. No caso dos supermercados e lojas de variedades são 27 funcionários para cada 10 mil habitantes na cidade, enquanto a média em outros municípios é de -11, resultando em uma diferença de 38

trabalhadores entre a taxa real e a taxa esperada. Já no caso das lojas de informática, o município possui um total de 21 funcionários a mais para cada 10 mil habitantes, o que também o classifica como atividade de alta concorrência.

Nesse contexto de grandes diferenças sociais, os desafios para a grande maioria dos municípios, quanto à redução da pobreza e, consequentemente, quanto ao alcance de ganhos no IDH-M, têm suas possibilidades associadas principalmente a investimentos do poder público nas áreas tradicionais da saúde e da educação, uma vez que intervenções que se reflitam na renda têm determinantes muito mais complexos e fortemente condicionados a decisões do setor privado.

4.2.3. Setores Econômicos

Os setores econômicos de um município desempenham um papel fundamental no seu desenvolvimento e na coesão de sua comunidade. Compreender as atividades e as contribuições específicas desses setores é de extrema importância para direcionar políticas públicas, promover investimentos estratégicos e estimular o crescimento econômico local.

Ao analisar os setores econômicos de um município, geralmente são identificados três segmentos principais: o setor primário, o setor secundário e o setor terciário. O setor primário abrange as atividades relacionadas à agricultura, pecuária, pesca, exploração de recursos naturais e outras atividades diretamente ligadas aos recursos naturais disponíveis no município. O setor secundário refere-se às atividades industriais, como a transformação de matérias-primas em produtos manufaturados ou semimanufaturados. Por fim, o setor terciário compreende os serviços, englobando comércio, turismo, transporte, saúde, educação e outros.

Uma caracterização detalhada desses setores permite uma melhor compreensão das forças e fraquezas do município, bem como das oportunidades e desafios existentes. Essa análise pode revelar os recursos naturais e as habilidades produtivas que o município possui, permitindo o desenvolvimento de estratégias adequadas para impulsionar a economia local. Além disso, compreender as demandas e as necessidades dos setores terciários pode direcionar investimentos para áreas como turismo, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida da população e fortalecendo a economia como um todo.

Portanto, a caracterização dos setores econômicos de um município é um passo crucial para o planejamento e o desenvolvimento sustentável, permitindo que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma eficiente e que a comunidade possa prosperar de maneira equilibrada e diversificada.

4.2.3.1. Setores Primário - Agropecuária

O setor primário desempenha um papel fundamental na economia de Diamante do Sul. De acordo com a Análise Integrada do Plano Diretor de 2011, a atividade agropecuária é a principal e de maior predominância na região. Em dados disponibilizados pelo IPARDES, Base de dados do Estado com referência o ano de 2020, a agropecuária segue sendo a atividade econômica predominante, com 48% do produto interno bruto, como pode ser observado na Tabela 4.12.

Tabela 4.12. Indicadores e evolução do PIB de Diamante do Sul por atividades econômicas.

Atividade Econômica	PIB (2010)	Porcentagem PIB total (2010)	PIB (2020)	Porcentagem PIB total (2020)
Agropecuária	11.610,00	44,46%	33.526,82	48,20%
Indústria	858,00	3,29%	2.337,97	3,36%
Serviço (exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)	3.950,00	15,13%	11.060,17	15,90%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	8.974,00	34,37%	20.808,79	29,92%
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	720,00	2,76%	1.822,37	2,62%
TOTAL	**R$ 26.112,00**	**100%**	**R$ 69.556,12**	**100%**

Fonte: IPARDES,2023.

Dados do Censo Agropecuário de 2020 apontam que desde 2010 ocorreram várias alterações no setor agropecuário, em relação a forma de produtividade e características das propriedades. Em relação à condição de posse dos estabelecimentos, nota-se que cerca de 88% são produtores individuais, porém ainda encontramos outras modalidades, como arrendatários, parceiros entre outros, conforme observa-se na Tabela 4.13.

Tabela 4.13. Condição do produtor em relação às terras.

Condição do Produtor	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário, inclusive os coproprietários de terras tituladas coletivamente	479	25.152
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	1	-
Arrendatário	20	962
Parceiro	13	-
Comodatário	31	2.365

Condição do Produtor	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário, inclusive os coproprietários de terras tituladas coletivamente	479	25.152
Ocupante	-	-
TOTAL	**544**	**29.921**

Fonte: IBGE, 2017

A economia do município tem como base principal a pecuária. Assim, as áreas do setor da pecuária ocupam cerca de 60%. Em seguida, o setor agrícola ocupa uma área de aproximadamente 7,51%, conforme observa-se na Tabela 4.14.

Tabela 4.14. Estabelecimentos agropecuários segundo as atividades econômicas – 2017.

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Área (Ha)
LAVOURAS	**567**	**2.246**
Lavoura temporária	372	1.955
Lavoura permanente	195	291
PASTAGENS	**405**	**18.059**
Pastagens naturais	7	220
Pastagens plantadas em boas condições	395	17.839
Pastagens plantadas em más condições	3	-
MATAS OU FLORESTAS	**558**	**8.631**
Naturais	6	130
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	438	6.136
Florestas plantadas	109	2.365
Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	5	-
TOTAL	**1.530**	**29.921**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM), 2020.

Em relação aos tipos de produtos produzidos, pode-se dividir a produção entre temporária e permanente. Neste sentido, nota-se que a grande cultura temporária cultivada em Diamante do Sul é soja, milho e trigo (Tabela 4.15.).

Tabela 4.15. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas temporárias – 2021.

Tipo de cultura	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Alho	1	2	2.000
Amendoim (em casca)	1	1	1.000
Arroz (em casca)	4	7	1.750
Aveia (em grão)	10	16	1.600
Cana-de-açúcar	60	1.842	30.700
Cebola	1	7	7.000
Feijão (em grão)	450	401	891

Tipo de cultura	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Alho	1	2	2.000
Mandioca	35	614	17.543
Melancia	2	36	18.000
Milho (em grão)	1.130	5.577	4.935
Soja (em grão)	2.000	6.200	3.100
Tomate	1	20	20.000
Trigo (em grão)	1.100	2.992	2.720
Triticale (em grão)	1	3	3.000

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM), 2021

No que se refere a culturas permanentes (Tabela 4.16), segundo os dados do caderno estatístico do IPARDES, 2022, a cultura permanente da Laranja é a que se apresenta no município de Diamante do Sul com uma produção no ano de 2021 de 10 toneladas

Tabela 4.16. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas permanente – 2021.

Tipo de cultura	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Laranja	4	40	10.000

Fonte: IPARDES, 2022.

Em relação à produção da pecuária, o que mais se destaca é a bovinocultura o qual apresenta uma criação muito representativa (Tabela 4.17), sendo responsáveis por grande parcela da receita municipal no setor da pecuária com 34.100 bovinos. Como estas atividades apresentam uma fonte de renda contínua, espera-se um aumento do rebanho nos próximos anos.

Isso se justifica pelo fato de que os agricultores buscam uma estabilidade financeira na propriedade, bem como, o incentivo em projetos de fomento e capacitação dos órgãos públicos e da abertura de crédito para estas atividades.

Tabela 4.17. Efetivo de pecuária e aves em 2021.

Efetivos	Números
Bovinos	34.100
Equinos	771
Galináceos	31.200
Suínos	5.027
Ovinos	1.102
Bubalinos	193
Caprinos	49
Codornas	-
Ovinos tosquiados	708
Vacas Ordenhadas	2.010

Fonte: IPARDES, 2022

Encontra-se ainda, muitos produtos oriundos da atividade pecuarista (Tabela 4.18), que também representam uma importante fonte de renda para as propriedades e fomentam a economia do município.

Tabela 4.18. Produção de origem animal – 2021.

Produtos	Produção
Casulos do bicho-da-seda	135.000 (kg)
Lã	2.000 (kg)
Leite	5.987 (mil/litros)
Mel de abelha	3.500 (kg)
Ovos de codorna	-
Ovos de galinha	38 (mil/dúzia)

Fonte: IPARDES, 2022

4.2.3.2. Setores Secundário - Industrial

Em Diamante do Sul, a indústria é o setor que registra o menor índice de empregabilidade, representando somente 3,35% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Em 2010, a indústria extrativista empregava 58 pessoas no município. No ano de 2023 o município apresentou 4 estabelecimento relacionados a indústria de transformação conforme ilustrado na Figura 4.5.

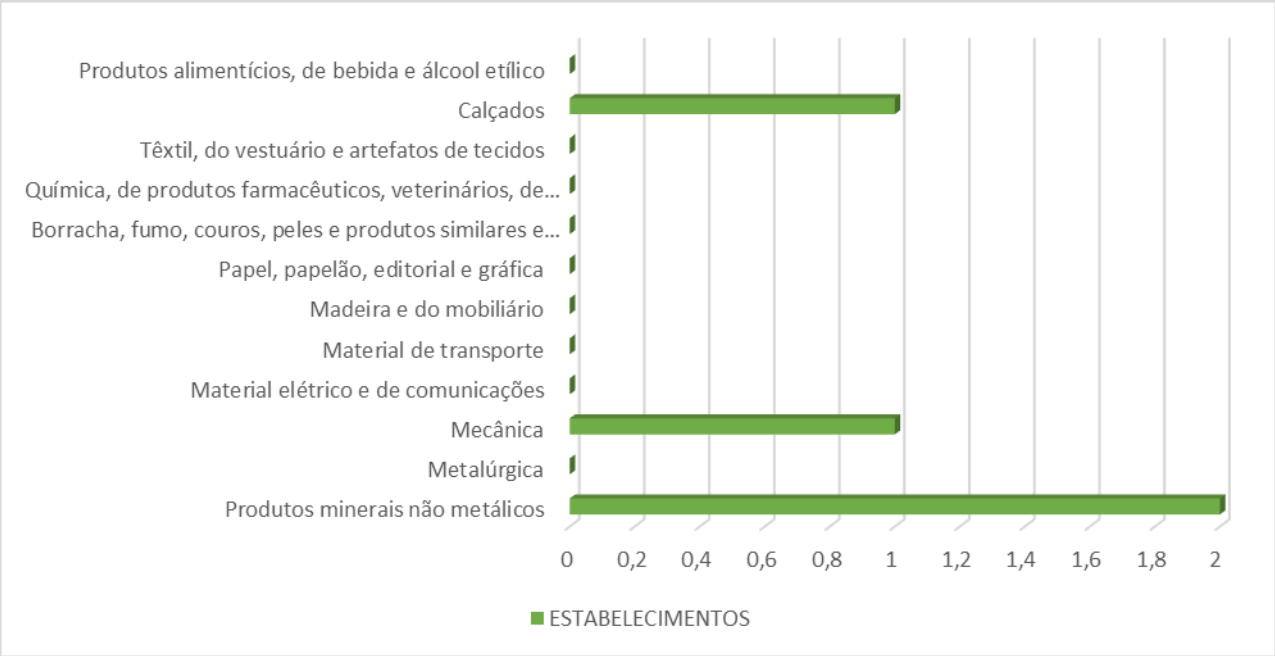


Figura 4.5. Numero de estabelecimentos por subsetores da indústria de transformação no ano de 2021 em Diamante do Sul – Paraná.

Fonte: IPARDES, 2022.

O Valor Adicionado Fiscal (VAF) arrecadado pelo setor econômico em questão totalizou R$ 1.546.472. Essa quantia coloca o setor em último lugar quando comparado com os outros dois setores da economia, conforme indicado na Figura 4.6.

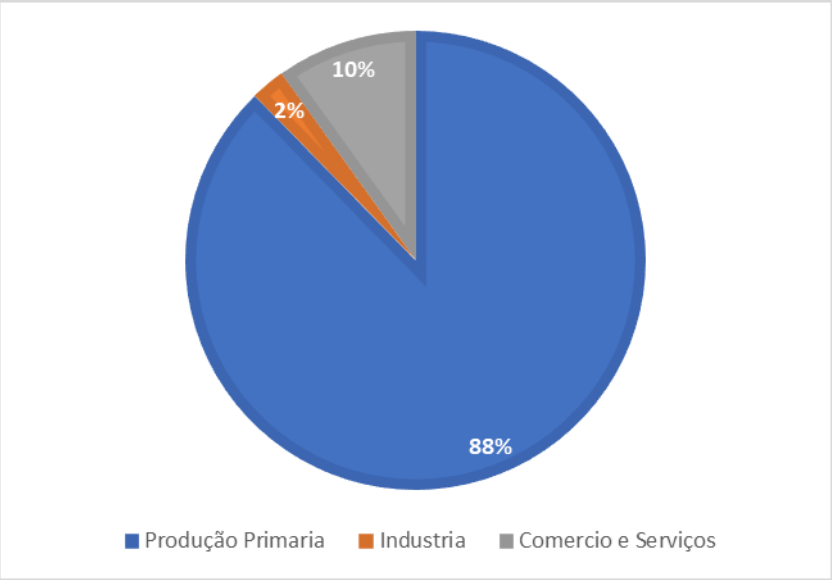


Figura 4.6. Valor adicional fiscal segundo os ramos de atividades em 2021 de Diamante do Sul.
Fonte: IPARDES, 2022.

Nesse contexto, o VAF representa o valor econômico agregado pelo setor durante suas atividades produtivas ou prestação de serviços. Ao se posicionar em terceiro lugar em relação aos demais setores, é importante considerar que sua contribuição para a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) pode ser menor em comparação com os outros setores econômicos envolvidos.

4.2.3.3. Setores Terciário – Comercio e Serviços

O setor de comércio e serviços representa uma parcela significativa, embora não majoritária, do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, correspondendo a aproximadamente 16% do total. Em 2010, esse setor empregava 188 pessoas ocupadas, o que o posicionava em terceiro lugar entre as atividades que mais geravam empregos no município (Tabela 4.19).

Tabela 4.19. População ocupada, segundo as atividades econômicas – 2010.

Atividades econômicas	Nº de pessoas
População Ocupada - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	881
População Ocupada - Indústrias Extrativas	0
População Ocupada - Indústrias de Transformação	58
População Ocupada - Eletricidade e Gás	0

Atividades econômicas	Nº de pessoas
População Ocupada - Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	1
População Ocupada - Construção	35
População Ocupada - Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	**188**
População Ocupada - Transporte, Armazenagem e Correio	38
População Ocupada - Alojamento e Alimentação	2
População Ocupada - Informação e Comunicação	0
População Ocupada - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	6
População Ocupada - Atividades Imobiliárias	0
População Ocupada - Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	7
População Ocupada - Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0
População Ocupada - Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	206
População Ocupada - Educação	52
População Ocupada - Saúde Humana e Serviços Sociais	6
População Ocupada - Artes, Cultura, Esporte e Recreação	0
População Ocupada - Outras Atividades de Serviços	15
População Ocupada - Serviços Domésticos	82
População Ocupada - Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0
População Ocupada - Atividades mal especificadas	19

Fonte: IPARDES, 2022.

Ao longo dos anos, observou-se uma evolução no emprego nesse setor. Em 2021, foram registrados 77 empregos, um número superior aos anos de 2020 e 2010, nos quais foram contabilizados 64 e 54 empregos, respectivamente, as Figuras 4.7 e 4.8 demonstram a divisão das vagas entre os setores de comercio e o de serviços.

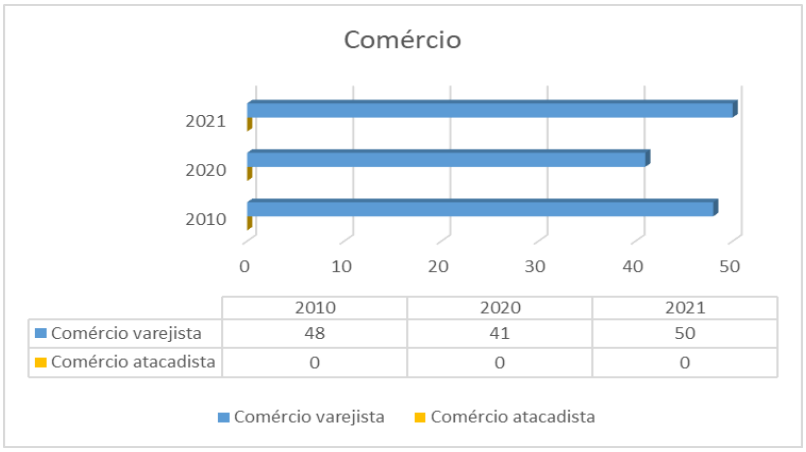


Figura 4.7. Evolução das vagas de empregos no setor de comércio Diamante do Sul.

Fonte: Adaptado de Ipardes, 2023.

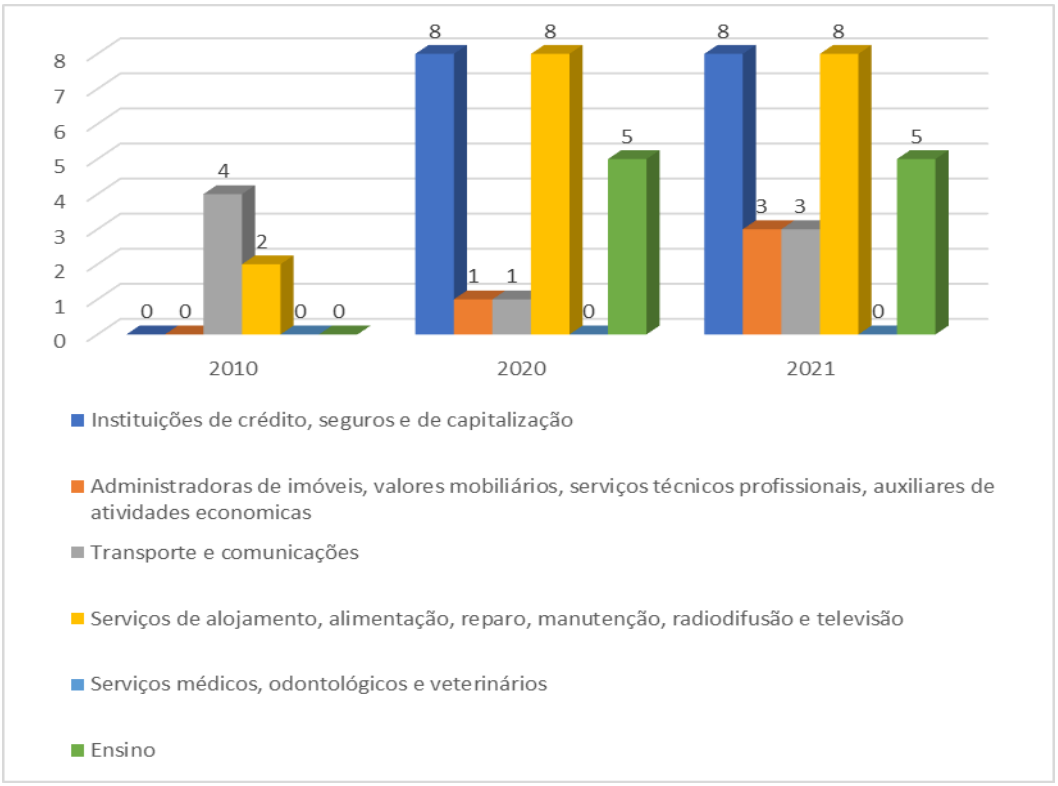
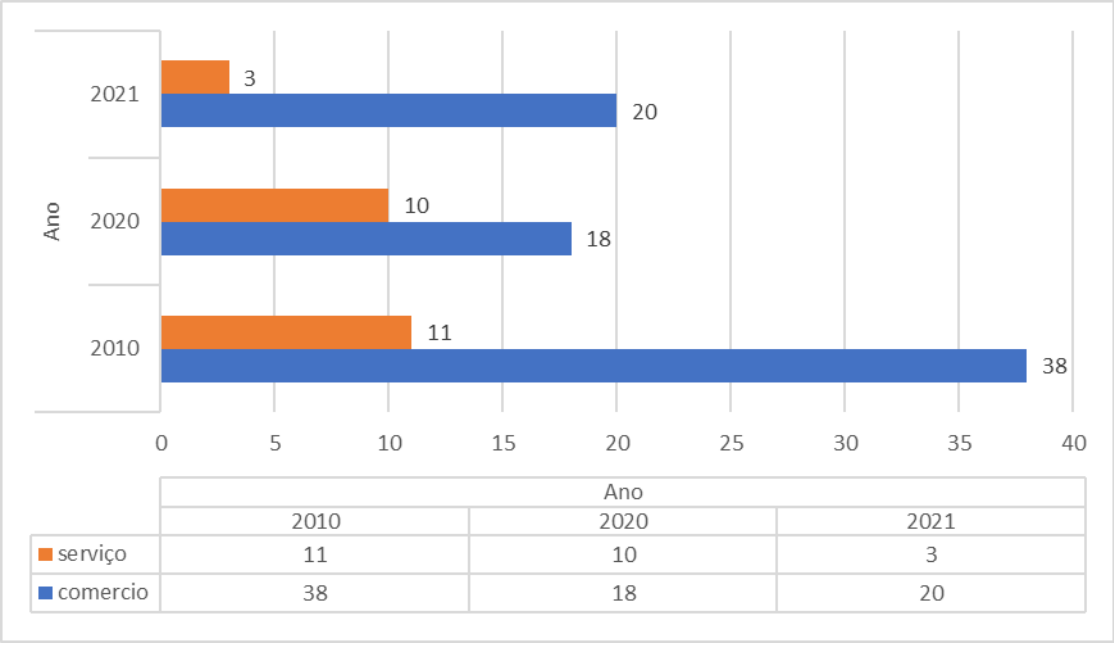


Figura 4.8. Evolução das vagas de empregos no setor de Serviços Diamante do Sul.

Fonte: Adaptado de Ipardes, 2022.

Além disso, nota-se um crescimento considerável no número de estabelecimentos do setor. Em comparação com o ano de 2020, houve um aumento de 65,52% no número de estabelecimentos em 2021.



	Ano		
	2010	2020	2021
serviço	11	10	3
comercio	38	18	20

Figura 4.9. Evolução do número de estabelecimentos no setor Terciário de Diamante do Sul.

Fonte: Adaptado de Ipardes, 2022.

5. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL

Neste capítulo serão apresentadas as principais características do uso e da ocupação atual de Diamante do Sul, com descrição dos seguintes aspectos:

- Histórico da Ocupação Municipal
- Configuração atual do território, considerando a distribuição das principais atividades econômicas e dos usos residenciais no município

5.1. Histórico da Ocupação Municipal

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Diamante do Sul, a área territorial onde foi iniciada a colonização de Diamante do Sul pertencia à COBRIMCO (Companhia Brasileira de Imigração e colonização).

Por volta de 1924 teve inicio a história de Diamante do Sul, quando aqui chegou José Joaquim do Amaral. Em 1925, chegou às famílias de Miguel dos Santos, Manoel Vieira, Sérgio Malaquias e outros.

Em 1926, estabeleceu-se nesta região, Olegário Machado de Oliveira, nascido em 1906 em Candói/PR, foi o primeiro comerciante de Diamante do Sul o qual buscaria as mercadorias com cargueiro em Laranjeiras do Sul e Rocinha.

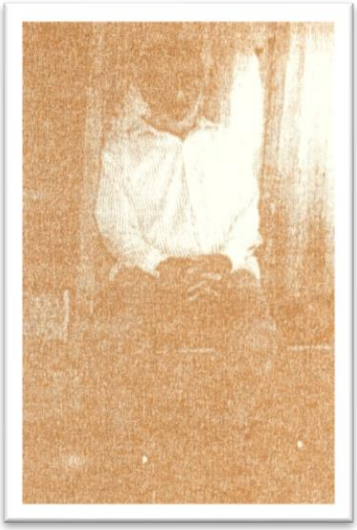


Figura 5.1. Olegário Machado de Oliveira.

Fonte: Prefeitura Municipal.

Na década de 40, os professores lecionavam nas suas próprias casas ou nas igrejas e eram remunerados pelos pais dos alunos. O primeiro professor da sede do distrito foi Manuel Vieira, que lecionava em casa. O segundo professor foi Manoel Cirílio e lecionou na igreja. Em 1942, à

margem esquerda do Rio Diamante foi construída a primeira igreja de madeira lascada, com cunha e marreta. Foi feita por Olegário Machado de Oliveira.

As visitas eram feitas pelo Frei o Germano Holing de Laranjeiras do Sul que vinha a cavalo três vezes ao ano. Antes, porém, de ser construída a Igreja, o povo reunia-se em casa para rezarem o terço. Faziam festas em louvores aos Santos; tais como São Paulo, São Pedro, São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida e outros. (Eram guardados dias Santos.)

Também é o pioneiro Maximilio Moraes das Neves, natural de Curitibanos-SC, nascido a 23/05/1901, filho de Francisco das Neves e Carlota Alves Rodrigues. Em 1944 foi residir em Pinhalito. É casado com Emilda Alves Rodrigues das Neves, de cuja união nasceram Erotides, Enedino (falecido), Carlito, Irma, Hilda, Iva, Masilda, Valdemir, Leniro e Jaira. Este ilustre pioneiro dotado de grande visão cultural, mesmo sem ter frequentado escolas, possuía vasto conhecimento no campo cultural, tendo registrado fatos importantes da história de Guaraniaçu.

Figura 5.2. Maximino Moraes das Neves.

Fonte: Prefeitura Municipal.

Chegou a Diamante do Sul no ano 1946 a família de Gentil Moraes da Cruz, natural de Curitibanos-SC, nascido no dia 22/11/1929, filho de José Alvez da Cruz e Maria Luiza de Moraes, casado com Irmã Rodrigues da Cruz. No período compreendido entre 1948 a 1957, chegaram várias famílias tais como: Zacarias Carriel, Gumercindo Nogueira da Silva, Arlindo Vicente de Moraes, Roldão Guerreiro de Paula, José Cristo, Valdemiro de Carvalho, Antonio Ribeiro de Souza, Alduino Mariani, Hipólito Pinheiro dos Santos e muitos outros que nos trouxeram exemplos de dinamismo, fibra e coragem e desenvolveram o respeito e a fé pelo trabalho.

Em 1950, instalou-se em Diamante do Sul, Antonio Vicente de Moraes, natural de Curitibanos-SC, onde adquiriu a única casa de comércio existente, comercializava porcos e transportava-os para Ponta Grossa-Pr. Em 1951, José Joaquim do Amaral, recebeu uma carta

autorizando a usar armas na região de Faxinal, Pinhalito até o Piquiri. Subentende-se que seria autorizado a autuar como inspetor policial.

No inicio do desbravamento de Diamante do Sul, as primeiras famílias fizeram o transporte das mudanças a cavalo. A estrada de rodagem que liga Diamante do Sul à BR 277 foi aberta em 1956, na gestão do prefeito Geraldo Marques Saraiva. O transporte era feito em carroças puxadas por bois e cavalos. Anos mais tarde, Zacarias Carriel trouxe a Diamante do Sul o primeiro jipe.

Em 1957 o esporte praticado era caça e o jogo de cachola jogo este, praticado nas ruas, onde passavam a noite jogando, com fogueiras para iluminar. Jogava-se com uma moeda colocada em dois pedaços de madeira em forma de balança. Apostavam se aparecia cara ou coroa. Além de ser esporte a caça era também um meio de sobrevivência e lazer. Faziam muitas caçadas e numa ocasião a família Kailer e amigos mataram 16 veados para um precioso churrasco.

Em 1958, surgiu o primeiro time de futebol de Diamante do Sul. Em 1959 foram preparados 16 alunos de primeira comunhão, com o padre Puntel, na igrejinha de Diamante do Sul. Em 1960 atuou como inspetor, policial, Lauro Silva. Realizou-se o primeiro casamento na segunda igreja Católica construída em Diamante do Sul e foi de Glasphira e Ricarte de Paula em 09-02-1960.

Em 1961 é estimulada a plantação de trigo, emprestando se sementes à base de troca aos agricultores de Diamante do Sul**.** Sendo abundante a produção de trigo, tomou emprestada da Prefeitura Municipal de Guaraniaçu a primeira trilhadeira que chegou a Diamante do Sul.

Figura 5.3. Alunos da Primeira Comunhão de 1959.

Fonte: Prefeitura Municipal.

No ano de 1962, foi construído o grupo escolar Valdomiro Zefrin**,** tendo como professoras Edirce Nenevë de Carvalho e Glasphira de Paula. O grupo recebeu este nome em homenagem ao

construtor que não chegou concluir a obra, foi assassinado no mesmo ano pelo guarda da fundação José Lopes. Atuou como delegado Amazonas Lieber no ano de 62. Em 1964, o grupo escolar foi estadualizado com o nome de Grupo Escolar Osório Duque Estrada.

Em 1971, iniciou-se o curso ginasial do Distrito de Diamante do Sul, como extensão do Colégio Estadual Antonio Franco Ferreira da Costa. O diretor da extensão era Albano Tomazzini. Funcionava no período noturno num prédio de madeira. Os primeiros professores foram: Zelir Zenir Koproski, Leocadio Dias, Eliane Tomazzini, Liliane Della Torre, Albano Tomazinni. Laurindo Mantovani nascido em Marcelino Ramos - RS, em 210/1938, casado com Irene Maria Mantovani, pai de Claudete, Clair, Neiva e Soliane.

Chegou a Diamante do Sul em outubro de 1971 e ressalta que na época existiam muitas pessoas e segundo ele, o homem mais político era Maximílio Moraes das Neves.

Em 1973, foi feito à primeira comunhão na Capela Nossa Senhora Aparecida de Diamante do Sul. No ano de 1973, surge o primeiro grupo de jovens de Diamante**,** organizado pelos seminaristas Valter Matarazzo e Lindo Zanella, orientados pelo frei Antonio Cordiolli**,** que naquele ano era vigário da Paróquia de Guaraniaçu**.**

Figura 5.4. Primeira Comunhão na Capela Nossa Senhora Aparecida em 1973.

Fonte: Prefeitura Municipal.

O grupo era chamado Jufra (Juventude Franciscana), que recebeu nome de Jufra Dialival que significa: Dia – Diamante; Li – Lindo; Val – Valter; Iniciais do nome do lugar e do nome dos dois seminaristas.

Em 1978, criou-se o 2° grau Técnico em Contabilidade em convênio com o CNEC.

Comemorou-se com missa na Capela Nossa Senhora Aparecida de Diamante.

Em setembro do corrente ano, foi feito desfile com todos os alunos do interior e do Grupo Valdomiro Zefrim, onde foi formado o pelotão de soldadinhos com alunos com direção da professora **Glasphira Lurdes de Paula**.

Em 1980, iniciaram-se as obras da Igreja Nossa. Em 1982, candidata-se a vereador Olmiro Pinheiro Santos sen do eleito com 608 votos.

Em 1990, pela lei Estadual n° 9316/90 foi emancipado o distrito com o nome de Diamante do Sul. Diamante foi bem representado nesta época pelos vereadores Luiz Koproski do PMDB Isaías Amaral das Neves do PT permanecendo até 1992.

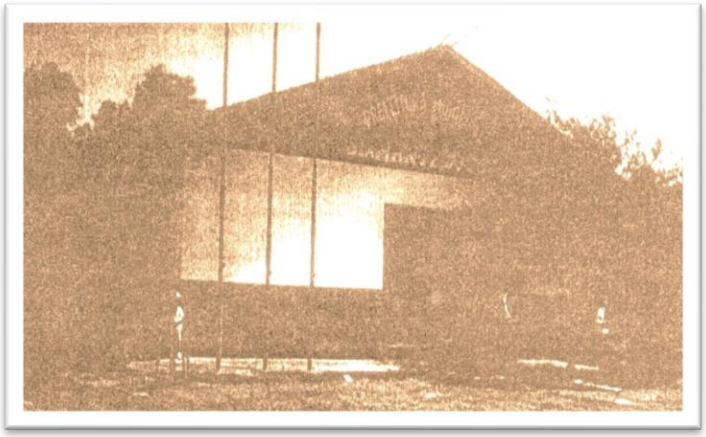


Figura 5.5. Prefeitura Municipal de Diamante do Sul.

Fonte: Prefeitura Municipal.

Aos habitantes da localidade denominamos de Diamantenses do Sul ou Sul Diamantenses. Através de uma emenda substitutiva do Deputado Estadual Mario Pereira, foi marcado a data do plebiscito para 01/09/1991 e o povo decidiu pelo sim. Em 1992, municipalizava o ensino de 1° a 4° série, denominada escola Edirce Nenevë de Carvalho em homenagem a 5° professora do distrito de Diamante do Sul falecida em 06/03/1988.

No ano de 1992, candidataram-se a prefeito de Diamante do Sul Olmiro Pinheiro dos Santos e Luiz Koprovski sendo eleito Olmiro Pinheiro dos Santos com 1.173 votos primeiro prefeito municipal de Diamante do Sul. Juntamente com o prefeito e vice-prefeito foram eleitos nove vereadores:

Origem do nome Diamante do Sul: Este nome surgiu quando algumas pessoas pararam as margens do rio para sestear. Então, dividiram as tarefas. Um foi pescar outro fazer o almoço, um entrou no mato procurar um bicho para matar e outro encontrou uma pedra brilhante que parecia um diamante. Outra versão do nome Diamante, veio da noticia de que havia encontrados Diamantes no rio próximo à localidade.

5.2. Configuração Atual do Território Urbano de Diamante do Sul

Para obter uma compreensão precisa da situação atual do território urbano do município de Diamante do Sul, é necessário analisar a delimitação do perímetro urbano vigente, as áreas já

consolidadas e os sinais de expansão urbana causados pela atividade humana. Essa análise permite identificar e mapear as áreas urbanizadas, além de avaliar os impactos da expansão urbana no meio ambiente e na qualidade de vida da população local.

Ao estabelecer os limites físicos do perímetro urbano, é possível definir claramente a área considerada urbana dentro do município. Isso facilita a gestão dos recursos e infraestrutura, direcionando os investimentos de forma mais eficiente e garantindo um crescimento urbano ordenado.

As áreas consolidadas, por sua vez, referem-se às regiões urbanas já estabelecidas, com ocupação consolidada e infraestrutura adequada. Essas áreas são fundamentais para fornecer serviços públicos e promover uma boa qualidade de vida para os residentes.

No entanto, também é importante analisar os sinais de expansão urbana causados pela atividade humana, como indicadores de crescimento. Esses sinais podem incluir o surgimento de novos loteamentos, desenvolvimento de infraestrutura e aumento da densidade populacional, entre outros fatores. Essa análise é essencial para compreender a pressão adicional exercida sobre o meio ambiente e identificar a necessidade de intervenções específicas.

Ao realizar essa análise do perímetro urbano, das áreas consolidadas e dos sinais de expansão urbana, é possível compreender os desafios e oportunidades enfrentados pelo município em termos de planejamento urbano, gestão territorial e preservação ambiental. Com base nesses resultados, podem ser tomadas medidas adequadas para promover um desenvolvimento sustentável e equilibrado, visando o bem-estar da população e a conservação dos recursos naturais.

5.2.1. Perímetro Urbano Atual

O primeiro perímetro urbano foi definido em 2011 pela Lei Complementar nº 610/2011. Posteriormente, em 2014, ocorreu uma modificação através da Lei 780/2014, que resultou em um redimensionamento do perímetro, reduzindo sua extensão em comparação com o estabelecido em 2011.

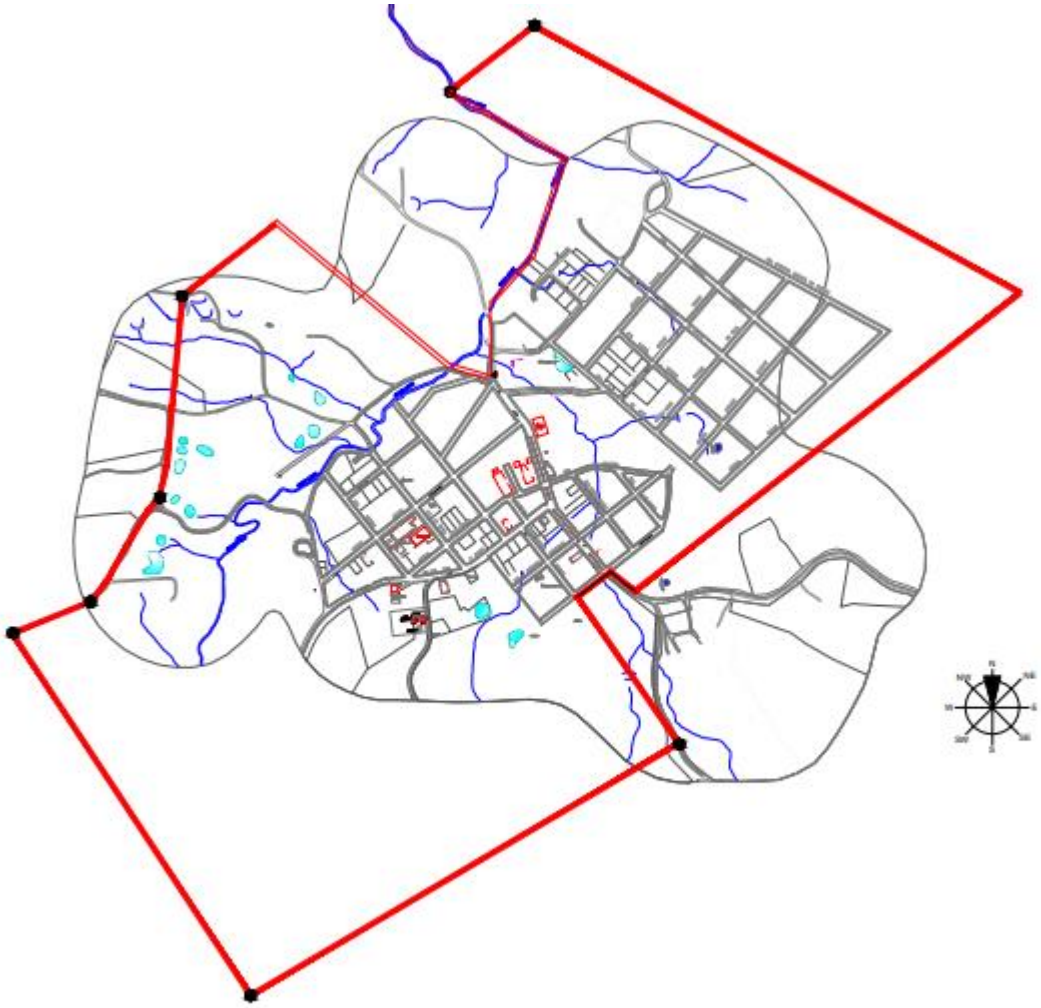


Figura 5.6. Perímetro da Sede Urbana de Diamante do Sul – Paraná.
Fonte: Lei Municipal n° 780/2014.

5.2.1. Áreas Consolidadas

O conceito de Área Urbana Consolidada (AUC) foi inicialmente introduzido no Código Tributário Nacional de 1966 e posteriormente incorporado à Lei Federal n° 13.465/2017, que trata da Regularização Fundiária Rural e Urbana, além de outras legislações relacionadas ao tema. Em Diamante do Sul, as áreas urbanas consolidadas foram delimitadas com base em critérios específicos, que incluem:

- Estar compreendida dentro do perímetro urbano ou zona urbana definida por lei;
- Possuir uma densidade populacional superior a 50 habitantes por hectare;
- Contar com pelo menos duas das seguintes infraestruturas urbanas: sistema viário, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, distribuição de energia elétrica e coleta de resíduos sólidos;
- Ter loteamentos aprovados;

- Não possuir maciços florestais ou grandes áreas verdes de preservação relevante.

É importante ressaltar que Diamante do Sul não apresenta subdivisão em bairros, portanto todas as áreas situadas dentro do perímetro urbano pertencem ao bairro Centro (conforme Figura 5.4). Essas medidas têm o objetivo de estabelecer critérios claros para a delimitação das áreas urbanas consolidadas, visando ao adequado planejamento e desenvolvimento urbano do município.

Figura 5.7. Áreas Urbanas consolidadas do Município de Diamante do Sul.

Fonte: Elaborado por Farol 14 Acessória e Consultoria em Projetos, 2023.

5.2.1. Expansão Urbana

Atualmente, o perímetro urbano, conforme definido pela Lei Municipal nº 780/2014, apresenta apenas cerca de 36% de sua área ocupada. Observa-se um crescimento urbano disperso ao longo desse perímetro, resultando em grandes distâncias entre as edificações. Além disso, não são identificadas áreas de expansão urbana próximas aos limites externos do perímetro urbano.

Essa situação sugere que a área delimitada para o desenvolvimento urbano ainda tem espaço considerável para crescer. No entanto, o crescimento disperso pode trazer desafios em termos de infraestrutura e planejamento urbano, pois pode dificultar a provisão eficiente de serviços públicos e a mobilidade urbana.

6. CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS E DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

6.1. Saneamento Básico

O saneamento básico desempenha um papel fundamental na promoção da qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável de uma comunidade. No município de Diamante do Sul, é crucial compreender a situação atual do saneamento básico, pois isso afeta diretamente a saúde pública, a preservação do meio ambiente e o bem-estar da população.

Para uma análise completa da situação do saneamento básico em Diamante do Sul, é necessário considerar aspectos como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, gestão de resíduos sólidos e drenagem urbana. Além disso, também é importante analisar a situação atual da iluminação pública e disponibilidade de energia elétrica, a fim de descrever de forma mais abrangente a situação do município.

Ao compreender a situação atual do saneamento básico em Diamante do Sul, será possível identificar os principais desafios enfrentados e as oportunidades de melhoria nesse setor tão essencial. Com base nessa compreensão, estratégias e ações podem ser planejadas para promover um saneamento básico eficiente, garantindo melhores condições de vida para a população e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do município.

6.1.2. Sistema de Abastecimento de água (SAA)

A solução de abastecimento de água deve proporcionar canalização interna até a moradia ou pelo menos no peridomicílio (até 50 metros em torno do domicílio). O fornecimento de água também deve ser sem interrupções, com uma quantidade maior que o mínimo necessário para suprir as necessidades básicas e com a qualidade da água de acordo com os padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Os indicadores na tabela abaixo consideram os dados que foram declarados ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) em 2020 pelo prestador de serviços no município, representando o consumo médio de água por habitante e a média de perda de água para distribuição de água no município. O valor em L/(hab.dia) representa o consumo médio de água por habitante em litros por dia. De acordo com os prestadores de serviço que declararam ao SNIS em 2020, a média de consumo de água do Brasil foi de 151,1 L/(hab.dia).

Tabela 6.1. Serviço de Abastecimento de Água em Diamante do Sul.

Responsável pelo abastecimento de água	Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR
Consumo médio de água por habitante	97,80 L/ (hab.dia)
Índice médio de perdas	6,12%
Custo do serviço de abastecimento de água	R$ 6,50/ m^3
Tarifa média de água	R$ 5,99/ m^3
Domicílios com canalização interna em pelo menos um cômodo	92,62%
Domicílios com canalização interna somente no terreno	1,58%
Domicílios sem canalização interna	5,80%

Fonte: SNIS/Ministério das Cidades (2020)/Censo - IBGE (2010)

O abastecimento de água pode ocorrer de diferentes formas dependendo da realidade dos municípios brasileiros, por isso não existe uma melhor forma, mas sim a mais adequada.

O gráfico abaixo exibe a distribuição das formas de abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais do município de Juranda. Em cada uma das barras é possível verificar o percentual e o número de domicílios que utilizam as formas de abastecimento de água definidas pelo IBGE em 2010, que estão apresentadas em cores diferentes. Cada classificação de abastecimento de água está dividida entre domicílios urbanos e rurais, representando 100% de todos os domicílios.

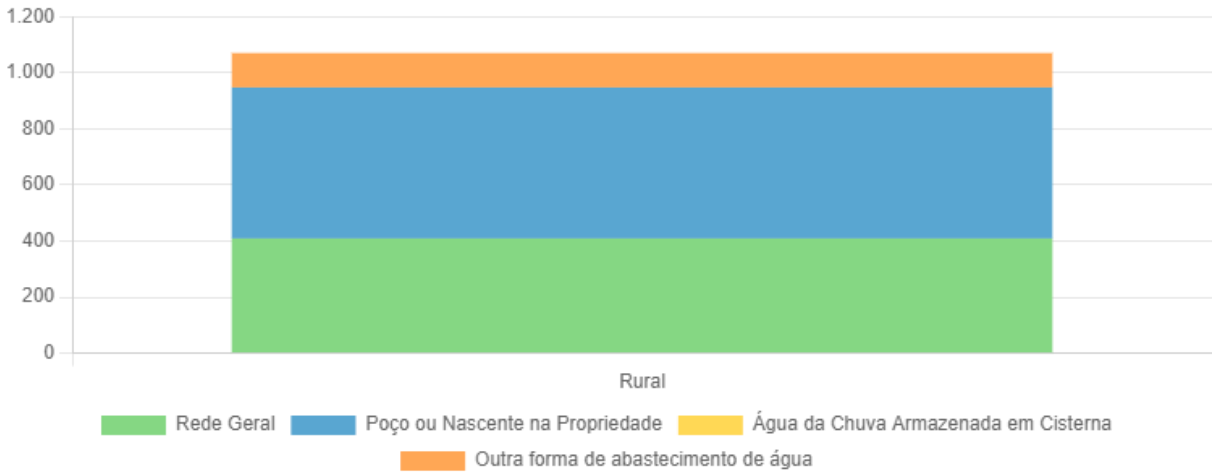


Figura 6.2. Modalidades de captação de água para abastecimento.

Fonte: Infosanbas, 2023.

No que concerne ao fornecimento de água na área urbana, de acordo com o relatório anual divulgado pela Sanepar, a empresa responsável pelo abastecimento de água no Município, todos os domicílios urbanos são atendidos, alcançando uma cobertura total.

Em relação ao abastecimento nas áreas rurais, como ilustrado na Figura 3.4, essas localidades contam com sistemas próprios de abastecimento, como poços e minas, sendo

administrados diretamente pelos moradores locais, sem a intervenção da concessionária responsável pelo sistema urbano.

A Sede do Município é abastecida por um poço com profundidade de 250 metros, situado em área urbana e pertencente ao aquífero Serra Geral. Esse poço é devidamente revestido e protegido para garantir a qualidade da água, e a Sanepar realiza avaliações diárias da sua qualidade, cujos resultados são disponibilizados para consulta na página da empresa na internet.

O tratamento dos poços é conduzido por estações de tratamento de água, e a qualidade da água tratada para consumo humano está em conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria Nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde, assegurando que a água fornecida à população atenda a todos os requisitos de potabilidade e segurança.

Nesse contexto, o fornecimento público de água tem atendido satisfatoriamente a população em todas as regiões urbanas do município, mantendo-se em consonância com os padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Saúde.

6.1.2. Esgotamento Sanitário

No que diz respeito ao saneamento no município, é válido destacar que ainda não foi implementado um sistema público de coleta e tratamento de esgotos sanitários. Até o momento, a solução adotada tem sido o tratamento individual de esgoto, seguindo as Normas Técnicas Brasileiras.

É importante ressaltar que a escolha pelo sistema individual de tratamento de esgoto, utilizando fossas sépticas e sumidouros, foi motivada pela inviabilidade econômica de alternativas mais amplas.

Nas áreas rurais, o esgotamento sanitário também é realizado de forma individualizada, utilizando fossas sépticas para o tratamento dos efluentes.

Nesse contexto, o município busca se adequar às condições atuais, procurando soluções viáveis para o tratamento adequado de esgoto, embora ainda não tenha sido possível implementar um sistema público abrangente de coleta e tratamento. O objetivo é garantir que, dentro das possibilidades econômicas, a comunidade possa contar com medidas que contribuam para a preservação do meio ambiente e para a saúde pública.

6.1.3. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

A coleta de lixo orgânico e reciclável, é realizada pela Prefeitura Municipal. O lixo orgânico é recolhido duas vezes por semana, sendo: segunda e sexta. O lixo reciclável tem a destinação final realizada pela empresa terceirizada PARANÁ AMBIENTAL GESTÃO GLOBAL DE RESÍDUOS LTDA,

que recebe o lixo, faz o tratamento e disposição final dos resíduos domiciliares não recicláveis e rejeitos para tratamento em aterro sanitário/industrial. A coleta é efetivada com caminhão próprio da Prefeitura Municipal e transportado até a empresa contratada para o recebimento.

Quanto ao lixo reciclável, em conjunto/parceira com a ITAIPU o município disponibiliza de uma Servidora Municipal para auxiliar na implantação de uma Associação de Catadores. Há no município um barracão, uma prensa enfardadeira vertical bem como ações de educação e sensibilização ambiental no âmbito do Município sobre a separação dos resíduos recicláveis domiciliares.

O aterro sanitário se encontra desativado e em fase de encerramento, pois, necessitava de altos investimentos de recursos públicos para a manutenção/operacionalização do mesmo, o que inviabilizou o serviço.

Sobre a varrição de ruas, ainda não foi implantado o serviço, sendo necessário mais servidores ou terceirização para efetivação.

6.1.4. Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

No município de Diamante do Sul, de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) no relatório de 2022, foram identificadas aproximadamente 1.000 vias públicas que contam com redes ou canais de água pluvial subterrâneos. Esse sistema inclui 258 bocas de lobo e 12 poços de visita (PV) para garantir o correto escoamento das águas pluviais.

A expansão da infraestrutura tem sido planejada em conjunto com o avanço da pavimentação nas vias urbanas. Além disso, a ampliação é feita de forma isolada quando necessário, a fim de solucionar problemas pontuais, como erosões, alagamentos ou outros desafios decorrentes do crescimento urbano.

Para garantir o adequado funcionamento do sistema de drenagem urbana, a operação é realizada por uma equipe própria do Departamento de Obras, Viação e Serviços Públicos. Essa equipe é responsável pela limpeza periódica das bocas de lobo e galerias de águas pluviais, assegurando que o sistema esteja livre de obstruções e funcionando de forma eficiente.

A gestão cuidadosa da drenagem e manejo de águas pluviais é essencial para evitar problemas de inundação e prevenir danos à infraestrutura urbana. O investimento contínuo na expansão da infraestrutura de drenagem é fundamental para acompanhar o crescimento urbano e garantir a resiliência da cidade diante das variações climáticas. Além disso, a manutenção regular do sistema é crucial para garantir sua eficácia a longo prazo e proporcionar um ambiente urbano mais seguro e sustentável para os cidadãos de Diamante do Sul.

6.2. Iluminação Pública e Energia Elétrica

Segundo dados da concessionária e da prefeitura municipal, 100% dos domicílios urbanos são atendidos por iluminação pública. Atualmente, o serviço é prestado pela COPEL, responsável pela manutenção do acervo de iluminação pública.

Na sede do município, há um total de 218 aparelhos de iluminação pública, sendo 99,54% de Vapor de Sódio e 0,46% são de Vapor de Mercúrio.

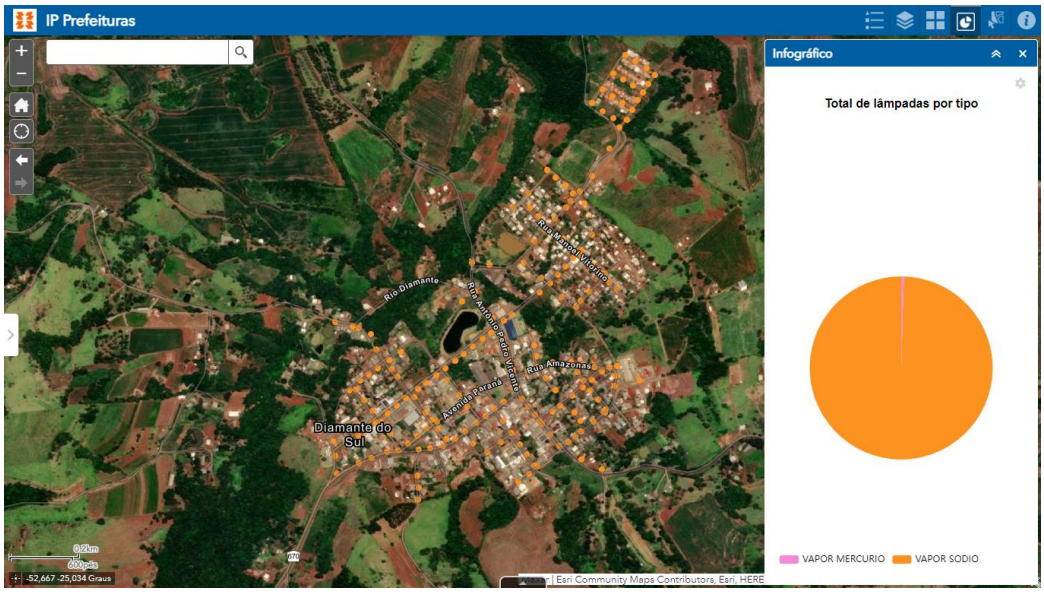


Figura 6.5. Disponibilidade da Iluminação Pública na Sede Do Município.

Fonte: Copel, 2023.

Do consumo de Energia Elétrica e o número de consumidores em 2021, nota-se pela tabela abaixo que o maior consumo é rural.

Tabela 3.18. Consumo e número de consumidores de energia elétrica em 2021.

Categoria	Consumo (Mwh)	Nº de Consumidores
Residencial	1.019	693
Setor Secundário (Industria)	10	4
Setor Comercial	411	65
Rural	1.302	520
Outras Classes *	498	30
Consumo Livre **	-	-
Total	**3.240**	**1.312**

(*) Inclui as categorias: consumo próprio, iluminação pública, poder público e serviço público.
(**) O consumidor livre (empresas industriais, comerciais e de serviços) compra energia diretamente dos geradores ou comercializadores.

Fonte: COPEL e Concessionárias (CELESC, COCEL, CFLO, CPFL e FORCEL)/ IPARDES,2023.

O serviço de distribuição de energia elétrica é prestado de forma satisfatória no município.

7. ANEXOS

7.1. Anexo 01- Mapa de Localização na Mesoregião.

7.2. Anexo 02- Mapa de Localização na Microregião.

7.3. Anexo 03- Mapa de Localização na Região Imediata.

7.4. Anexo 04- Mapa de Localidades Municipais.

7.5. Anexo 05- Mapa de Geologia Municipal.

7.6. Anexo 06- Mapa de Geomorfologia Municipal.

7.7. Anexo 07- Mapa de Aptidão do Solo Municipal.

7.8. Anexo 08- Mapa de Tipo de Solo Municipal.

7.9. Anexo 09- Mapa de Localização na Bacia Hidrográfica Principal.

7.10. Anexo 10- Mapa de Hidrografia Municipal.

7.11. Anexo 11- Mapa de Clima Municipal.

7.12. Anexo 12- Mapa de Hipsometria Municipal.

7.13. Anexo 13- Mapa de Abastecimento de água Municipal.

7.14. Anexo 14- Mapa de Equipamentos Públicos Urbanos.

7.15. Anexo 15- Mapa de Vegetação Municipal.

7.16. Anexo 16- Mapa de Uso do Solo Municipal.

7.17. Anexo 17- Mapa de Vegetação Municipal.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA – Agência Nacional de Águas. Relatório Final do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Paranapanema.

Atlas Brasil. Perfil Diamante do Sul. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/410712.

ATLAS BR. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, Consulta*, Tabelas. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>.

BRASIL – Ministério da Economia - Secretaria de Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2023. Disponível em: < https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>.

BFCAD, Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/index.html>.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

COSTA, L. F.; NEUMANN, S. E.; DORION, E. C.H.; OLEA, P.M.; SEVERO, E.A. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável no contexto das Ciências Sociais: do Século XVIII ao Século XXI. Revista Metropolitana de sustentabilidade. Vol. 9, nº 2. Maio/ago. 2019. P.6 a19.

DEMECK, J. Manual of detailled geomorphological mappping. Prague Academie. 1972.

HENRIQUE, J.S. As diferentes etapas do desenvolvimento econômico paranaense. Informe GEPEC, Toledo, v. 23, n. 2, p. 139-155, jul./dez. 2019.

GILSANZ, J. P. Geomorfologia. Princípios, Métodos y Aplicaciones. Madri. Ed. Rueda. 1996.

IAT/PR – Instituto de Água e Terra do Estado do Paraná. Sistema Metodológico e Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra no Estado do Paraná. Relatório Técnico de Mapeamento – Base Integrada. Versão 2, novembro de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Economia. Cidades@. Diamante do Sul. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/diamantedosul/panorama.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2019>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Produção Agrícola Municipal (PAM) 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Produto Interno Bruto dos Municípios – 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produtointerno- bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>.

InfoSambas. Município de Diamante do Sul. Disponível em: https://infosanbas.org.br/municipio/diamantedosulpr/.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Perfil avançado do município de Diamante do Sul.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico Município de Barracão, 2021.

IPARDES. Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase: caracterização global. Curitiba, PR, 2007.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. Índice De Desenvolvimento Sustentável Para Municípios. Metodologia para cálculo e análise do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos, João Pessoa: Sebrae, v. 01, 2008.

PARANACIDADE, Serviço Social Autônomo. Referências para a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, 2017.

SNIS, Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento. Série Histórica. Informações e Indicadores de Água, Esgoto e Resíduos. Diamante do Sul/PR.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Lei nº10257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal. Estatuto da Cidade. Brasília, 2001.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Mapa do Clima do Estado do Paraná. Dados e informações geoespaciais temáticos. 2008. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Climas_A3.pdf>.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Mapa de Declividade do Estado do Paraná. Dados e informações geoespaciais temáticos. 2008. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Declividade_A3.pdf>.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Mapa de Geomorfologia do Estado do Paraná. Dados e informações geoespaciais temáticos. 2008. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Geomorfologico_A3.pdf>.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Mapa de Solos do Estado do Paraná. Dados e informações geoespaciais temáticos. 2008. Disponível em:<http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Solos.pdf>.

SEDU - Secretaria Estadual de Educação - Sinopse 2010.

SEMA, 1987. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Áreas de proteção ambiental: abordagem histórica e técnica. Brasília.

SNIS, Série Histórica. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. Eleitor e eleições, estatísticas eleitorais. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> Acesso em: dez. 2021.